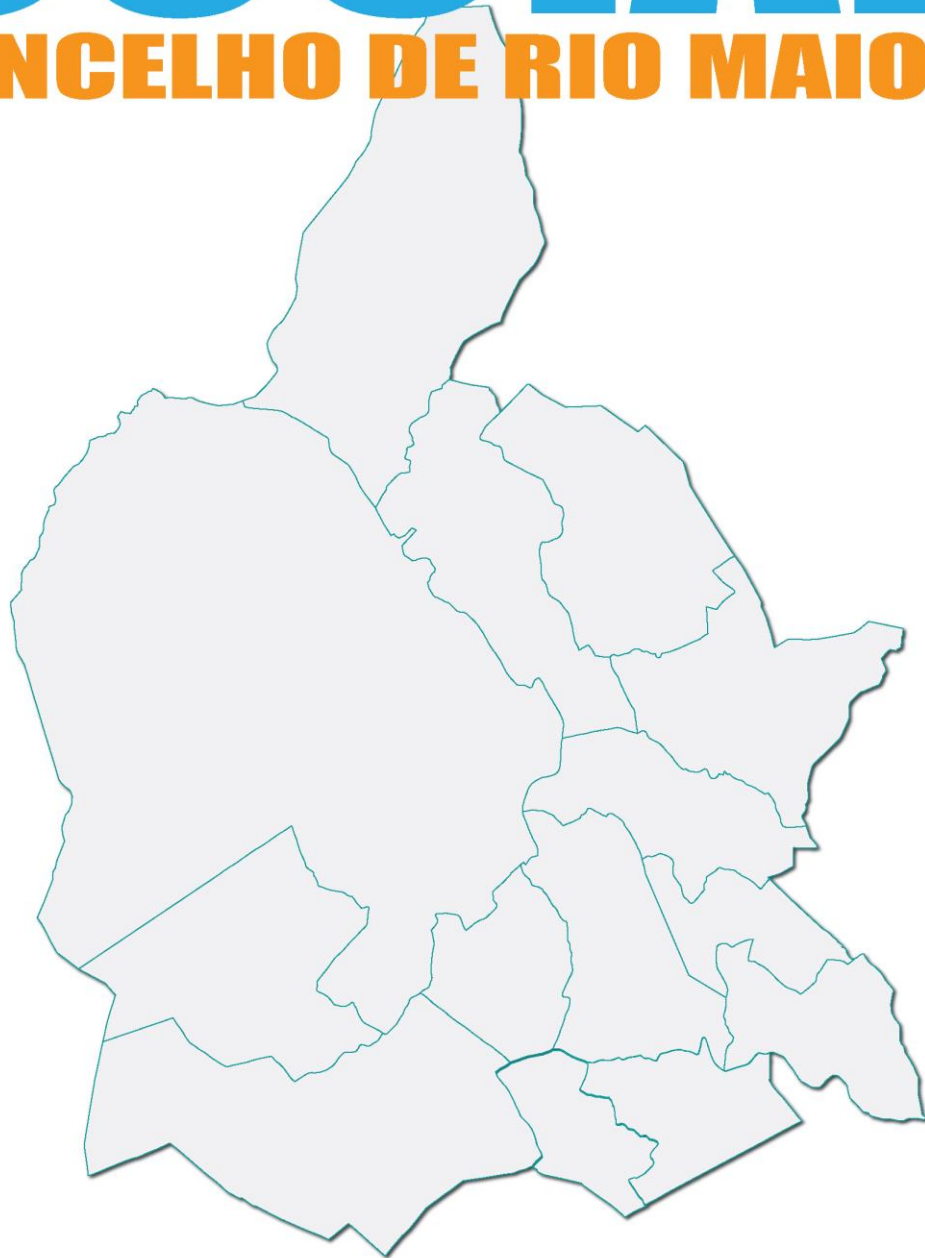


DIAGNÓSTICO SOCIAL

CONCELHO DE RIO MAIOR



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE RIO MAIOR 2014

Janeiro 2015

EQUIPA DE ELABORAÇÃO



LOGFRAME, CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA.

Rua Almeida e Sousa, 23 6.º B 1350-006 Lisboa

www.logframe.pt

COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

Unidade de Educação, Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Rio Maior

Conselho Local de Ação Social de Rio Maior

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

PRAÇA DA REPÚBLICA, 2040-320 RIO MAIOR

TELEF. +351 243 999 300

www.cm-riomaior.pt

Prefácio

Este diagnóstico nasce a partir do conhecimento coletivo das necessidades, da dinâmica da nossa Rede Social e da auscultação de todos os parceiros locais, pretendendo ser uma ferramenta para a atuação futura e intervenção dos diferentes agentes locais.

No atual contexto económico-social do país são necessárias respostas sociais eficazes e adequadas, garantindo apoios sem desperdício ou duplicação de recursos.

Um dos riscos que enfrentamos com maior frequência é o da pobreza em resultado do fenómeno do desemprego, que no nosso concelho se situa numa taxa muito abaixo da média nacional, torna ainda assim necessário proteger as pessoas de mais baixos rendimentos e aqueles que se encontram em situação particularmente vulnerável.

Rio Maior dispõe de um conjunto de instituições, equipamentos e serviços de ação social para crianças, jovens e idosos, cuja atuação coordenada e eficaz pode e deve ser decisiva para a melhoria das condições de vida da população, sobretudo dos grupos mais carenciados.

Possuidoras de recursos humanos altamente qualificados, estas instituições constituem um capital enorme do concelho, que tem permitido ultrapassar e vencer os diversos problemas sociais com que se vão deparando. Por todo o concelho encontramos exemplos de boas práticas que a todos nos podem servir de modelo, motivação e de estímulo.

Que a partir da análise e conclusões deste documento sejamos capazes de dar os passos para mitigar as necessidades sentidas, continuando a canalizar recursos municipais para o sector social, participando de forma ativa na resolução dos problemas, atuando simultaneamente como ponte entre os diversos atores sociais.

Lutaremos sempre pela justiça social e pela igualdade de oportunidades para todos, embora sabendo que mesmo dando sempre o melhor de nós, a jornada à nossa frente estará sempre incompleta e inacabada. Por isso em cada pequena vitória encontraremos certamente a motivação para prosseguir este nobre trabalho.



Presidente do Conselho Local de Ação Social de Rio Maior

ÍNDICE GERAL

Índice de quadros e figuras	5
Glossário de conceitos	9
1. Enquadramento	13
a. Objetivos do documento	13
b. O Programa Rede Social no quadro das Políticas Sociais	14
2. Metodologia de diagnóstico	18
3. O contexto da intervenção social	24
a. O contexto socioeconómico em 2012/2013	24
b. O concelho de Rio Maior em números	28
4. Áreas transversais de intervenção social em Rio Maior	47
a. Igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade	47
b. Voluntariado pessoal e institucional	52
c. Desenvolvimento sustentável	53
5. Áreas prioritárias de intervenção social em Rio Maior	55
a. Emprego, formação e qualificação	55
b. Comunidade e instituições	68
c. Família e parentalidade	72
d. Saúde e toxicodependências	82
e. Tempos livres, cultura e lazer	91
f. Habitação	97
6. Síntese conclusiva e considerações finais	101
7. Referências bibliográficas e electrónicas	104
8. Anexos	105
a. Conselho Local de Ação Social de Rio Maior (CLAS)	105
b. Fichas tipo de recolha de recursos endógenos	107
c. Quadros estatísticos de apoio	109
d. Respostas sociais	113

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 01 – *Workshops* de diagnóstico (ordem cronológica)

QUADRO 02 – Superfície do concelho e das freguesias de Rio Maior (2012)

QUADRO 03 – População residente no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por sexo (2001 e 2011)

QUADRO 04 – População estrangeira residente no concelho de Rio Maior (2012)

QUADRO 05 – População residente no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por grupos etários (2001 e 2011)

QUADRO 06 – Famílias clássicas no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por dimensão (2001 e 2011)

QUADRO 07 – Famílias clássicas no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por nível de escolaridade atingido do representante da família (2011)

QUADRO 08 – Núcleos familiares monoparentais no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por nível de escolaridade (2011)

QUADRO 09 – Taxa de abandono escolar no concelho e nas freguesias de Rio Maior (2001 e 2011)

QUADRO 10 – Resultados escolares no concelho de Rio Maior (2004/2005 – 2011/2012)

QUADRO 11 – Alunos matriculados no concelho de Rio Maior (2004/2005 – 2011/2012)

QUADRO 12 – População empregada no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por situação na profissão (2011)

QUADRO 13 – População empregada no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por setor de atividade (2011)

QUADRO 14 – Taxa de desemprego no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por sexo (2011)

QUADRO 15 – Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IEFP (2007 - 2014)

QUADRO 16 – Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IEFP, por género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (2007 - 2014)

QUADRO 17 – Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IEFP, por grupo etário (2007 - 2014)

- QUADRO 18** – Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IIEFP, por nível de escolaridade (2007 – 2014)
- QUADRO 19** – Pensionistas e pensões no concelho de Rio Maior, por sexo (2004-2012)
- QUADRO 20** – Empresas sediadas no concelho de Rio Maior, por escalão de pessoas ao serviço (2004-2011)
- QUADRO 21** – Empresas sediadas no concelho de Rio Maior, por actividade económica (2004-2011)
- QUADRO 22** – Análise SWOT de Rio Maior
- QUADRO 23** – Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (2004-2011)
- QUADRO 24** – População empregada por sexo e situação na profissão (2011)
- QUADRO 25** – População residente com 15 e mais anos de idade por sexo e principal meio de vida por sexo (2011)
- QUADRO 26** – População residente com pelo menos uma dificuldade por sexo (2011)
- QUADRO 27** – População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares por acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada (entrada do edifício) e existência de elevador (2011)
- QUADRO 28** – Principais constrangimentos na área do emprego, formação e qualificação (2013)
- QUADRO 29** – Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)
- QUADRO 30** – Principais constrangimentos na área da capacitação da comunidade e instituições (2013)
- QUADRO 31** – Recursos locais na área da capacitação da comunidade e das instituições (2013)
- QUADRO 32** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Dinâmica processual (2013)
- QUADRO 33** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Crianças e jovens acompanhados (2013)
- QUADRO 34** – Principais constrangimentos na área da família e parentalidade (2013)
- QUADRO 35** – Respostas sociais para a família e comunidade
- QUADRO 36** – Respostas sociais para pessoas com deficiências e incapacidades (2013)

- QUADRO 37 – Respostas sociais para idosos (2013)
- QUADRO 38 – Respostas sociais para crianças e jovens (2013)
- QUADRO 39 – Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)
- QUADRO 40 – Cuidados continuados integrados/cuidados continuados – Centro de Saúde (2013)
- QUADRO 41 – Parcerias na comunidade – Centro de Saúde (2013)
- QUADRO 42 – Recursos humanos na área da saúde por 1000 habitantes (2011)
- QUADRO 43 – Principais constrangimentos na área da saúde e toxicodependências (2013)
- QUADRO 44 – Recursos locais na área da saúde e toxicodependências (2013)
- QUADRO 45 – Principais constrangimentos na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)
- QUADRO 46 – Recursos locais na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)
- QUADRO 47 – Número de edifícios, por estado de conservação (2001 e 2011)
- QUADRO 48 – Alojamentos por tipologia (2011)
- QUADRO 49 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade (2011)
- QUADRO 50 – Habitação social (2013)

FIGURA 01 – Metodologia multi-método para a realização do Diagnóstico Social de Rio Maior

FIGURA 02 – Taxas de crescimento efetivo, migratório e natural residente no concelho de Rio Maior (2001-2012)

FIGURA 03 – Empresas sediadas no concelho de Rio Maior, por forma jurídica (2004-2011)

FIGURA 04 – Idade média dos edifícios (2011)

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

Alojamento familiar	Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.
Ator	Qualquer pessoa, grupo ou organização cujas ações influenciem, direta ou indiretamente, o projeto. Por vezes também se designa por “interveniente” ou “agente”.
Câmara Municipal	A câmara municipal é o órgão colegial do tipo executivo a quem está atribuída a gestão permanente dos assuntos municipais.
Concelho (Município)	Circunscrição administrativa, que se subdivide em freguesias.
Causa	O que produz um efeito ou consequência.
Consequência	Aquilo que é despoletado ou provocado por uma determinada causa.
Densidade populacional	Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).
Diagnóstico	Processo de analisar a situação, o problema, o grupo ou a organização que o projeto terá como objeto. Trata-se de um instrumento que permite a caracterização de uma situação, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a determinação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de uma determinada unidade de análise (situação, problema, grupo ou organização). Existem muitas formas de diagnóstico que podem ser utilizadas alternativa ou complementarmente.
Dimensão média da família	Quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes.
Esperança de vida	Número médio de anos que restam para viver a um indivíduo que atinja a idade exata x, mantendo-se as condições de mortalidade observadas no momento. Uma particularização desta noção é a esperança de vida à nascença, que corresponde à duração média de vida de um indivíduo.
Exportações de bens e serviços	As exportações de bens e serviços consistem nas transações de bens e serviços (vendas, trocas diretas, ofertas ou doações) de residentes para não residentes.
Família clássica	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.
Freguesia	Circunscrição administrativa em que se subdivide o Concelho.
Ganho médio mensal	Montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).
Grupo etário	Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência.

Indicador	Elemento observável e objetivo que fornece informação sobre aspetos específicos da realidade. Dados, qualitativos ou quantitativos, que fornecem informações sobre contextos, organizações, grupos, pessoas, dinâmicas ou atividades. Quando um indicador resulta da síntese ou da agregação de vários indicadores singulares, designa-se por “índice”.
Índice de dependência de idosos	Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 15-64 anos).
Índice de dependência de jovens	Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 15-64 anos).
Índice de dependência total	Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 15-64 anos).
Índice de envelhecimento	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas dos 0 aos 14 anos).
Índice de longevidade	Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 65 ou mais anos).
Índice de renovação da população em idade ativa	Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 55-64 anos).
Índice sintético de fecundidade	Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).
Intensidade laboral per capita muito reduzida	Proporção de indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial.
Naturalidade	Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.
Necessidade	Aquilo que um grupo-alvo necessita de acordo com as suas próprias perspetivas ou segundo uma apreciação dos seus interesses feita por terceiros.

Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS)	Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3.
Núcleo familiar	Conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.
Núcleo familiar monoparental	Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s).
Parceria	Acordo de colaboração entre duas ou mais organizações de modo a articular as suas intervenções. Envolve, dependendo da sua profundidade, a partilha de informação, recursos humanos, materiais e financeiros. As parcerias podem ser mais ou menos formais. Por vezes é utilizado, alternativamente, o termo “partenariado”. Porém, alguns autores distinguem entre os dois termos utilizando a designação “parceria” para acordos de parceria informais e “partenariado” para acordos de parceria formais.
Pessoa com deficiência	Pessoa que, por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas e suscetíveis de lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas em conjugação com os fatores ambientais.
Produto interno bruto a preços de mercado	O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de outras três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia).
Recursos	Meios – humanos, materiais ou financeiros – disponíveis e mobilizáveis para a concretização de determinadas atividades, determinados objetivos ou objetivos gerais.

Rendimento Social de Inserção (RSI)	<p>Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo que confira às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária. (metainformação – INE)</p> <p>O montante da prestação do rendimento social de inserção foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, passando a ser definido da seguinte forma: o montante da prestação do rendimento social de inserção é igual à diferença entre o valor do rendimento social de inserção correspondente à composição do agregado familiar e a soma dos rendimentos daquele agregado. O montante da prestação a atribuir varia em função da composição do agregado familiar do titular do direito ao rendimento social de inserção e de acordo com as seguintes regras: a) Pelo requerente, 100 % do montante da pensão social; b) Por cada indivíduo maior, 70 % do montante da pensão social; c) Por cada indivíduo menor, 50 % do montante da pensão social (Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho).</p>
Stakeholder	Qualquer grupo ou indivíduo que é, direta ou indiretamente, afetado pelo projeto ou pelos resultados de uma dada intervenção. Qualquer agente que possui um interesse no projeto: o grupo-alvo, a comunidade local, os beneficiários indiretos, os gestores de projeto, as organizações financiadoras, entre outros. Por vezes, é também designado por “interessado” ou “detentor de interesses”.
Taxa de analfabetismo	Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.
Taxa bruta de escolarização	Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.
Taxa de crescimento efetivo	Varição populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).
Taxa de crescimento migratório	Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes). O saldo migratório é a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.
Taxa de crescimento natural	Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes). O saldo natural é a diferença entre o número de nascidos vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.
Workshop	Evento, sob a forma de sessão ou reunião de trabalho, em que um grupo de pessoas se reúne com o propósito, por exemplo, de analisar um assunto, debater um tema ou elaborar um documento. Tradicionalmente, o termo <i>workshop</i> é utilizado quando se recorre a métodos e técnicas participativos ou ativos e o número de pessoas envolvidas no evento é relativamente reduzido.

FONTES: Schiefer et al (2006) MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos, São João do Estoril: Principia (pp.233-270).
INE, Sistema de Meta informação (www.ine.pt) / PORDATA

1. ENQUADRAMENTO

a. Objetivos do documento

A partir do primeiro Diagnóstico Social (2004) foram construídos os Planos de Desenvolvimento Social para os anos 2005-2007 e 2008-2010 que traduziram os problemas e as prioridades inventariadas no referido Diagnóstico Social, de forma a responder às necessidades e problemas identificados e considerados prioritários, constituindo-se este documento como o primeiro instrumento de estratégia de desenvolvimento social local do concelho de Rio Maior assente em novas dinâmicas de cooperação e parceria.

Considerando que o Diagnóstico Social é um instrumento fulcral para a estratégia de desenvolvimento social de qualquer concelho e, considerando ainda, o carácter obrigatório do Plano de Desenvolvimento Social, de acordo com o disposto no artigo 36º, do Decreto-Lei Nº115/2006, de 14 de Junho, o Município de Rio Maior, através do seu CLAS propôs a atualização do Diagnóstico Social Concelhio que constituirá uma ferramenta de trabalho e de facilitação para a elaboração do próximo Plano de Desenvolvimento Social, potenciador das novas oportunidades da estratégica nacional para a intervenção social.

O atual documento resulta de um processo participado de reflexão no seio do CLAS que contou com os contributos de um leque alargado de atores sociais locais. Resulta, igualmente, de um processo de recolha de informação quantitativa disponível no sistema estatístico nacional, e de informação qualitativa, nomeadamente sobre os recursos locais disponíveis e mobilizáveis para a minimização das necessidades detetadas em sede de *workshops* de diagnóstico (ver Capítulo 2: Metodologia de diagnóstico), bem como para a otimização das intervenções e dos pontos fortes do desenvolvimento social no concelho de Rio Maior.

Assim, e tendo como base o primeiro Diagnóstico Social consideraram-se as seguintes áreas temáticas/áreas de intervenção: Emprego, Formação e Qualificação, Família e Parentalidade, Comunidade e instituições, Acessibilidades e mobilidade, Saúde e Toxicodependências, Tempos livres, Cultura e Lazer e Habitação, introduzindo-se as temáticas da Igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade, do Voluntariado e do Desenvolvimento Sustentável.

b. O Programa Rede Social no quadro das políticas sociais

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português em 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de Novembro e da Declaração de Retificação Nº 10-O/1998. O final do século XX constituiu um momento de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal. A Rede Social é considerada um marco incontornável desta nova geração de políticas sociais, mantendo-se ativa nos territórios concelhios até à presente data.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de “sociedade em rede” de Manuel Castells e tendo por base o teorema da dualidade da estrutura de Anthony Giddens.

A RCM designa por Rede Social “... o conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”, alicerçando o conceito na “...tradição secular de entreatajuda familiar e de solidariedade mais alargada” do país.

A Rede Social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social. Neste quadro, tem por objetivos:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos da política social em Portugal;
- Integrar nos instrumentos de planeamento os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI);
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada e o desperdício de reforços, recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas.

De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores:

- **Princípio da Subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade, no quadro da Rede Social, traduz a ideia de que os problemas são resolvidos nos territórios. É no local, próximo das populações, que se deve atuar, de uma forma concertada, articulada e preventiva, pois, é a este nível que: i) se identificam os problemas e as necessidades, recursos, capacidades e identidades dos agentes de mudança; ii) se podem ensaiar, inovar e desenvolver ações de intervenção coletiva visando a resolução de problemas concretos locais.

A aplicação deste princípio pressupõe que, só depois de serem explorados os recursos e competências locais é que se deverá apelar a outros níveis sucessivos de decisão para a resolução dos problemas.

O local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efetiva e de formas de regulação social, em que o Estado, a sociedade civil organizada e os cidadãos se unem, criando fatores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos e do desenvolvimento local. (RCM n.º 197/97, de 18 de novembro)

- **Princípio da Integração**

O princípio da integração aponta para uma ação concertada e coordenada entre as várias entidades locais, assente: i) no incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado, fazendo apelo à participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para a resolução dos problemas sociais mais prementes; ii) na convergência das medidas de política social e outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta.

Um dos desafios que se colocam às redes sociais locais é o de serem capazes de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos diferentes setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.

- **Princípio da Articulação**

Este princípio refere-se à necessidade de articular a intervenção social dos diferentes parceiros com atividade num território numa parceria efetiva e dinâmica. Em consonância com o mesmo, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer um espaço comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.

A construção da parceria, em torno de objetivos comuns, pressupõe: i) definir o objeto da colaboração e equacionar em conjunto o contributo de cada parceiro; ii) definir ações concretas, envolvendo os parceiros, que permitam ajustar os diferentes modos de intervenção e proporcionar uma aprendizagem da cooperação; iii) corresponsabilizar os parceiros envolvidos no desenvolvimento do conjunto das ações, através da definição pelos vários agentes de uma estratégia comum.

Pretende-se assim que as parcerias funcionem de uma forma simples e desburocratizada, facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas.

- **Princípio da Inovação**

Face à emergência de novas problemáticas e às mudanças sociais que ocorrem a um ritmo acelerado, torna-se imprescindível que as novas políticas, medidas e programas sejam portadores de inovação para se adequarem às realidades em presença.

A Rede Social integra perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social, ao desenvolvimento de uma parceria estratégica baseada na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Este processo só terá sequência na medida em que também se traduza na criação de dinâmicas de inovação nos processos de trabalho e nas práticas.

Neste sentido, importa caminhar para: i) a descentralização dos serviços; ii) a desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados; iii) a circulação e partilha da informação; iv) a criação de um sistema de comunicação fácil acessível entre os serviços e os cidadãos e; v) formas de atuação que motivem a participação das comunidades locais.

- **Princípio da Igualdade de Género**

No quadro da promoção do desenvolvimento social, e a partir da aprovação do Decreto Lei nº 115/2006, de 14 de junho, a Rede Social passou a integrar a dimensão de género no conjunto dos princípios que enquadram o funcionamento das suas estruturas, orientam a conceção dos seus instrumentos de planeamento e conformam as intervenções concebidas no quadro da articulação dos parceiros.

É com base nesta perspetiva que é proposto aos concelhos que desenvolvem o Programa que concretizem os seguintes produtos:

- **Diagnóstico Social** integrando os resultados da avaliação do ciclo de planeamento anterior, e definindo as prioridades de intervenção para o ciclo de planeamento seguinte.
- **Plano de Desenvolvimento Social** contemplando a articulação com outros instrumentos de planeamento (Planos Estratégicos nacionais, setoriais, PDM, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local;
- **Plano de Ação** (anual) em que se explicitem as ações, cronograma, parceiros envolvidos e recursos para cada ação, bem como a relação das ações com os objetivos específicos no Plano de Desenvolvimento Social;
- **Modelo de avaliação** com as modalidades, os critérios de avaliação, os indicadores de resultado, de eficácia e de impacto;

- **Sistema de Informação** que deve incluir os indicadores de contexto e os indicadores de impacto, bem como a monitorização da execução dos Planos de Ação que depois fornecerão elementos para a realizar a avaliação daquele ciclo de planeamento.

Simultaneamente, devem ser constituídas plataformas de colaboração inter-organizacional, de âmbito concelhio – **Conselhos Locais de Ação Social (CLAS)** – e/ou de âmbito infra-concelhio – **Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF)**. Os CLAS e as CSF/CSIF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas de adesão livre (remete para o aspeto funcional das redes no que se refere à vontade de adesão e permanência) são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem no entanto contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros e de emissão de pareceres sobre opções de política pública local de cariz social, em regra não vinculativos.

[Para mais detalhes sobre o Programa Rede Social, consultar o website fonte de parte da informação constante neste capítulo:
<http://www4.seg-social.pt/rede-social>]

2. METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO

O processo de construção do Diagnóstico Social do Concelho de Rio Maior decorreu tendo por base a metodologia validada em sede de processo de contratação e que estava alicerçada numa abordagem multi-método, de cruzamento de várias fontes de informação. Não obstante a diversidade que se pretende associar a este processo, é facto que se apostou num cariz fortemente participativo, no reconhecimento que a informação relevante sobre as dinâmicas socioeconómicas do concelho de Rio Maior residia, essencialmente, na experiência e reflexão dos atores locais presentes e operantes no território “alvo” de diagnóstico.

Esta opção está em linha com os princípios de atuação da Logframe, Consultoria e Formação, designadamente:

- ✓ Participação concreta, em cada momento de trabalho, dos *stakeholders* locais por forma a garantir um conhecimento o mais completo possível das realidades em análise mas também a mobilização efetiva para a ação futura;
- ✓ Profissionalismo, baseado numa preocupação permanente com o rigor técnico e metodológico dos processos e com a consistência e robustez dos resultados obtidos;
- ✓ Abertura, por via de uma flexibilidade e atenção constantes às necessidades dos clientes, adequando estratégias e instrumentos metodológicos sempre que necessário;
- ✓ Transparência, através de um trabalho efetivo de parceria com os clientes e de partilha de informação, através de momentos específicos de feedback e recolha de contributos;
- ✓ Utilidade, procurando que todos os momentos de trabalho e processos técnico-metodológicos tenham como fim último a sua utilidade e utilização por parte dos clientes, parceiros e comunidades. A eliminação de atividades e processos sem valor-acrescentado é uma preocupação omnipresente nos nossos projetos.

Tendo por base os princípios descritos, foi desenhada e implementada uma abordagem participativa que aposta num leque diversificado de instrumentos de recolha e tratamento de informação que garantem, no seu conjunto, a abordagem multi-método que se propôs desenvolver e que permitiu uma “filtragem” mais segura de dados e uma leitura mais correta da realidade do concelho de Rio Maior. Esses instrumentos são:

- ✓ **Workshops de diagnóstico** de âmbito concelhio e temático envolvendo os representantes das organizações com intervenções relevantes em matéria de desenvolvimento social e que possuem um conhecimento aprofundado nas suas áreas de reflexão/intervenção;
- ✓ **Reuniões de trabalho**, nomeadamente com o Núcleo Executivo do CLAS;

- ✓ **Análise documental e estatística**, designadamente utilização de fontes oficiais, das quais se destacam pela sua atualidade os resultados do Censos 2011, as estatísticas do IEFP e da Segurança Social, mas também fontes de informação estatística de base local;
- ✓ **Recolha de informação sobre recursos locais** junto dos principais *stakeholders* do concelho de Rio Maior.

FIGURA 01 – Metodologia multi-método para a realização do Diagnóstico Social de Rio Maior



O processo e resultados do diagnóstico assentam em três áreas transversais e seis áreas prioritárias de intervenção social no concelho de Rio Maior, nomeadamente:

Áreas transversais

- Igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade
- Voluntariado pessoal e institucional
- Desenvolvimento sustentável

Áreas prioritárias

- Emprego, formação e qualificação
- Comunidade e instituições
- Família e parentalidade
- Saúde e toxicodependências
- Tempos livres, cultura e lazer
- Habitação

As temáticas enunciadas estiveram na base dos *workshops* de diagnóstico de âmbito concelhio e temático, realizados durante o ano de 2013, com diversos atores locais e cuja participação se sistematiza no quadro seguinte.

QUADRO 01 – Workshops de diagnóstico (ordem cronológica)

Temas	Data e local	Entidades representadas
<p>“Emprego, formação e qualificação”</p> <p>“Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil”</p> <p>“Capacitação da comunidade e instituições”</p>	<p>06.06.2013, Auditório da Biblioteca Municipal Laureano Santos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Aldeias de Crianças SOS de Portugal – Delegação de Rio Maior • Associação Bombeiros Voluntários de Rio Maior • Associação Centro de Convívio e Recreio do Outeiro da Cortiçada • Câmara Municipal de Rio Maior • Centro de Convívio e Solidariedade Social de Sourões • Centro de Educação Especial “O Ninho” • Centro Paroquial de Bem-estar Social de Rio Maior – Lar Fausta Sequeira Nobre • Centro Social e Paroquial São João Batista – São João da Ribeira • Conferência de Santo António da Sociedade de São Vicente de Paulo • Delegação de Rio Maior da Cruz Vermelha Portuguesa • Escola Profissional de Rio Maior • Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira • Guarda Nacional Republicana • Junta de Freguesia de Arrouquelas • Junta de Freguesia de Arruda dos Pisões • Junta de Freguesia de Fráguas • Junta de Freguesia de Rio Maior • Junta de Freguesia de São Sebastião • JuvAz – Associação Juvenil de Assentiz • IEFP – Serviço de Emprego de Santarém • IEFP – Serviço de Formação Profissional de Santarém • Rotary Club de Rio Maior • Salpique – Associação de Solidariedade Arroquelense • Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior • Núcleo Local de Inserção de Rio Maior • Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior • Gabinete de Inserção Profissional
<p>“Família e valores”</p>	<p>04.09.2013, Auditório da Biblioteca Municipal Laureano Santos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Aldeias de Crianças SOS de Portugal – Delegação de Rio Maior • Câmara Municipal de Rio Maior • Centro de Convívio e Solidariedade Social de Sourões • Centro Paroquial de Bem-estar Social de Rio Maior – Lar Fausta Sequeira Nobre

		<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior • Conferência de Santo António da Sociedade de São Vicente de Paulo • Conselheira Local para a Igualdade • Escola Profissional de Rio Maior • Escola Superior de Desporto de Rio Maior • ISS – Centro Distrital de Santarém • Núcleo Local de Inserção de Rio Maior • Paróquia de Rio Maior • Projeto de Intervenção Precoce de Rio Maior – PIP-RIO • Rotary Club de Rio Maior • Salpiquete – Associação de Solidariedade Arroquelense • Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior
Acessibilidades e mobilidade	04.09.2013, Auditório da Biblioteca Municipal Laureano Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal de Rio Maior – Ação Social • Câmara Municipal de Rio Maior – Obras Municipais • Comissão Dinamizadora de Santarém da Associação Portuguesa de Deficientes • Guarda Nacional Republicana • Hilário Sousa • Junta de Freguesia da Marmeleira • Junta de Freguesia de Alcobertas • Junta de Freguesia de Assentiz • Liga dos Combatentes – Núcleo de Rio Maior • Malaqueijo Solidário – Centro de Bem-estar Social • Rodoviária Tejo
Ambiente, saúde e toxicodependências	09.09.2013, Auditório da Biblioteca Municipal Laureano Santos	<ul style="list-style-type: none"> • Associação “Ar Puro” • Associação de Pais da Escola Fernando Casimiro Pereira da Silva • Câmara Municipal de Rio Maior – Ação Social e Saúde • Câmara Municipal de Rio Maior – Ambiente • Clube do Mato • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior • Cooperativa Terra Chã • Escola Profissional de Rio Maior • Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira • Guarda Nacional Republicana • Junta de Freguesia de Rio Maior • Núcleo Local de Inserção de Rio Maior • Projeto de Intervenção Precoce de Rio Maior – PIP-RIO • Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior • SEPNA/EPNAZE
Tempos livres, cultura e lazer	28.10.2013, Auditório da Biblioteca Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal • Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal

	<p>Laureano Santos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro • Associação H20 • Câmara Municipal de Rio Maior – Ação Social • Câmara Municipal de Rio Maior – Cultura e Juventude • Centro de Educação Especial “O Ninho” – CLDS+ • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior • Cooperativa Terra Chã • Escola Profissional de Rio Maior • Escola Superior de Desporto de Rio Maior • Projeto de Intervenção Precoce de Rio Maior – PIP-RIO • Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior
--	------------------------	---



3. O CONTEXTO DA INTERVENÇÃO SOCIAL

a. O contexto socioeconómico em 2012/2013

A atual realidade socioeconómica do país é particularmente difícil, resultante de uma crise sem precedentes nas últimas décadas. De facto, a situação económica e social degradou-se de uma forma bastante aguda, com o desemprego e a precariedade do emprego a acentuarem-se e a afetarem de forma particularmente intensa alguns grupos sociais mas atingindo todos, o rendimento disponível das famílias a retrain-se, e a economia em recessão.

As vulnerabilidades e constrangimentos ao desenvolvimento do país são de diversa ordem, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico), os que se seguem.

✓ O desafio da evolução demográfica

A evolução da demografia nacional traduz-se num acentuado envelhecimento da população residente. Este é o resultado de um conjunto complexo de fatores económicos, sociais e culturais, parte dos quais diretamente associados ao desenvolvimento do país nas últimas décadas. Mas hoje, a população portuguesa tem visto esse fenómeno acentuar-se, quer pelo topo da pirâmide, em consequência do aumento da esperança média de vida (79,78 anos em 2010-2012; 76,73 anos em 2000-2002; 73,97 anos em 1990-1992) – o que é positivo –, quer pela base, resultado do adiamento da maternidade (em 2012 a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é de 29,5 anos, face a 2008, em que este indicador registava o valor de 28,4 anos) e do reduzido número médio de filhos por mulher em idade fértil (o índice sintético de fecundidade em 2012 é de 1,28 filhos, face a 1,40 em 2008).

A estas dinâmicas naturais acresce o incremento dos movimentos migratórios da população em idade jovem, seja de retorno dos imigrantes aos seus países de origem, seja de saída de emigrantes para outros países.

Os desequilíbrios demográficos daqui decorrentes acarretam consequências diversas, que em contexto de crise económica e social se tornam particularmente sensíveis: o agravamento da relação entre a população em idade ativa e os dependentes; a crescente presença da 4ª idade na sociedade portuguesa (mais de 5% da população portuguesa com idade superior a 80 anos, segundo os Censos 2011); a maior pressão sobre os sistemas de saúde e de proteção social ou a necessidade de novos ajustamentos entre a oferta e a procura de serviços de proximidade.

✓ O desemprego e a exclusão social

O elevado nível de desemprego apresenta-se hoje como um problema social da maior relevância. A taxa de desemprego em Portugal verificou uma trajetória ascendente desde o início do século, agravando-se na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento em curso na economia portuguesa (16,3% no final de 2013, segundo o INE). O desemprego de longa duração, afetando atualmente mais de metade da população desempregada, constitui um fator de preocupação acrescida, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano com reflexos significativos no potencial de crescimento da economia. A situação dos jovens no mercado de trabalho merece igual nível de preocupação, sobretudo pelo acréscimo muito relevante de jovens que não estão em situação de emprego, nem de ensino ou formação.

No atual contexto da sociedade portuguesa, as implicações do desemprego prolongado sobre o rendimento disponível das famílias, a pobreza monetária e as desigualdades de rendimento decorrem, desde logo, da centralidade dos rendimentos provenientes do trabalho nos orçamentos familiares, bem como pelo fenómeno do sobre-endividamento das famílias, traduzindo-se num aumento das taxas de incumprimento nos créditos assumidos. Por outro lado, uma adequada inserção no mercado de trabalho constitui um fator muito relevante nos processos de socialização e, como tal, de integração social plena dos cidadãos em idade ativa, pelo que o desemprego, nomeadamente de longa duração, comporta riscos de desestruturação pessoal e social que não se prendem apenas com as questões do acesso ao rendimento.

A evolução do desemprego e da situação social do país tem impactos assimétricos na população e no território, atingindo de forma diferenciada os seguintes grupos: desempregados de longa duração, destacando-se os adultos seniores e os jovens adultos (nomeadamente os que se encontram à procura do primeiro emprego); assalariados com baixas qualificações e remunerações; crianças e jovens em risco, nomeadamente os que pertencem a agregados familiares com baixa intensidade laboral ou a famílias monoparentais e numerosas. Existem, ainda, outros grupos vulneráveis como os trabalhadores da economia informal, as mulheres (pelas discriminações de que são alvo, nomeadamente no acesso ao trabalho de qualidade e na progressão profissional), os idosos (em particular os de idade mais avançada), as pessoas com deficiências ou incapacidades, os imigrantes e grupos étnicos e os sem-abrigo. Estes são grupos com forte incidência relativa de baixos rendimentos, em que as redes de apoio informal tendem a ser mais frágeis e que experienciam dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho.

Portugal apresenta atualmente elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social, refletindo-se em aspetos como: incidência da pobreza infantil, conjugada tanto com elevados níveis de persistência, como de intensidade, potenciando a reprodução intergeracional da pobreza; vulnerabilidade acrescida dos agregados com crianças, em particular as famílias monoparentais e as numerosas; situações de insuficiência de recursos em agregados com adultos que trabalham, tipicamente associados a níveis de escolaridade muito reduzidos e que se refletem em desigualdades salariais acentuadas; crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho, traduzindo-se em novas situações de pobreza monetária e de desigualdade de rendimentos; existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, como os desempregados de longa duração, as pessoas com deficiência e/ou incapacidade, os imigrantes, os sem-abrigo, entre outros. Tem-se verificado ainda que o fenómeno do sobre-endividamento corresponde a um dos fatores emergentes de empobrecimento e de agravamento das situações de pobreza monetária.

O processo de reestruturação em curso na economia portuguesa deverá tornar mais prementes as alterações estruturais ao nível do mercado de trabalho, particularmente em relação às qualificações, mas também, e numa perspetiva de médio prazo, na capacidade de inclusão no mercado de trabalho de públicos mais vulneráveis e afetados pela crise económica, nomeadamente os trabalhadores mais velhos, para os quais se torna mais relevante a questão das qualificações e da adaptabilidade face às novas exigências do mercado, assim como os mais jovens, com dificuldades acrescidas de inserção profissional e as pessoas com deficiência, mais afastadas da plena participação no mercado de trabalho.

✓ **Qualificações**

O nível médio de qualificações da população é baixo¹, o que constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial do país. Na estrutura de qualificações portuguesa predominam ainda os níveis mais baixos de educação formal, em contraste como o modelo económico que tem vindo a consolidar-se no seio da UE, assente em médias e altas qualificações. Embora a situação seja substancialmente mais favorável entre as novas gerações, Portugal continua muito aquém dos padrões europeus. O esforço realizado nas últimas décadas na qualificação da população reflete-se na evolução favorável de vários indicadores, incluindo a diminuição da taxa de abandono escolar precoce, o aumento da taxa de escolaridade de nível secundário da população entre os 25 e 64 anos e o aumento do peso da população com o ensino superior entre os 30 e 34 anos.

A situação do país em termos de qualificações constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional, com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao exercício de uma cidadania ativa e à empregabilidade.

✓ **Economia**

No início de 2011, a economia portuguesa foi confrontada com uma acentuada degradação das condições de acesso a financiamento internacional, que conduziram ao pedido de assistência financeira internacional por parte do Estado Português. A crescente relutância dos investidores internacionais em financiar a economia portuguesa refletia então os acentuados desequilíbrios orçamental e externo da economia nacional, acumulados ao longo de uma década marcada por crescimento económico reduzido, num contexto de elevado endividamento público e privado, sendo tais desequilíbrios agravados pela crise económica e financeira internacional a partir de 2008.

Nos últimos anos verificou-se, como consequência do exposto no parágrafo anterior, uma forte quebra do investimento empresarial, acompanhada de uma significativa redução do investimento público e, ainda, de uma contenção assinalável do consumo privado. Neste último caso, ressaltam-se como principais causas: i) a perda de rendimentos reais das famílias, associado ao aumento da carga fiscal, à redução de salários e ao aumento do desemprego; ii) a perceção por parte das famílias de que a perda de rendimentos assumiria uma natureza permanente; iii) os elevados níveis de endividamento; iv) e a manutenção de condições restritivas de acesso ao crédito.

¹ Segundo o Observatório das Desigualdades, cerca de 3/5 (59%) da população média empregada em Portugal no ano de 2011, com idade entre os 15-64 anos, não tinha ido além do 9º ano de escolaridade. Mais concretamente, 23% concluiu o 3º ciclo do básico, 16% o 2º ciclo do básico, 18% o 1º ciclo do básico e 2,2% não tinha concluído qualquer nível de ensino. Por seu lado, 21,7% completou no máximo o ensino secundário ou pós-secundário (não superior) e 19,7% concluiu o ensino superior. (<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp>)

Inversamente, as exportações líquidas de bens e serviços deram um contributo positivo para o desempenho do PIB nacional, tanto pelo lado das exportações, como pelo lado das importações (que caíram 6,6% em 2012).

Ainda assim, a economia portuguesa tem vindo a registar variações homólogas persistentemente negativas do PIB nacional, com uma duração e severidade da recessão económica sem par na história recente do país, a qual tem impactos negativos a vários níveis dos quais se destacam: i) a depreciação do capital humano nacional; ii) a emigração de jovens qualificados; iii) a perda de confiança dos agentes económicos; iv) o empobrecimento das famílias.

É neste contexto socioeconómico exigente que é elaborado o presente Diagnóstico Social do Concelho de Rio Maior e que decorrerá, com elevado grau de probabilidade, a implementação do novo Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Rio Maior.

b. O concelho de Rio Maior em números

✓ População

O concelho de Rio Maior localiza-se na NUTS 2 – Alentejo e na NUTS 3 – Lezíria do Tejo, registando no ano de 2012 uma população residente de 21 110 indivíduos, 48,3% dos quais do sexo masculino (10 196) e 51,7% do sexo feminino (10 914). Rio Maior regista uma área de 272,76 Km² e é constituído por 10 freguesias², a maior das quais (em termos populacionais e de superfície) a própria sede de concelho, com 12 005 residentes (2011) e 91Km². Tendo em conta a relação entre superfície e população residente, conclui-se que para o ano de referência 2012, a densidade populacional de Rio Maior é de 77,39 hab/Km².

Do ponto de vista geográfico, o concelho apresenta grande diversidade e heterogeneidade no que respeita às formas de ocupação, povoamento, paisagens e recursos naturais. É um concelho predominantemente rural que se encontra limitado a norte pela Serra dos Candeeiros e administrativamente pelos concelhos de Alcobaça e Porto de Mós, a oeste pelas Caldas da Rainha e pelo Cadaval, a este por Santarém, e a sul pelo concelho da Azambuja. Neste contexto, Rio Maior constitui um território de charneira entre o Oeste e a Lezíria do Tejo, numa posição de elevada centralidade no espaço nacional.

QUADRO 02

Superfície do concelho e das freguesias de Rio Maior (2012)

Localização geográfica	Superfície
	Km ²
Rio Maior	272.76
Alcobertas	32.03
Arrouquelas	27.85
Arruda dos Pisões	9.96
Azambujeira	8.89
Fráguas	16.12
Marmeleira	8.85
Outeiro da Cortiçada	14.52
Rio Maior	91.00
São João da Ribeira	12.28
Asseiceira	16.71
São Sebastião	15.40
Ribeira de São João	7.89
Malaqueijo	5.95
Assentiz	5.30



FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística
(segundo o antigo mapa administrativo)

² Fruto do processo de reorganização administrativa das freguesias de Rio Maior, as 14 freguesias existentes até meados de 2013 deram lugar a 10, segundo a seguinte listagem: União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo; União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz; União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões; União das Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João; Alcobertas; Arrouquelas; Asseiceira; Fráguas; Rio Maior; São Sebastião.

Segundo uma perspetiva evolutiva da população residente no concelho de Rio Maior, constata-se uma tendência de estabilização da população, não se tendo verificado na última década diferenciais populacionais superiores a 1%.

QUADRO 03

População residente no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por sexo (2001 e 2011)

Localização geográfica	População residente em 2011			População residente em 2001		
	Nº / HM	Nº / H	Nº / M	Nº / HM	Nº / H	Nº / M
Portugal	10562178	5046600	5515578	10356117	5000141	5355976
Lezíria do Tejo	247453	119148	128305	240832	116914	123918
Rio Maior	21192	10255	10937	21110	10364	10746
Alcobertas	1923	974	949	2033	1027	1006
Arrouquelas	591	285	306	608	310	298
Arruda dos Pisões	405	186	219	425	196	229
Azambujeira	458	230	228	528	259	269
Fráguas	905	429	476	945	468	477
Marmeleira	437	210	227	411	198	213
Outeiro da Cortiçada	674	327	347	829	386	443
Rio Maior	12005	5779	6226	11532	5621	5911
São João da Ribeira	892	439	453	887	451	436
Asseiceira	1017	497	520	878	443	435
São Sebastião	523	244	279	564	277	287
Ribeira de São João	496	241	255	582	287	295
Malaqueijo	438	209	229	464	225	239
Assentiz	428	205	223	424	216	208

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Em termos de freguesias, era a freguesia de Rio Maior aquela que concentrava o maior número de população residente (56,65%), seguida de Alcobertas e de Asseiceira (ainda que esta última com uma diferença muito significativa da primeira); em oposição, eram as freguesias de Arruda dos Pisões, Assentiz, Marmeleira e Malaqueijo aquelas que registavam menos população residente.

Ressalva-se o facto de esta análise, assim como as subsequentes, estar suportada na anterior organização administrativa do Concelho de Rio Maior, já que o sistema estatístico nacional ainda não procedeu à atualização dos dados à freguesia, segundo o novo mapa administrativo do país.

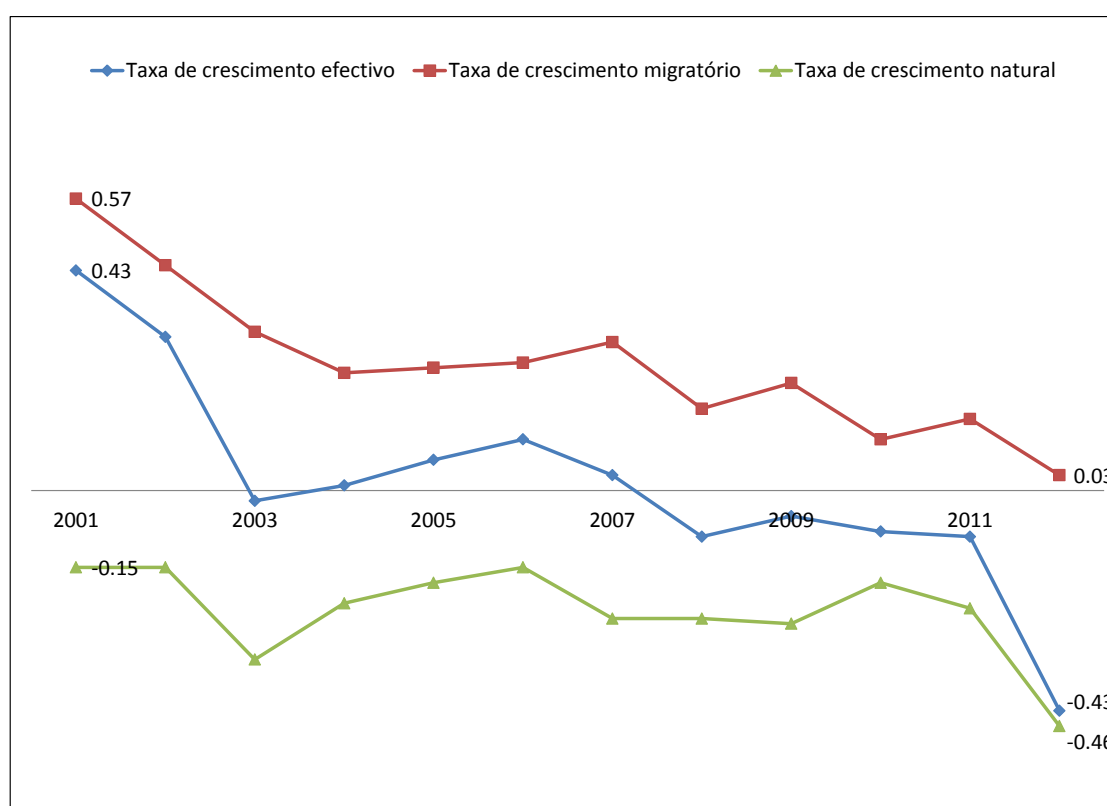
Esta estabilização tem naturalmente relação direta com três indicadores demográficos, fundamentais para descrever as dinâmicas populacionais, a saber: taxa de crescimento efetivo, taxa de crescimento natural e taxa de crescimento migratório. Ainda assim, é possível constatar que a manutenção do número de população residente, em termos de tendência global, se deve a taxas de crescimento migratório sistematicamente positivas (ainda que com valores muito reduzidos). Por sua vez, a taxa de crescimento natural apresenta valores permanentemente negativos. Esta dinâmica é em tudo semelhante, ainda que com valores percentuais distintos, da registada para a região NUTS 3 Lezíria do Tejo.

Tendo em conta a importância dos movimentos migratórios para a estabilização da população concelhia, importa sublinhar que Rio Maior regista, em 2012 e segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 729 pessoas provenientes do estrangeiro a residir no concelho (361 homens e 368 mulheres), sobretudo dos seguintes países: i) Ucrânia: 280, dos quais 146 homens e 134 mulheres; ii) Brasil: 186, dos quais 82 homens e 104 mulheres; iii) Roménia: 86, dos quais 48 homens e 38 mulheres; iv) Moldávia: 56, dos quais 22 homens e 34 mulheres.

Uma análise temporal permite concluir por uma quebra no número de população estrangeira residente no concelho, ou seja, se em 2012 residiam 729 estrangeiros, em 2010 este valor era de 839 indivíduos, o que representa uma perda de aproximadamente 13,1% em 2 anos.

FIGURA 02

Taxas de crescimento efetivo, migratório e natural residente no concelho de Rio Maior (2001-2012)



FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 04

População estrangeira residente no concelho de Rio Maior (2012)

Naturalidade (País)	População residente estrangeira	Naturalidade (País)	População residente estrangeira
	N.º		N.º
África do Sul	1	França	4
Albânia	2	Geórgia	3
Alemanha	1	Guiné Bissau	2
Angola	11	Holanda	4
Azerbaijão	1	Índia	7
Bélgica	3	Itália	1
Brasil	186	Kosovo	1
Bulgária	1	Marrocos	3
Cabo Verde	2	Moldávia	56
Camarões	1	Nepal	1
Canadá	1	Reino Unido	12
Cazaquistão	3	República Dominicana	1
China	25	Roménia	86
Colômbia	3	Rússia	6
Cuba	1	São Tomé e Príncipe	1
Eslováquia	1	Suíça	2
Espanha	10	Ucrânia	280
Estados Unidos da América	1	Venezuela	2
Estónia	3	TOTAL	729

FONTE: SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A análise por grupos etários permite concluir que o concelho de Rio Maior ganhou, sobretudo, população idosa (13,48%), ou seja, com idades iguais ou superiores a 65 anos, seguida da população ativa (2,27%), ou seja, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. Sublinha-se, igualmente, o facto de a população jovem registar uma tendência de decréscimo, nomeadamente na faixa etária com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (-22,16%).

Os índices demográficos tradicionalmente utilizados demonstram, de forma inequívoca a evolução descrita, ou seja, registam os valores mais elevados da série temporal em consideração neste estudo: i) um índice de envelhecimento de 144,4 (em 2001 o valor era de 118,6); ii) um índice de dependência de idosos de 32,6 (em 2001 o valor era de 28,1); iii) um índice de longevidade de 48,5% (em 2001 o valor era de 41,8%).

Em oposição, os índices de dependência de jovens e de renovação da população em idade ativa têm registado quebras sistemáticas nos seus valores, apresentando valores de 22,6 (face a 23,7 em 2001) e de 86,3 (face a 125,2 em 2001), respetivamente, no ano de 2012.

QUADRO 05

População residente no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por grupos etários (2001 e 2011)

Localização geográfica	População residente em 2011					População residente em 2001				
	Nº / Total	Nº / 0-14 anos	Nº / 15-24 anos	Nº / 25-64 anos	Nº / 65 e mais anos	Nº / Total	Nº / 0-14 anos	Nº / 15-24 anos	Nº / 25-64 anos	Nº / 65 e mais anos
Portugal	10562178	1572329	1147315	5832470	2010064	10356117	1656602	1479587	5526435	1693493
Lezíria do Tejo	247453	36281	23845	132766	54561	240832	34067	31536	127602	47627
Rio Maior	21192	3199	2223	11385	4385	21110	3258	2856	11132	3864
Alcobertas	1923	302	237	1012	372	2033	358	305	1011	359
Arrouquelas	591	53	54	286	198	608	65	66	324	153
Arruda dos Pisões	405	61	34	216	94	425	45	64	199	117
Azambujeira	458	67	39	227	125	528	75	70	257	126
Fráguas	905	115	98	477	215	945	148	118	503	176
Marmeleira	437	72	39	227	99	411	68	53	196	94
Outeiro da Cortiçada	674	99	61	332	182	829	106	99	430	194
Rio Maior	12005	1899	1287	6632	2187	11532	1862	1618	6181	1871
São João da Ribeira	892	114	86	472	220	887	124	109	470	184
Asseiceira	1017	149	105	556	207	878	132	104	498	144
São Sebastião	523	76	54	244	149	564	74	52	308	130
Ribeira de São João	496	70	56	246	124	582	92	78	291	121
Malaqueijo	438	65	30	238	105	464	50	68	238	108
Assentiz	428	57	43	220	108	424	59	52	226	87

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

✓ Famílias

No que diz respeito às famílias clássicas e núcleos familiares, Rio Maior registava no ano de 2011, 8 304 famílias, maioritariamente constituídas por 2 pessoas (2 674, ou seja, 32,2%). Comparativamente com 2001, Rio Maior registou um aumento de 8,35% de famílias clássicas (em 2001, o valor absoluto cifrava-se nas 7 664 famílias), sobretudo nas famílias com uma pessoa (38,37%) e duas pessoas (16,77%). Em sentido oposto estão as famílias consideradas numerosas onde se regista um decréscimo, na ordem dos 13,53% nas famílias com 4 pessoas e de 21,99% nas famílias com 5 ou mais pessoas. Em matéria de escolaridade, constata-se que 40,9% dos representantes das famílias apenas detém o 1º Ciclo do Ensino Básico, o que traduz um peso percentual bastante significativo no total dos representantes das famílias.

QUADRO 06

Famílias clássicas no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por dimensão (2001 e 2011)

Localização geográfica	Famílias clássicas em 2011						Famílias clássicas em 2001					
	Nº / Total	Nº / 1 pessoa	Nº / 2 pessoas	Nº / 3 pessoas	Nº / 4 pessoas	Nº / 5 ou mais pessoas	Nº / Total	Nº / 1 pessoa	Nº / 2 pessoas	Nº / 3 pessoas	Nº / 4 pessoas	Nº / 5 ou mais pessoas
Portugal	4 043 726	866 827	1 277 558	965 781	671 066	262 494	3 650 757	631 762	1 036 312	918 735	718 492	345 456
Lezíria do Tejo	97 405	21 305	33 241	22 856	14 935	5 068	90 230	17 029	29 060	22 210	16 066	5 865
Rio Maior	8 304	1 897	2 674	1 905	1 374	454	7 664	1 371	2 290	1 832	1 589	582
Alcobertas	703	151	186	148	166	52	680	107	171	147	163	92
Arrouquelas	245	70	90	45	32	8	249	55	94	43	50	7
Arruda dos Pisões	163	38	55	36	23	11	161	29	53	44	22	13
Azambujeira	194	54	57	50	27	6	189	32	61	40	39	17
Fráguas	351	70	124	76	66	15	331	43	105	79	78	26
Marmeleira	168	42	52	33	27	14	157	39	48	30	22	18
Outeiro da Cortiçada	268	54	96	60	43	15	317	58	107	70	69	13
Rio Maior	4 683	1 066	1 502	1 107	755	253	4 102	675	1 179	1 085	863	300
São João da Ribeira	344	60	126	87	53	18	332	60	109	76	62	25
Asseiceira	405	86	136	99	62	22	341	93	97	57	61	33
São Sebastião	223	63	71	47	33	9	236	53	94	40	42	7
Ribeira de São João	196	47	58	45	34	12	218	41	68	52	41	16
Malaqueijo	194	62	62	39	23	8	190	55	53	37	36	9
Assentiz	167	34	59	33	30	11	161	31	51	32	41	6

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 07

Famílias clássicas no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por nível de escolaridade atingido do representante da família (2011)

Localização geográfica	Famílias clássicas em 2011							
	Nº / Total	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico - 1º CEB	Ensino básico - 2º CEB	Ensino básico - 3º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Portugal	4 043 726	266 155	1 464 309	407 613	580 282	627 692	24 912	672 763
Lezíria do Tejo	97 405	8 871	37 193	9 291	14 409	15 291	589	11 761
Rio Maior	8 304	586	3 397	934	1 262	1 223	60	842
Alcobertas	703	87	357	115	78	51	0	15
Arrouquelas	245	22	131	15	28	27	0	22
Arruda dos Pisões	163	11	83	16	23	21	1	8
Azambujeira	194	16	92	31	19	16	0	20
Fráguas	351	33	200	44	42	24	1	7
Marmeleira	168	7	73	18	28	26	2	14
Outeiro da Cortiçada	268	25	138	33	36	19	2	15
Rio Maior	4683	273	1579	488	819	859	51	614
São João da Ribeira	344	26	150	40	46	47	1	34
Asseiceira	405	23	190	49	48	51	1	43
São Sebastião	223	35	128	19	21	10	1	9
Ribeira de São João	196	8	92	24	30	26	0	16
Malaqueijo	194	10	101	32	21	19	0	11
Assentiz	167	10	83	10	23	27	0	14

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Os núcleos familiares monoparentais (914) representam 14,61%³ do total de núcleos familiares existentes no concelho em 2011 (6 500, face a 6 372 em 2001). Importa referir a dimensão da monoparentalidade neste documento, na medida em que é geralmente reconhecido que estas são famílias tendencialmente mais vulneráveis a riscos de pobreza e exclusão social (que naturalmente poderão ou não verificar-se, em função de outras variáveis como o rendimento disponível, a escolaridade ou a situação face ao emprego).

Verifica-se, ainda, que a maioria dos adultos destas famílias (50,7% - 463) não possui mais que o 2º ciclo do ensino básico e, em regra, estes adultos são do sexo feminino (84,57% - 77). No que diz respeito ao grupo etário destes adultos, é de sublinhar que 21,88% são idosos (200), 14% têm idades compreendidas entre os 40 e 44 anos e 12,58% têm idades compreendidas entre os 45 e os 49 anos.

QUADRO 08

Núcleos familiares monoparentais no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por nível de escolaridade (2011)

Localização geográfica	Núcleos familiares monoparentais em 2011							
	Nº / Total	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico 1º CEB	Ensino básico 2º CEB	Ensino básico 3º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Portugal	480 443	43 057	146 078	46 899	81 141	87 234	2 893	73 141
Lezíria do Tejo	10 297	1 040	3 028	930	1 864	1 964	70	1 401
Rio Maior	914	61	305	97	158	170	9	114
Alcobertas	51	7	21	7	9	6	0	1
Arrouquelas	24	2	14	2	1	3	0	2
Arruda dos Pisões	19	0	10	2	4	2	0	1
Azambujeira	19	1	8	3	0	4	0	3
Fráguas	27	4	15	1	3	2	0	2
Marmeleira	13	1	4	3	2	3	0	0
Outeiro da Cortiçada	24	3	6	3	5	4	1	2
Rio Maior	588	38	175	54	105	120	6	90
São João da Ribeira	43	2	13	9	10	7	0	2
Asseiceira	25	1	7	3	6	6	1	1
São Sebastião	21	0	14	2	2	2	0	1
Ribeira de São João	25	1	4	4	3	5	1	7
Malaqueijo	15	0	5	4	1	4	0	1
Assentiz	20	1	9	0	7	2	0	1

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

³ Este valor está em linha com a percentagem para o país, que em 2011, se cifrava nos 14,89%.

✓ Educação e formação

No que diz respeito ao nível de escolaridade da população do concelho de Rio Maior, verifica-se que ainda existe uma percentagem algo significativa de pessoas com baixos níveis de escolaridade. De facto, em 2011, 12,5% de população residente no concelho com 15 e mais anos não tem qualquer nível de escolaridade. Ainda assim, este valor denota um desempenho excelente do concelho nesta matéria de redução de 10,6 p.p. face ao ano de 2001, em que a percentagem de pessoas com 15 e mais anos sem qualquer nível de escolaridade se cifrava nos 23,1%. Este desempenho traduz, ainda, uma aproximação relativamente aos valores do país (se em 2001 a diferença era de 5,1 p.p., em 2011 esta diferença era apenas de 2,1 p.p.).

Em sentido oposto, mas reforçando este desempenho muito positivo, está o crescimento da percentagem de população com 15 e mais anos com ensino secundário e com ensino superior. No primeiro caso, Rio Maior registava em 2011 um valor de 15,2% face aos 10,8% registados em 2001; no segundo caso, o concelho registava em 2011 um valor de 8,9% face aos 4,2% registados em 2001.

Este desempenho é, ainda, corroborado pelos dados relativos ao abandono escolar⁴, em que o concelho registou uma redução de 2,12 p.p. em 10 anos, bem como pelos dados referentes à transição/ conclusão no ensino secundário regular, em que Rio Maior registou um aumento de 21,6 p.p. entre 2004/2005 e 2010/2011.

QUADRO 09

Taxa de abandono escolar no concelho e nas freguesias de Rio Maior (2001 e 2011)

Localização geográfica	Taxa de abandono escolar	
	% / 2011	% / 2001
Portugal	1,58	2,79
Lezíria do Tejo	1,61	2,84
Rio Maior	2,00	4,12
Alcobertas	1,53	5,84
Arrouquelas	0,00	6,90
Arruda dos Pisões	11,11	0,00
Azambujeira	2,78	15,38
Fráguas	5,45	6,45
Marmeleira	3,23	0,00
Outeiro da Cortiçada	0,00	0,00
Rio Maior	1,89	4,05
São João da Ribeira	0,00	1,67
Asseiceira	0,00	3,13
São Sebastião	3,33	3,57
Ribeira de São João	0,00	0,00
Malaqueijo	4,55	5,26
Assentiz	4,00	3,70

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

⁴ Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)*100).

As estatísticas do Ministério da Educação e Ciência (MEC) permitem ainda concluir por um bom desempenho em termos de quebra das taxas de retenção e desistência, nomeadamente no ensino secundário, mas também no 2º e 3º ciclos do ensino básico.

QUADRO 10

Resultados escolares no concelho de Rio Maior (2004/2005 – 2011/2012)

Indicadores	Ano letivo							
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
	Nº							
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência								
Ensino básico	10,7	9,4	10,3	7,4	6,9	7,8	8,3	8,9
1.º Ciclo	3,3	6,0	3,8	4,7	2,7	6,1	4,5	6,4
2.º Ciclo	8,5	8,7	8,9	8,1	8,3	4,2	7,1	4,1
3.º Ciclo	21,7	14,7	20,9	11,9	13,3	13,4	15,3	17,2
Secundário	38,0	30,6	23,1	19,1	16,1	12,2	16,4	17,0
Escolarização								
Taxa bruta de pré-escolarização	90,6	91,3	92,0	99,5	100,0	102,7	105,1	109,1
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	120,6	119,3	121,8	123,3	123,5	121,7	126,1	80,9
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	127,7	118,2	109,2	108,8	128,9	105,5	124,6	126,3
Taxa real de pré-escolarização	89,2	89,8	90,8	98,6	98,5	100,0	100,0	100,0

FONTE: Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciências

Segundo ainda as estatísticas do MEC para o ano letivo 2011/2012, estavam matriculados no sistema de ensino 3 062 alunos (2 511 dos quais em estabelecimentos públicos, ou seja, 82,0%), organizados de forma que se segue pelos diversos ciclos de ensino: i) Educação pré-escolar – 638 alunos; ii) Ensino básico – 1 603 alunos; iii) Ensino secundário – 821 alunos.

QUADRO 11

Alunos matriculados no concelho de Rio Maior (2004/2005 – 2011/2012)

Nível, ciclo e modalidade de ensino	Ano letivo							
	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
	Nº							
Total	3 851	3 717	3 718	3 755	3 877	3 669	3 845	3 062
Educação pré-escolar	581	600	599	628	615	638	641	638
Ensino básico	2 333	2 296	2 320	2 339	2 351	2 343	2 428	1 603
1.º Ciclo	919	933	954	1 012	1 006	958	1 015	813
Ensino regular	887	933	954	986	989	957	957	813
Cursos EFA	-	-	-	26	17	1	58	-
Ensino recorrente	32	-	-	-	-	-	-	-
2.º Ciclo	484	447	471	529	517	520	474	238
Ensino regular	460	424	427	493	484	473	452	221
Programas curriculares alternativos	-	-	-	-	-	-	4	-
Cursos EFA	-	-	-	36	20	36	1	-
Ensino recorrente	24	23	44	-	-	-	-	-
Processos RVCC	-	-	-	-	13	11	17	17
3.º Ciclo	930	916	895	798	828	865	939	552
Ensino regular	697	666	647	540	542	588	600	373
Cursos CEF	31	76	115	152	128	106	113	59
Programas curriculares alternativos	-	-	-	-	-	-	15	-
Cursos EFA	-	-	3	106	27	57	44	43
Ensino recorrente	202	174	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	-	-	-	-	131	114	167	77
Secundário	937	821	799	788	911	688	776	821
Ensino regular	545	421	415	397	350	325	320	323
Cursos profissionais	158	178	216	258	327	297	393	381
Cursos CEF	14	-	-	20	24	21	23	23
Cursos EFA	-	-	-	64	101	6	4	82
Ensino recorrente	220	222	168	49	14	-	-	-
Processos RVCC	-	-	-	-	95	39	36	12

FONTE: Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciências

✓ Mercado de trabalho

Em termos de mercado de trabalho em 2011, 88,74% da população ativa (9 988) estava empregada – 8 863 pessoas – sobretudo na qualidade de trabalhadores por conta de outrem (7 014, ou seja, 79,14%) e no setor terciário (económico) – 3 469 pessoas (39,14%) – seguido do setor secundário – 2 851 pessoas (32,17%).

QUADRO 12

População empregada no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por situação na profissão (2011)

Localização geográfica	População empregada em Rio Maior						
	Nº / Total	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro de uma cooperativa de produção	Outra situação
Portugal	4 361 187	459 123	286 090	24 130	3 540 336	2 157	49 351
Lezíria do Tejo	100 637	10 187	6 436	534	82 542	39	899
Rio Maior	8 863	1 036	663	66	7 014	1	83
Alcobertas	818	104	80	14	613	0	7
Arrouquelas	197	23	15	3	153	0	3
Arruda dos Pisões	144	11	6	0	126	0	1
Azambujeira	185	25	19	2	136	0	3
Fráguas	328	32	17	7	270	0	2
Marmeleira	154	13	13	2	125	0	1
Outeiro da Cortiçada	249	21	25	2	199	0	2
Rio Maior	5 267	574	364	27	4 249	1	52
São João da Ribeira	362	93	39	2	223	0	5
Asseiceira	438	52	36	2	346	0	2
São Sebastião	202	33	17	2	148	0	2
Ribeira de São João	187	24	10	0	151	0	2
Malaqueijo	167	16	12	1	138	0	0
Assentiz	165	15	10	2	137	0	1

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 13

População empregada no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por setor de atividade (2011)

Localização geográfica	População empregada em Rio Maior				
	Nº / Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)
Portugal	4 361 187	133 386	1 154 709	1 254 273	1 818 819
Lezíria do Tejo	100 637	7 301	24 361	26 841	42 134
Rio Maior	8 863	523	2 851	2 020	3 469
Alcobertas	818	91	369	117	241
Arrouquelas	197	17	42	68	70
Arruda dos Pisões	144	6	46	31	61
Azambujeira	185	31	54	38	62
Fráguas	328	32	132	55	109
Marmeleira	154	9	38	34	73
Outeiro da Cortiçada	249	33	81	48	87
Rio Maior	5 267	154	1 640	1 279	2 194
São João da Ribeira	362	39	96	91	136
Asseiceira	438	14	141	104	179
São Sebastião	202	25	72	37	68
Ribeira de São João	187	17	42	43	85
Malaqueijo	167	35	55	20	57
Assentiz	165	20	43	55	47

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Em matéria de desemprego, a taxa de desemprego no concelho era de 11,26% em 2011⁵ sendo que esta era mais elevada nas mulheres que nos homens, tanto no concelho como na maioria das suas freguesias.

QUADRO 14

Taxa de desemprego no concelho e nas freguesias de Rio Maior, por sexo (2011)

Localização geográfica	Taxa de desemprego em Rio Maior		
	% / Total	% / H	% / M
Portugal	13,18	12,58	13,83
Lezíria do Tejo	12,65	12,26	13,08
Rio Maior	11,26	10,40	12,25
Alcobertas	9,21	8,22	10,66
Arrouquelas	13,22	17,69	7,22
Arruda dos Pisões	18,64	15,38	22,09
Azambujeira	8,42	6,03	11,63
Fráguas	14,81	12,32	17,82
Marmeleira	15,85	8,74	25,00
Outeiro da Cortiçada	8,79	6,45	11,86
Rio Maior	11,15	10,35	12,00
São João da Ribeira	10,40	10,45	10,33
Asseiceira	12,57	10,33	15,22
São Sebastião	9,42	10,26	8,49
Ribeira de São João	10,53	10,81	10,20
Malaqueijo	11,17	12,38	9,64
Assentiz	11,76	16,16	6,82

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Segundo os dados do IEFP, no final do mês de dezembro de 2014 existiam no concelho de Rio de Maior, 749 desempregados inscritos nos seus ficheiros, o que representa um decréscimo de 24,6% face ao período homólogo do ano transacto e de 6,1% face a junho de 2014 (6 meses antes).

⁵ Inferior à do país, que na mesma registava o valor de 13,18%.

QUADRO 15

Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IEFP (2007 - 2014)

Período de referência	Desempregados inscritos no IEFP, Continente		Desempregados inscritos no IEFP, Lisboa e Vale do Tejo		Desempregados inscritos no IEFP, Rio Maior	
	Total		Total		Total	
	Nº	Variação semestral (%)	Nº	Variação semestral (%)	Nº	Variação semestral (%)
dezembro.14	564312	-2,8	173949	-7,1	749	-6,1
junho.14	580679	-11,3	187209	-8,5	798	-19,6
dezembro.13	654569	0,1	204660	-3,1	993	-3,7
junho.13	653967	-3,2	211214	-1,1	1031	-11,3
dezembro.12	675466	10,0	213496	9,0	1163	15,1
junho.12	614282	6,6	195815	7,5	1010	14,6
dezembro.11	576383	16,6	182151	15,6	881	21,7
junho.11	494326	-4,9	157509	-1,9	724	14,7
dezembro.10	519888	-2,2	160618	-3,1	631	-14,6
junho.10	531348	243,6	165747	7,2	739	23,6
dezembro.09	504775	-67,3	154627	6,0	598	32,0
junho.09	472873	17,5	145889	20,9	453	-16,7
dezembro.08	402545	8,5	120664	4,8	544	-1,6
junho.08	370849	-1,7	115159	0,4	553	2,4
dezembro.07	377436	0,2	114686	-4,1	540	-15,5
junho.07	376672	0,0	119618	0,0	639	0,0

FONTE: IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

Dos 749 desempregados inscritos, 362 eram homens (48,3%) e 387 mulheres (51,7%). Deste total, 420 pessoas estão nos ficheiros há menos de 1 ano, e os restantes 329 há 1 ano e mais, sendo que a grande maioria dos inscritos (707) estão à procura de novo emprego e apenas 42 pessoas à procura do primeiro emprego.

Em termos de grupo etário, regista-se uma preponderância de pessoas com idades compreendidas entre os 35 e 54 anos (386), seguido do grupo etário 55 e mais anos (152), do grupo etário 25-34 anos (146) e, por último, do grupo etário com menos de 25 anos (65).

Em matéria de qualificações escolares, 180 desempregados inscritos detêm essencialmente os níveis secundário, seguidos dos que possuem o 1º CEB (171), o 3º CEB (153), o 2º CEB (123) e o ensino superior (95). Apenas 27 desempregados possuem menos que o 1º CEB.

O principal motivo de desemprego no concelho de Rio Maior é o fim de trabalho não permanente (44,7%).

QUADRO 16

Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IEFP, por género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (2007 - 2014)

Período de referência	Desempregados inscritos no IEFP, segundo o género, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego												
	Género				Tempo de Inscrição				Situação face à procura de emprego				Total
	Homens		Mulheres		< 1 Ano		1 Ano E +		1º Emprego		Novo Emprego		Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
dezembro.14	362	48,3	387	51,7	420	56,1	329	43,9	42	5,6	707	94,4	749
junho.14	375	47,0	423	53,0	465	58,3	333	41,7	64	8,0	734	92,0	798
dezembro.13	497	50,1	496	49,9	612	61,6	381	38,4	59	5,9	934	94,1	993
junho.13	505	49,0	526	51,0	621	60,2	410	39,8	59	5,7	972	94,3	1 031
dezembro.12	579	49,8	584	50,2	771	66,3	392	33,7	54	4,6	1 109	95,4	1 163
junho.12	501	49,6	509	50,4	715	70,8	295	29,2	42	4,2	968	95,8	1 010
dezembro.11	399	45,3	482	54,7	642	72,9	239	27,1	56	6,4	825	93,6	881
junho.11	313	43,2	411	56,8	525	72,5	199	27,5	27	3,7	697	96,3	724
dezembro.10	276	43,7	355	56,3	469	74,3	162	25,7	31	4,9	600	95,1	631
junho.10	294	39,8	445	60,2	604	81,7	135	18,3	44	6,0	695	94,0	739
dezembro.09	284	47,5	314	52,5	482	80,6	116	19,4	38	6,4	560	93,6	598
junho.09	199	43,9	254	56,1	325	71,7	128	28,3	35	7,7	418	92,3	453
dezembro.08	229	42,1	315	57,9	358	65,8	186	34,2	35	6,4	509	93,6	544
junho.08	219	39,6	334	60,4	370	66,9	183	33,1	34	6,1	519	93,9	553
dezembro.07	222	41,1	318	58,9	351	65,0	189	35,0	42	7,8	498	92,2	540
junho.07	225	35,2	414	64,8	405	63,4	234	36,6	40	6,3	599	93,7	639

FONTE: IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

QUADRO 17

Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IEFP, por grupo etário (2007 - 2014)

Período de referência	Desempregados inscritos no IEFP, segundo o grupo etário								
	< 25 Anos		25 - 34 Anos		35 - 54 Anos		55 Anos e +		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
dezembro.14	65	8,7	146	19,5	386	51,5	152	20,3	749
junho.14	89	11,2	151	18,9	402	50,4	156	19,5	798
dezembro.13	127	12,8	208	20,9	463	46,6	195	19,6	993
junho.13	124	12,0	229	22,2	509	49,4	169	16,4	1 031
dezembro.12	113	9,7	257	22,1	593	51,0	200	17,2	1 163
junho.12	103	10,2	235	23,3	485	48,0	187	18,5	1 010
dezembro.11	110	12,5	216	24,5	392	44,5	163	18,5	881
junho.11	88	12,2	177	24,4	319	44,1	140	19,3	724
dezembro.10	71	11,3	154	24,4	259	41,0	147	23,3	631
junho.10	99	13,4	165	22,3	327	44,2	148	20,0	739
dezembro.09	87	14,5	149	24,9	245	41,0	117	19,6	598
junho.09	74	16,3	122	26,9	143	31,6	114	25,2	453
dezembro.08	63	11,6	143	26,3	211	38,8	127	23,3	544
junho.08	64	11,6	128	23,1	218	39,4	143	25,9	553
dezembro.07	63	11,7	123	22,8	221	40,9	133	24,6	540
junho.07	81	12,7	156	24,4	274	42,9	128	20,0	639

FONTE: IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

QUADRO 18

Desempregados residentes no concelho de Rio Maior inscritos no IEFP, por nível de escolaridade (2007 - 2014)

Período de referência	Desempregados inscritos no IEFP, segundo os níveis de escolaridade												
	< 1º CEB		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Secundário		Superior		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
dezembro.14	27	3,6	171	22,8	123	16,4	153	20,4	180	24,0	95	12,7	749
junho.14	30	3,8	182	22,8	114	14,3	183	22,9	200	25,1	89	11,2	798
dezembro.13	34	3,4	221	22,3	154	15,5	225	22,7	263	26,5	96	9,7	993
junho.13	27	2,6	218	21,1	175	17,0	237	23,0	265	25,7	109	10,6	1 031
dezembro.12	32	2,8	247	21,2	197	16,9	285	24,5	286	24,6	116	10,0	1 163
junho.12	38	3,8	225	22,3	176	17,4	258	25,5	236	23,4	77	7,6	1 010
dezembro.11	29	3,3	181	20,5	155	17,6	222	25,2	203	23,0	91	10,3	881
junho.11	26	3,6	164	22,7	141	19,5	177	24,4	164	22,7	52	7,2	724
dezembro.10	36	5,7	162	25,7	108	17,1	154	24,4	126	20,0	45	7,1	631
junho.10	42	5,7	177	24,0	126	17,1	187	25,3	163	22,1	44	6,0	739
dezembro.09	37	6,2	147	24,6	109	18,2	132	22,1	129	21,6	44	7,4	598
junho.09	41	9,1	107	23,6	54	11,9	90	19,9	114	25,2	47	10,4	453
dezembro.08	38	7,0	146	26,8	102	18,8	106	19,5	109	20,0	43	7,9	544
junho.08	42	7,6	166	30,0	104	18,8	106	19,2	91	16,5	44	8,0	553
dezembro.07	34	6,3	148	27,4	111	20,6	103	19,1	95	17,6	49	9,1	540
junho.07	42	6,6	178	27,9	133	20,8	130	20,3	110	17,2	46	7,2	639

FONTE: IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

Em matéria de população inativa, nomeadamente pensionistas da segurança social, existiam em 2012 6 791 pessoas a receber pensões, o que se traduz num valor de 376,44 pessoas por mil pessoas ativas, o que por sua vez se traduz num valor médio anual de pensões de 4 332€ (342€ inferior ao valor médio para o país).

QUADRO 19

Pensionistas e pensões no concelho de Rio Maior, por sexo (2004-2012)

Ano de referência	Pensionistas da segurança social		Valor médio anual das pensões da segurança social
	Nº / Rio Maior	% / Rio Maior	€/ N.º / Rio Maior
2012	6791	376.44	4332
2011	6700	370.74	4294
2010	6574	351.08	4185
2009	6499	347.52	4022
2008	6452	345.06	3875
2007	6325	338.82	3650
2006	6260	336.56	3515
2005	6217	335.89	3287
2004	6064	329.33	3096

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

✓ Economia

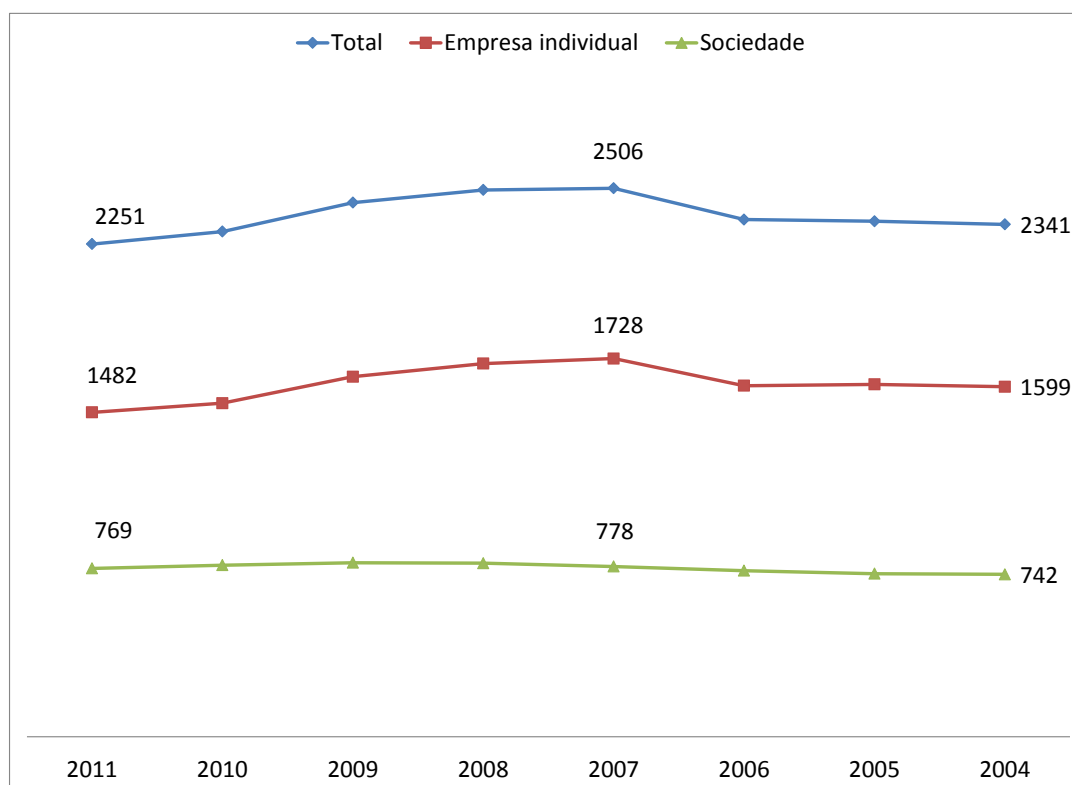
No que diz respeito à dimensão económica da realidade concelhia, importa desde logo convocar a reflexão que foi desenvolvida em sede de Plano Estratégico 2025, onde são sinalizadas algumas fragilidades do Concelho de Rio Maior que assentam, sobretudo, na/o: i) necessidade de uma maior valorização económica e de promoção turística dos vários patrimónios de Rio Maior, nomeadamente de “pérolas em bruto” como é o caso das Marinhas de Sal; ii) fraca relevância produtiva do concelho no contexto dos concelhos que pertencem à Lezíria do Tejo; iii) défice de iniciativa empresarial com capacidade inovadora e de modernização orientada por padrões sectoriais internacionais.

Segundo os dados do Instituto Nacional de estatística, existiam no final de 2011 em Rio Maior, 2 341 empresas, a maioria das quais de unipessoais (1 599) e com menos de 10 pessoas ao serviço (2 144). Ou seja, em Rio Maior a grande maioria do tecido empresarial é constituído por micro e pequenas empresas – 95,25%, em linha com a realidade da região da Lezíria do Tejo e do País.

Em termos de actividade económica, a maioria das empresas registam a sua actividade nas áreas: i) do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (23,68%); ii) da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (14,35%); iii) das actividades administrativas e dos serviços de apoio (9,02%).

FIGURA 3

Empresas sedeadas no concelho de Rio Maior, por forma jurídica (2004-2011)



FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 20

Empresas sedeadas no concelho de Rio Maior, por escalão de pessoas ao serviço (2004-2011)

Ano de referência	Empresas				
	Total	Menos de 10 pessoas	10 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
	Nº				
2011	2251	2144	95	11	1
2010	2308	2193	102	12	1
2009	2440	2322	106	11	1
2008	2498	2382	103	12	1
2007	2506	2388	106	11	1
2006	2363	2263	87	12	1
2005	2355	2245	98	11	1
2004	2341	2230	100	10	1

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 21

Empresas sedeadas no concelho de Rio Maior, por atividade económica (2004-2011)

Ano de referência	Empresas							
	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
	Nº							
Total	2251	2308	2440	2498	2506	2363	2355	2341
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	323	323	353	355	364	360	391	421
Indústrias extrativas	17	15	16	18	21	20	19	18
Indústrias transformadoras	189	199	206	210	214	215	213	214
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	1	2	2	2	2	1	1
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3	2	2	2	2	2	2	2
Construção	163	189	211	222	210	199	206	220
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	533	552	597	635	651	649	643	643
Transportes e armazenagem	62	70	73	75	77	81	87	94
Alojamento, restauração e similares	182	185	195	190	192	177	184	174
Atividades de informação e de comunicação	26	21	19	15	16	14	14	15
Atividades imobiliárias	43	48	52	52	49	46	46	45
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	168	166	181	183	179	168	173	161
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	203	201	193	210	196	142	91	74
Educação	110	122	122	112	113	94	96	86
Atividades de saúde humana e apoio social	94	89	83	76	67	61	51	46
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	39	37	43	36	39	27	32	25
Outras atividades de serviços	95	88	92	105	114	106	106	102

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Não obstante, registam-se alguns aspectos encorajadores, nomeadamente o facto de o concelho ser detentor da primeira ALE do País a obter reconhecimento oficial, na área da incubação de modernização e de orientação do setor agro-alimentar para o mercado através da optimização dos processos produtivos e organizacionais. Esta realidade poderá contribuir para a afirmação do concelho como território de industrialização primário, com a conseqüente criação líquida de novos postos de trabalho e, por essa via, a melhoria da qualidade de vida das pessoas e coesão social do território.

Outro aspeto encorajador prende-se com a constituição, no ano de 2013, do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, destinado a apoiar empreendedores e incentivar a instalação de novas empresas no concelho. A Câmara Municipal de Rio Maior, em estreita articulação com a Desmor, definiu uma equipa e estabeleceu parcerias com outras entidades, de forma a apoiar as empresas nas suas diferentes fases de crescimento e desenvolvimento. Este espaço foi aberto ao público no dia 17 de Maio de 2013, e conta já com a presença de várias empresas instaladas, tanto em regime de incubação física, como de incubação virtual.

Além dos serviços direcionados para a vertente do empreendedorismo e das empresas, o Centro de Negócios conta também com serviços destinados a apoiar as áreas do emprego e formação profissional, funcionando ali o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), bem como 4 salas de formação orientadas pelo IEFP. A disponibilização destes serviços é uma mais-valia para os residentes em Rio Maior uma vez que evita deslocações, por parte dos utentes do Centro de Emprego e Formação de Santarém, para fora do concelho.

Pelo Gabinete de Inserção Profissional passaram já inúmeras pessoas tendo em consideração apenas os atendimentos registados. Os atendimentos estão relacionados com apresentações quinzenais associadas ao subsídio de desemprego, com pedidos de declarações, Rendimento Social de Inserção (RSI), entre outros.

Relativamente à formação estão continuamente a decorrer cursos, que visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta.

O Centro conta ainda, com o Contrato Local de Desenvolvimento Social, CLDS+, vocacionado para o apoio à procura de emprego e ao empreendedorismo social no âmbito das populações mais carenciadas. O CLDS+ tem à sua disposição de 2 salas de apoio.

✓ **Análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats***

A análise SWOT, enquanto procedimento analítico que auxilia o presente diagnóstico por meio da explicitação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do concelho de Rio Maior, permite concluir por fatores distintivos e de forte potencial de alavancagem do desenvolvimento socioeconómico do concelho, dos quais se destacam a interligação entre a vivência urbana e rural (ainda que não aprofundada), o reconhecimento externo da cidade, a diversidade ambiental, a dinâmica económica, a projeção desportiva, o bom desempenho do sistema de educação e formação, o dinamismo da rede social e o investimento recente em oferta cultural de qualidade.

QUADRO 22 – Análise SWOT de Rio Maior

	POSITIVO	NEGATIVO
INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> • Mix urbano-rural: significativos aglomerados urbanos com uma relação muito forte com o espaço rural e com uma significativa base de sustentação da rede social • Reconhecimento externo da Cidade de Rio Maior • Carácter paisagístico e diversidade ambiental servem de corredor de ligação ao importante património cultural, histórico e arqueológico • Crescimento expressivo do número total de unidades empresariais, incluindo os estabelecimentos industriais, e consequente ritmo destacado de crescimento de postos de trabalho • Primeira ALE do País a obter reconhecimento oficial • Notoriedade e prestígio do Complexo Desportivo de Rio Maior a nível nacional e de promoção do concelho associado à excelência desportiva e de alta competição • Sistema local de ensino e formação com desempenho positivo • Rede social dinâmica e com um leque diversificado de respostas sociais • Forte investimento em oferta cultural de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada dependência em relação à sede do concelho, fruto da ausência de aglomerados com dimensão significativa • Reconhecimento externo do Concelho mais ditado pela Cidade do que pelo sistema territorial conjunto • Necessidade de valorização económica e de promoção turística dos vários patrimónios de Rio Maior, nomeadamente de “pérolas em bruto” como é o caso das Marinhas de Sal • Fraca relevância produtiva do concelho no contexto dos concelhos que pertencem à Lezíria do Tejo • Défice de iniciativa empresarial com capacidade inovadora e de modernização orientada por padrões setoriais internacionais
EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> • Valor médio de transação de prédios urbanos abaixo dos concelhos limítrofes introduz maior potencial de procura • Diversidade do <i>habitat</i> oferece um modelo residencial cativante • Espaços de elevado valor patrimonial natural e histórico que articulados e organizados em roteiros turísticos estruturados são potenciadores do aumento de visitantes • ALE como incubadora de modernização e de orientação do sector agro-alimentar para o mercado através da optimização dos processos produtivos e organizacionais • Imagem regional de coerência produtiva setorial entre Rio Maior e os territórios de homogeneidade produtiva • Projeção do reconhecimento desportivo existente no modelo residencial associado ao concelho e no aumento da atractividade à fixação de população residente • Oportunidades de financiamento externo para projetos inovadores e de elevado potencial de desenvolvimento socioeconómico, enquadradas no novo período de programação de fundos estruturais, cuja estratégia se encontra consubstanciada no texto do Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020 	<ul style="list-style-type: none"> • Fenómeno de despovoamento e envelhecimento populacional nas freguesias rurais, cuja simbiose com o pólo urbano não é promovida • Dificuldade em articular mecanismos de resposta eficaz ao impacto social e económico do aumento do desemprego • Património histórico, religioso e cultural disperso por todo o concelho, sem capacidade de articulação e de projecção externa coerente que lhe traga reconhecimento • Perda de capacidade produtiva de alguns setores agrícolas e industriais pela fraca integração dos serviços e logística na indústria agro-alimentar • Dinâmicas nacionais e internacionais recessivas, com forte impacto nas condições de vida das famílias portuguesas

FONTE: Adaptado e acrescentado de Augusto Mateus & Associados (2013), Plano Estratégico de Desenvolvimento de Rio Maior, Visão e Estratégia para 2025 e Plano de Ação para 2030, Volume 1

4. ÁREAS TRANSVERSAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL EM RIO MAIOR

a. Igualdade entre mulheres e homens, não discriminação e acessibilidade

As temáticas da igualdade entre mulheres e homens, da não discriminação e da acessibilidade têm vindo a ganhar um protagonismo crescente nas políticas públicas sociais de âmbito nacional. Desde logo, porque os princípios da igualdade e da não discriminação estão inscritos na Constituição da República Portuguesa e em compromissos assumidos por Portugal no quadro de instâncias internacionais, como a União Europeia, a Organização das Nações Unidas e o Conselho da Europa.

No reconhecimento da necessidade de promover o respeito por estes princípios, os Programas de Governo têm vindo a integrar consecutivamente medidas neste domínio.

De facto, apesar dos progressos registados em Portugal na prossecução destes princípios, persistem vários problemas, aos quais o concelho de Rio Maior não é alheio e que limitam o alcance da implementação efectiva daqueles princípios. Segundo o texto do *PORTUGAL 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020* recentemente publicado, estes problemas estão plasmados: i) em fenómenos da pobreza e exclusão social, que atingem de forma mais intensa alguns segmentos da população (mulheres, crianças, imigrantes e seus descendentes, bem como as comunidades ciganas, etc.); ii) em níveis ainda elevados de insucesso e abandono escolar precoce, que afetam sobretudo crianças e jovens de agregados familiares com maiores vulnerabilidades; iii) na persistência de desigualdades na integração no mercado de trabalho, designadamente em termos de incidência do desemprego e da qualidade do emprego por conta de outrem (níveis salariais, perfis profissionais, vínculos contratuais, perspetivas de carreira e acesso a lugares dirigentes), assim como em matéria de criação do próprio emprego ou empresa (e.g. menor empreendedorismo feminino); iv) nas disparidades entre homens e mulheres em matéria de conciliação entre a vida privada e profissional; v) na persistência de estereótipos sociais em função, nomeadamente, do género, etnia, nacionalidade, orientação sexual, deficiências ou incapacidades, etc. e que geram discriminações; vi) na presença muito desequilibrada, designadamente entre homens e mulheres, em órgãos de decisão ou representação política; vii) na incidência das situações de violência de género, particularmente sobre as mulheres, que configura uma grave violação dos direitos humanos; viii) no tráfico de seres humanos, seja na sua vertente de género (já que uma parte importante do tráfico se destina à exploração sexual, predominantemente de mulheres), seja os que se prendem com a exploração laboral; ix) na persistência de desigualdades no acesso a serviços, equipamentos e produtos básicos (e.g. diferenças territoriais na cobertura da rede de equipamentos e serviços, barreiras arquitetónicas que dificultam a plena integração das pessoas com deficiência ou incapacidade, utilização das tecnologias da informação, etc.).

Neste contexto, Portugal tem vindo a desenvolver um complexo quadro programático das políticas públicas na área da igualdade de género e da não discriminação. Destacam-se, neste contexto, os seguintes instrumentos programáticos: IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013); IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013); II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013); Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção (2013-2015); Estratégia Nacional para a Deficiência (2011-2013); II Plano para a Integração dos Imigrantes 2010-2013; Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2020); ou

na área da saúde, o Plano Nacional de Saúde 2011-2016, o Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH e sida 2011-2015 e o Programa Nacional para a Saúde Mental 2007-2016.

Considerando que a realização de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens é uma dimensão fundamental da proteção e promoção dos direitos do ser humano e constitui um forte indicador da qualidade da democracia, o Município de Rio Maior e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, celebraram a 22 de outubro 2014, um protocolo de cooperação, que tem por objetivo o desenvolvimento de ações que visam a promoção do desenvolvimento integrado da perspectiva de género e de igualdade entre mulheres e homens, que serão integradas no Plano Local de Igualdade de Género.

De modo a justificar a relevância desta temática para o concelho de Rio Maior sinaliza-se alguma informação relevante, como: i) a disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem, que regista uma tendência de redução, em linha com a dinâmica do Continente e da região da Lezíria do Tejo, mas ainda assim com valores significativos; ii) a proporção de população empregada por sexo e situação na profissão, em que se regista uma preponderância de mulheres nas atividades familiares não remuneradas e dos homens na qualidade de empregadores e de trabalhadores por conta própria; iii) número ainda significativo de população com pelo menos uma dificuldade, com uma preponderância do sexo feminino nestas situações; iv) população analfabeta com preponderância de pessoas do sexo feminino – 33,9 pontos percentuais; v) os apoios sociais, o rendimento social de inserção e outros subsídios temporários são usufruídos sobretudo por mulheres. Também as pessoas que estão a cargo da família são principalmente mulheres; vi) a maioria das pessoas com dificuldades não residem em edifícios com acesso a cadeiras de rodas e não têm elevadores.

QUADRO 23

Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (2004-2011)

Ano de referência	Área geográfica		
	Continente	Lezíria do Tejo	Rio Maior
	%		
2011	11.4	12.3	12.3
2010	11.4	12.0	13.0
2009	11.5	12.5	12.3
2008	11.9	13.9	13.4
2007	12.3	15.5	14.7
2006	12.5	15.1	14.6
2005	12.3	15.4	14.2
2004	12.7	15.7	17.2

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 24**População empregada por sexo e situação na profissão (2011)**

Situação na profissão	Sexo				
	Total	Homem		Mulher	
		Nº	%	Nº	%
Total	8863	4765	53.8	4098	46.2
Empregador	1036	674	65.1	362	34.9
Trabalhador por conta própria	663	420	63.3	243	36.7
Trabalhador familiar não remunerado	66	26	39.4	40	60.6
Trabalhador por conta de outrem	7014	3608	51.4	3406	48.6
Membro de uma cooperativa de produção	1	0	0.0	1	100.0
Outra situação	83	37	44.6	46	55.4

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 25**População residente com 15 e mais anos de idade por sexo e principal meio de vida por sexo (2011)**

Principal meio de vida	Sexo				
	Total	Homem		Mulher	
		Nº	%	Nº	%
Total	17993	8625	47.9	9368	52.1
Trabalho	8759	4750	54.2	4009	45.8
Reforma/ Pensão	5166	2356	45.6	2810	54.4
Subsídio de desemprego	475	213	44.8	262	55.2
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	39	26	66.7	13	33.3
Rendimento social de inserção	112	38	33.9	74	66.1
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	120	27	22.5	93	77.5
Rendimento da propriedade ou da empresa	87	45	51.7	42	48.3
Apoio social	53	23	43.4	30	56.6
A cargo da família	2752	962	35.0	1790	65.0
Outro	430	185	43.0	245	57.0

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 26

População residente com pelo menos uma dificuldade por sexo (2011)

Ano de referência	Sexo				
	Total	Homem		Mulher	
		Nº	%	Nº	%
Total	4181	1668	39.9	2513	60.1
Pessoas com 1 dificuldade	1793	768	42.8	1025	57.2
Pessoas com 2 dificuldades	885	382	43.2	503	56.8
Pessoas com 3 dificuldades	571	207	36.3	364	63.7
Pessoas com 4 dificuldades	386	133	34.5	253	65.5
Pessoas com 5 dificuldades	233	77	33.0	156	67.0
Pessoas com 6 dificuldades	313	101	32.3	212	67.7

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 27

População residente com 15 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares por acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada (entrada do edifício) e existência de elevador (2011)

Existência de elevador	Acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada (entrada do edifício)				
	Total	Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas		Entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas	
		Nº	%	Nº	%
Total	462	127	27.5	335	72.5
Com elevador	272	101	37.1	171	62.9
Sem elevador	190	26	13.7	164	86.3

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Ainda em matéria de acessibilidade e não discriminação importa salientar que, no que diz respeito aos serviços públicos o País tem feito um esforço significativo no sentido de melhorar a acessibilidade aos mesmos, com recurso ao melhoramento físico dos espaços mas, fundamentalmente, com recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas mais interativas e de novos métodos de prestação de serviços (como por exemplo o governo eletrónico). Neste quadro a política pública elegeu como um dos seus grandes desígnios apoiar a modernização, qualificação e consolidação da rede de serviços coletivos, nas seguintes vertentes:

- ✓ racionalização dos portais administrativos na internet, desmaterialização processual e documental, e implementação de sistemas de informação de suporte;
- ✓ consolidação e modernização da prestação de serviços públicos nos espaços físicos, por via da sua criação, reestruturação e localização racional e, também, pela melhoria das formas de atendimento de proximidade, valorizando o contacto direto com os cidadãos.

Relativamente à primeira dimensão – racionalização dos portais administrativos na internet, desmaterialização processual e documental, e implementação de sistemas de informação de suporte – Portugal tem registado um desempenho notável, ao longo da última década, existindo condições muito favoráveis para que se consolide a relação, por via eletrónica, entre o Estado e os cidadãos.

Nesta matéria, e no que diz respeito ao concelho de Rio Maior, sublinha-se desde logo o esforço desenvolvido pela Câmara Municipal no sentido de garantir à população em geral o acesso a serviços municipais *online* (<http://www.cm-riomaior.pt/servicos-online>), tendo sido possível disponibilizar: i) o balcão do empreendedor; ii) formulários diversos (requerimentos e minutas); iii) mapas *online*; iv) um sistema de resposta a perguntas frequentes.

Em matéria de acessibilidades, as principais preocupações dos atores sociais de Rio Maior centram-se fundamentalmente nas dificuldades que persistem no acesso a edifícios e espaços públicos (com particular destaque aos serviços de saúde), bem como a serviços privados (comércio e sector financeiro) e na mobilidade na via pública.

As referidas preocupações decorrem, entre outros factores, das dificuldades sentidas ao nível do funcionamento do sistema de transportes (designadamente nos períodos de pausas letivas), da localização de alguns serviços em locais de difícil acesso, do não cumprimento da legislação específica promotora da acessibilidade, do défice de formação/sensibilização nestas matérias por parte dos técnicos envolvidos na construção de edifícios; e por fim, de um persistente défice de cidadania por parte da população.

Importa não esquecer que a mobilidade física dos cidadãos, enquanto fator relevante para o acesso e manutenção do emprego, assim como para o acesso a equipamentos, bens e serviços, constitui um fator de inclusão social incontornável.

Uma nota para uma realidade bastante relevante em matéria de combate às discriminações e estereótipos – imigração e minorias étnicas. A Câmara Municipal de Rio Maior entendeu dinamizar, em parceria com o então ACIME (actual ACM – Alto-Comissariado para as Migrações, IP), um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), estando o mesmo sediado no edifício dos Paços do Concelho. O CLAII de Rio Maior inaugurado no dia 19 de junho de 2008, constitui um espaço de informação que se destina ao aconselhamento, atendimento e apoio à população imigrante local nas mais variadas áreas, bem como visa promover a tolerância e sensibilizar para a multiculturalidade quer imigrantes, quer autóctones, contando com o apoio de duas mediadoras e duas técnicas de apoio.

b. Voluntariado pessoal e institucional

A política pública social em Portugal tem vindo a seguir uma abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social alicerçada em dois grandes vetores de atuação, que se complementam e reforçam: i) políticas preventivas e/ou de intervenção precoce; ii) políticas reparadoras e/ou de ativação que visam corrigir os problemas já existentes.

É no quadro das políticas preventivas e/ou de intervenção precoce (que visam prevenir o surgimento e a agudização dos constrangimentos, agindo antecipadamente e de forma estrutural), que se enquadra a promoção da participação da população em atividades de voluntariado (socialmente úteis em muitos casos), reconhecendo que este constitui uma estratégia real de inserção social dos cidadãos.

Entende-se por voluntariado o “... conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

- i) ESTÁ ao serviço das pessoas, das famílias e das comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações.
- ii) TRADUZ-SE num conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada, expressando o trabalho voluntário.
- iii) DESENVOLVE-SE através de projectos e programas de entidades públicas e privadas com condições para integrar voluntários, envolvendo as entidades promotoras.
- iv) CORRESPONDE a uma decisão livre e voluntária apoiada em motivações e opções pessoais que caracterizam o voluntário.”⁶

Assim, foi aprovado recentemente o Plano Nacional de Voluntariado (PNV), que se encontra já em plena implementação e que contará com o apoio do Fundo Social Europeu para uma maior implantação nos territórios e nas organizações. Esta iniciativa é da responsabilidade do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) e estabelece sinergias diretas com as bases do enquadramento jurídico do voluntariado (Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro).

No concelho de Rio Maior muitos cidadãos já aderiram a esta forma de participação cívica, nomeadamente no quadro do projecto Rio Maior Voluntário, desenvolvido desde finais de 2013 no âmbito do Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social +. Nesta matéria, considera-se importante apostar na dinamização de ações de formação e capacitação sistemáticas, estruturadas e com uma dimensão concelhia destes voluntários, assim como na criação de uma ferramenta de promoção e articulação da “oferta e procura” de voluntários de modo a potenciar a atuação local nesta área.

⁶ Para mais detalhes consultar o *website* www.voluntariado.pt/.

c. Desenvolvimento sustentável

As matérias referentes ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável constituem, por definição, um dos pilares do desenvolvimento e da coesão dos territórios, a par da componente social e económica. É no quadro desta estreita articulação que os atores locais de Rio Maior consideraram relevante incluir no Diagnóstico Social uma referência, ainda que genérica, a estas temáticas transversais.

Neste contexto, Portugal tem vindo a assumir a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável que integre a eficiência na utilização de recursos, a proteção do ambiente e a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas como um desígnio crucial a prosseguir. O País dispõe atualmente de um quadro legislativo e institucional consistente em matéria de Ambiente, construído em resultado da transposição do acervo das normas ambientais da UE, que facilitou inequivocamente o desempenho muito positivo dos indicadores ambientais nacionais. Ainda assim persistem dificuldades que importam superar: i) ocorrência de situações a merecer vigilância no domínio da poluição atmosférica; ii) falta de qualidade das águas de superfície e subterrâneas, num contexto de crescente intensidade de utilização e recursos hídricos; iii) insuficiente salvaguarda e utilização dos recursos naturais; iv) presença de passivos ambientais, designadamente associados a solos contaminados, com riscos para a saúde pública e para o ambiente.

Tendo em conta os problemas sinalizados, Portugal elegera para o futuro próximo as seguintes áreas de intervenção (segundo o texto do Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020):

- Eficiência na utilização de recursos: envolvendo o abastecimento e saneamento de água, eficiência energética e produção de energias renováveis, estratégias de baixo carbono, desenvolvimento sustentável das pescas, aquicultura e recursos marinhos, desenvolvimento urbano sustentável e agricultura e floresta sustentáveis.
- Proteção do Ambiente: relativa ao ar e ruído, a poluição da água, os passivos ambientais, a biodiversidade e ecossistemas e gestão de resíduos
- Prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas: incluindo as alterações climáticas, recursos hídricos, defesa da zona costeira e valorização do litoral e a prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos.

A temática do desenvolvimento sustentável deverá estar presente na futura estratégia de intervenção social do concelho de Rio Maior, procurando estratégias de desenvolvimento social que conciliem a promoção da integração social e da cidadania com a salvaguarda dos valores ambientais.

Uma área em que esta conciliação é evidente diz respeito a matérias de saúde pública, na medida em que é reconhecido que problemas ambientais, como o défice de qualidade do ar, o ruído, a contaminação de solos, dificuldades de limpeza urbana, etc., constituem matérias com elevada penalização para a saúde pública. No entanto, é possível alargar esta associação à área social em geral, na procura de que as todas as atividades desenvolvidas tenham uma perspectiva de minimização da sua pegada ecológica, ou seja, do seu impacto sobre o ambiente.

Em termos concretos, os atores sociais locais reunidos em *workshop* de diagnóstico consideraram que persistem no concelho de Rio Maior dificuldades em matéria ambiental (muitas delas bem delimitadas em termos territoriais) que importa ultrapassar, designadamente: i) obstáculos ao regular controlo dos despejos industriais e agrícolas e da limpeza das matas; ii) alguma poluição da bacia hidrográfica de Rio

Maior e rentabilização deficitária da mesma enquanto recurso natural ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do concelho e da região; iii) poluição atmosférica em zonas muito específicas, como por exemplo as pedreiras. A persistência de problemas deste tipo decorre, sobretudo, de algum défice de consciência ambiental que importa combater, assim como de dificuldades na aplicação da legislação ambiental e respectiva fiscalização.

Não obstante, importa referir a intervenção de entidades como a Câmara Municipal de Rio Maior, designadamente em matéria de aposta na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (eg. recolha de lixo, limpeza e higiene urbana, preservação das zonas verdes, ações de sensibilização nas escolas e controlo da qualidade das águas subterrâneas) ou como a Guarda Nacional República com a equipa de protecção da natureza, ou ainda, as ações desenvolvidas no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros pelo Instituto de Conservação da Natureza.

5. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL EM RIO MAIOR

a. Emprego, formação e qualificação

O nível formal de qualificações da população residente no concelho de Rio Maior é, tal como foi mencionado no capítulo anterior, algo limitado, o que constitui um constrangimento elementar ao desenvolvimento social, económico e territorial do concelho. Não obstante, o esforço realizado na última década na qualificação da população (fruto de políticas públicas de educação de âmbito nacional, bem como de um reconhecido investimento das entidades locais em fortalecer a sua atuação nesta área) reflete-se na evolução favorável de vários indicadores, incluindo a diminuição da taxa de abandono escolar, o aumento da taxa de escolaridade de nível secundário da população e o aumento do peso da população com diploma de ensino superior.

Importa, ainda, não esquecer o desempenho bastante positivo do concelho em matéria de taxa de escolarização do ensino pré-escolar: se no ano letivo 2004/2005 esta taxa era de 90,6%, no ano letivo de 2011/2012 era de 109,1%⁷. Outra evolução bastante significativa prende-se com a taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular, que aumentou de 16,9% para mais de 50%, no mesmo período de referência.

De sublinhar que a sustentabilidade dos resultados alcançados em Rio Maior nas matérias em apreço deverá ser considerada no quadro de estratégias que visaram, por um lado, a prevenção das saídas precoce do sistema de ensino, e por outro lado, a recuperação dos adultos que, estando já fora da escola, tiveram acesso a oportunidades de educação e formação no sentido de completarem o ensino básico e/ou secundário.

Embora a situação seja substancialmente mais favorável face ao início do século XXI (em particular, entre as novas gerações), Rio Maior regista dificuldades que importa sinalizar em **matéria de formação e qualificação** e para as quais deverá ser gizada uma estratégia concertada de minimização/superação das mesmas.

No que diz respeito às questões relacionadas com o mercado de trabalho, sublinha-se, desde logo, que o elevado nível de desemprego apresenta-se hoje como um problema social da maior relevância no país, não sendo o concelho de Rio Maior exceção à regra. Os níveis concelhios de desemprego agravaram-se na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento em curso na economia portuguesa. O desemprego de longa duração, afetando em dezembro de 2014 perto de 40% da população desempregada, constitui um fator de preocupação acrescida, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano.

⁷ Superior à do País, que na mesma data registava o valor de 90,9%. Para uma compreensão do valor superior a 100%, verificar a definição de “Taxa bruta de escolarização” constante do Glossário do presente documento.

O aumento do número de desempregados foi, ainda, acompanhado por alterações na composição do universo de desempregados, sobretudo em termos de distribuição por:

- Sexo: sendo realidade que as mulheres continuam a registar uma maior vulnerabilidade a situações de desemprego, a verdade é que o seu peso nos ficheiros do IEFP tem vindo a diminuir, tendo-se registado em dezembro de 2013 a menor proporção de mulheres desempregadas – 49,9% – face aos homens na mesma situação – 50,1% (um junho de 2007, a diferença era de 29,6 p.p.);
- Nível de habilitações: perda clara de peso dos níveis de ensino mais baixos para os níveis de ensino mais elevados, ou seja, em dezembro de 2013 o peso de desempregados registados nos ficheiros do IEFP com ensino secundário e superior atingia o valor “histórico” de 36,2% (contra os 24,4% registados em junho de 2007), enquanto que o peso dos inscritos com o ensino básico, ainda que bastante mais elevado, atingia mínimos de 63,8% (contra os 75,6% verificados em junho de 2007).

Em matéria de emprego e mercado de trabalho, Rio Maior regista problemas “partilhados” com o restante país, que exigem naturalmente a concertação e articulação de estratégias multinível, com vista à dinamização do tecido económico (e por essa via, a criação líquida de postos de trabalho sustentáveis e de qualidade), bem como à promoção da empregabilidade da população ativa em geral.

✓ Perceções dos atores locais reunidos no Workshop de diagnóstico realizado 06/06/2013

QUADRO 28

Principais constrangimentos na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Constrangimentos	Sugestões/Contributos
<p>Dificuldades na adequação entre a oferta de formação profissional e as reais necessidades, nomeadamente do mercado de trabalho, pese embora a existência de um processo de identificação das necessidades formativas a nível concelhio. Estas dificuldades decorrem, sobretudo, de algum défice de participação das empresas neste processo, o que limita o alcance das estratégias de adequação desenvolvidas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover formação especializada para o mercado de trabalho utilizando os recursos naturais existentes no concelho; • Potenciar a articulação entre a oferta formativa e as necessidades de competências profissionais das empresas; • Apostar na criação de produtos e ideias de negócio tendo como referência a marca “Rio Maior – Cidade do Desporto”
<p>Baixos níveis de qualificação (profissional e escolar) da população, fruto de processos de abandono escolar precoce (os dados de abandono escolar são apenas residuais, mas existe o risco de a taxa respetiva aumentar com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano), bem como de dificuldades económicas das famílias. Importa, igualmente, situar estes défices de qualificação em função das idades das pessoas, pois os níveis de escolaridade obrigatória têm sido sistematicamente alargados ao longo do tempo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar as famílias para a formação e as vantagens da aprendizagem inicial e da aprendizagem ao longo da vida; • Promover formação mais diversificada, apelativa e ajustada às necessidades e expectativas das pessoas.
<p>Jovens sem a escolaridade obrigatória e com idade superior a 20 anos, situação complexa que decorre, entre outros factores, do desinteresse e desvalorização da formação escolar dos filhos por parte algumas famílias, bem como de comportamentos de risco que condicionam o percurso escolar dos jovens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar as famílias para a formação e as vantagens da aprendizagem inicial e da aprendizagem ao longo da vida; • Disponibilizar cursos profissionais com equivalência à escolaridade obrigatória e com uma forte componente prática.
<p>Absentismo/abandono escolar, fruto de vários factores dos quais se destaca o desinteresse e desvalorização de algumas famílias face à formação escolar dos filhos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manter e reforçar a avaliação/acompanhamento e monitorização das situações sinalizadas de absentismo/abandono escolar por parte das entidades responsáveis, designadamente escolas e CPCJ.
<p>Dinâmicas ainda frágeis de constituição/fixação de indústrias, fruto do clima de instabilidade económica e social do país e da conseqüente falta de confiança dos investidores, bem como dos custos algo elevados associados a implantação física de empresas/indústrias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar os recursos endógenos concelhios de modo a viabilizar a criação de empresas nessas áreas.
<p>Desemprego (especialmente, ao nível das baixas qualificações), cujos valores atingiram um pico “histórico” em dezembro de 2012 (1 163 pessoas inscritas nos ficheiros do IEFPP), decorrente de uma conjuntura económica e social adversa e que extravasa as fronteiras do concelho de Rio Maior, materializada na extinção de empresas e conseqüente redução de postos de trabalho disponíveis. A estes fatores acrescem, ainda, dificuldades de adaptação dos recursos humanos a novas funções laborais, traduzindo uma necessidade de apostar na formação dos mesmos integrada em processos de reconversão profissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a articulação entre as entidades dos diversos sectores de atividade económica, bem como um maior conhecimento dos programas de apoio à contratação e outras medidas ativas de emprego (e.g. estágios e formação); • Manter e/ou reforçar a disponibilização de formação; • Realizar sessões de esclarecimento sobre as medidas de apoio à contratação para empresas e outras entidades.

A vontade firme dos parceiros do CLAS de Rio Maior em continuar a sua ação em matéria de emprego, formação e qualificação, exige a garantia de um reforço da qualidade das intervenções já em curso e uma maior orientação para as necessidades do mercado de trabalho, assente numa utilização mais eficaz e eficiente dos recursos materiais e humanos disponíveis no concelho. Neste contexto, importa desde logo sinalizar, em termos de rede pública de estabelecimentos de ensino, a existência de:

- ✓ **2 Estabelecimentos de ensino pré-escolar e 2 estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico** situados na freguesia de Rio Maior (localidade de Vale de Óbidos) e na freguesia de Asseiceira;
- ✓ **5 Centros Escolares com PE e 1º CEB** implementados nas freguesias de Rio Maior, Alcobertas, Fráguas e União de Freguesias de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João;
- ✓ **2 Escolas Básicas Integradas** que leccionam o 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, ambas localizadas na freguesia sede de concelho: Rio Maior. Actualmente, o 3º ciclo é também leccionado na Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira;
- ✓ **1 Escola Secundária** oficial (10º, 11º e 12º anos de escolaridade), Dr. Augusto César da Silva Ferreira, com uma oferta diversificada de Cursos Gerais e de Cursos Profissionais;
- ✓ **1 Escola Profissional;**
- ✓ **1 Estabelecimento de Ensino Superior.**

Os estabelecimentos públicos do pré-escolar e ensino básico estão organizados em dois Agrupamentos Verticais: i) Marinhas do Sal; ii) Fernando Casimiro Pereira da Silva. No ano lectivo letivo 2014/2015, o número total de crianças a frequentar o ensino pré-escolar público é de 363 crianças e o 1º CEB de 742 crianças (ver evolução em anexo).

Segundo a Carta Educativa de Rio Maior, “o ensino particular tem uma importância significativa no concelho. Os quatro estabelecimentos existentes concentram-se na freguesia de Rio Maior e abrangem o nível da educação pré-escolar (Centro Infantil “O Ninho”, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior e os Colégios do Alto do Pina e Águas Férreas – que integram também o 1º ciclo), profissional (Escola Profissional de Rio Maior) e especial (Centro de Educação Especial “O Ninho”)”.

No que diz respeito aos recursos nacionais⁸ que estão disponíveis para o combate ao fenómeno do desemprego e à promoção da empregabilidade das pessoas em idade ativa, e que podem ser convocados para uma intervenção futura nestas matérias, sublinha-se o conjunto de políticas ativas de emprego, promovidas essencialmente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., bem como as políticas educativas, promovidas pelo Ministério da Educação e Ciência.

Políticas de promoção da formação e qualificação

- Sistema de Aprendizagem
- Cursos Profissionais
- Cursos de Educação e Formação de Jovens
- Cursos de Especialização Tecnológica
- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
- Cursos de Educação Formação de Adultos
- Formações Modulares Certificadas

⁸ Para mais detalhes sobre as medidas de política pública relevantes em matéria de qualificação e emprego, consultar os websites: www.poph.qren.pt e www.iefp.pt.

Políticas ativas de emprego e de apoio à contratação

- Estágios emprego
- Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +:
- Apoio à Contratação via Reembolso da TSU
- Mobilidade geográfica de trabalhadores
- Cheque formação
- Vida emprego

✓ **Recursos locais**

Ao nível local, diversos são os atores que assumem responsabilidades na área da qualificação e emprego, com especial destaque para a Câmara Municipal de Rio Maior, os Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundária e Profissional, outros estabelecimentos de ensino, instituições privadas sem fins lucrativos, associações de pais, empresas e suas associações e outras organizações da sociedade civil de âmbito local. No quadro de intervenção destas organizações, sinalizam-se de seguida os recursos actualmente disponibilizados pela paisagem organizacional do concelho.

QUADRO 29

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Escola Profissional de Rio Maior	<p>A Escola tem por objetivo a promoção da literacia financeira, do empreendedorismo, da inovação e da criatividade. Para o efeito, desenvolve ações de sensibilização para a criação de projetos, desenvolve projetos na escola, com professores acompanhantes, procura a defesa e submissão de projetos a nível regional (Santarém) e a nível nacional.</p> <hr/> <p>Projeto PESS</p> <p>Este projeto é desenvolvido em parceria com a UCC de Rio Maior, o CRI do Ribatejo e a CMRM – setor da juventude, com o objetivo de desenvolver atividade de cidadania e formação pessoa no âmbito: sexualidade, consumos, violência, <i>bullying</i>, alimentação, exercício físico, junto da comunidade escolar.</p> <p>Neste contexto são desenvolvidas as ações que se seguem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ações de sensibilização de todas as temáticas;• Gabinete de Apoio ao Aluno;• Exposições alusivas às diferentes temáticas;• Estudos com a população escolar, relativos às temáticas. <hr/> <p>Projeto Jovens Cientistas</p> <p>Este projeto é promovido em parceria com a Fundação da Juventude e tem por objetivo promover a o empreendedorismo, a inovação e a criatividade, com especial enfoque para projetos relacionados com a ciência.</p> <p>Para o efeito são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ações de sensibilização para a criação de projetos;• Desenvolvimentos de projetos relacionados com a ciência;• Defesa e submissão de projetos a nível nacional;• Defesa e submissão de projetos a nível internacional. <hr/> <p>Projeto Eco-Escolas</p> <p>Este projeto resulta de uma parceria entre a Escola Profissional de Rio Maior e as seguintes entidades: i) Associação da Bandeira Azul; ii) Águas do Oeste; iii) ICNB - instituto da Conservação da natureza e das Florestas; iv) Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros; v) Junta de Freguesia de Rio Maior; vi) Camara Municipal de Rio Maior; v) Bombeiros Voluntários de Rio Maior; vi) GNR de Rio Maior.</p> <p>Este projeto visa introduzir e promover práticas de sustentabilidade ambiental na EPRM, em Rio Maior e a nível nacional, bem como apelar a um comportamento que respeite o ambiente e sensibilizar os alunos e toda a comunidade em geral para a importância de adoção de medidas que possam preservar o meio ambiente.</p> <p>Neste contexto são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação no Concurso Jovens Repórteres do Ambiente, o qual, além de ser desenvolvido a nível nacional, implica também a participação dos média locais na divulgação das reportagens a desenvolver, reportagens essas que identificam um problema ambiental e propõem soluções para a sua resolução ou minimização;• Elaboração do boneco de neve (para a iluminação de natal da cidade) uma vez que é feito com recurso a materiais reutilizáveis;• Controlo do consumo de água;• Separação do lixo;• Elaboração de briquetes de papel. <hr/> <p>Projeto EmpreEscola</p> <p>Este projeto é promovido em parceria com a Nersant, tem por finalidade promover a literacia financeira, o empreendedorismo, a inovação e a criatividade e desenvolve as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ações de sensibilização para a criação de projeto;• Desenvolvimentos de projetos na escola, com professores acompanhantes e mentores da Nersant;• Defesa e submissão do projetos a nível regional - Santarém. <hr/>

Projeto FabLab

Desenvolvido em parceria com a EDP, este projeto visa desenvolver projetos de sustentabilidade energética. Para o efeito são promovidas duas ações nucleares:

- Criar e desenvolver projetos inovadores de sustentabilidade energética;
- Levar esses mesmos projetos a um Concurso Nacional.

Projeto .EletricRenovMove´13

Este projeto é desenvolvido em parceria com as entidades Viatlis GmbH (Leipzig – Alemanha) e EPD (Barcelona – Espanha) e tem por objetivos promover a formação contínua dos de ex-alunos, a possibilidade de ampliarem conhecimentos de formação em contexto de trabalho, fora do território nacional, bem como promover competências pessoais e linguísticas.

As ações desenvolvidas incidem sobre:

- Atividades de preparação da Mobilidade – na EPRM - preparação da mobilidade e preparação linguística;
- Estágio para Pessoas presentes no mercado de trabalho - 8 semanas – na Alemanha e em Barcelona;
- Disseminação de resultados – em atividades específica para o assunto.

Projeto FMTE

Este projeto é desenvolvido em parceria com as entidades Viatlis GmbH (Leipzig – Alemanha) e EPD (Barcelona – Espanha) e tem por objetivos promover, na formação inicial dos alunos, a possibilidade de obterem conhecimentos de formação em contexto de trabalho, fora do território Nacional, bem como promover conhecimentos pessoais e linguísticos, que vão para além das aprendizagens escolares.

As ações desenvolvidas incidem sobre:

- Atividades de preparação da Mobilidade – fora da escola e dentro do concelho de Rio Maior;
- Atividades de preparação da Mobilidade – no território Nacional;
- Formação em Contexto de Trabalho – 6 semanas – na Alemanha;
- Disseminação de resultados – em atividades específicas para o assunto.

Projeto .ELETROREN MOVE´12

Este projeto é desenvolvido em parceria com as entidades Viatlis GmbH (Leipzig – Alemanha) e EPD (Barcelona – Espanha) e tem por objetivos promover, na formação inicial dos alunos, a possibilidade de obterem conhecimentos de formação em contexto de trabalho, fora do território nacional, bem como promover conhecimentos pessoais e linguísticos, que vão para além das aprendizagens escolares

As ações desenvolvidas incidem sobre:

- Atividades de preparação da Mobilidade – na EPRM e de preparação linguística;
 - Estágio para Pessoas presentes no mercado de trabalho - 8 semanas – na Alemanha e em Barcelona;
 - Disseminação de resultados – em atividades específicas para o assunto.
-

QUADRO 29 (continuação)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Agrupamento Vertical Marinhas do Sal	<p>A escola tem por objectivo a valorização e o desenvolvimento positivo do indivíduo, proporcionando a partilha de saberes entre os diferentes contextos de aprendizagem, a interação entre os diversos agentes do processo educativo, dando-lhe simultaneamente a oportunidade de comunicar, de se expressar, desenvolver a sua criatividade e, conseqüentemente, melhorar o seu equilíbrio emocional e autoconfiança.</p> <p>Iremos continuar a valorizar e a desenvolver projetos e atividades variadas e enriquecedoras, nomeadamente as que seguem.</p> <hr/> <p>Cursos de Educação e Formação (CEF)</p> <p>Os Cursos CEF, destinados a alunos com 15 ou mais anos e pelo menos duas retenções, têm a duração de 2 anos. Alternadamente o Agrupamento tem a funcionar um curso de Informática e Electricidade e outro em Cozinha.</p> <p>Estes cursos têm como entidades parceiras as empresas do concelho que recebem os alunos na altura do estágio profissional e visam capacitar os alunos para a vida ativa, através da recuperação dos défices escolares e profissionais e da aquisição de competências escolares, técnicas, sociais e relacionais, que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, ou prosseguirem estudos.</p> <hr/> <p>Projeto Eco-Escolas</p> <p>Este projecto, destinado à comunidade educativa, resulta de uma parceria entre a Escola Básica Marinhas do sal e as seguintes entidades: 1) Associação da Bandeira Azul; 2) Águas do Oeste; 3) Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros; 4) Junta de Freguesia de Rio Maior; 5) Camara Municipal de Rio Maior; 6) Rotários de Rio Maior; 7) Associação ar puro; 8) Centro de Saúde de Rio Maior.</p> <p>O projeto visa introduzir e promover práticas de sustentabilidade ambiental na escola e nas famílias, assim como no concelho de Rio Maior. Neste contexto são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação em várias campanhas de recolha de: a) Pilhas e baterias usadas; b) radiografias; c) tinteiros e toneres; d) roupas usadas, e) eletrodomésticos; f) rolinhas de cortiça; g) plástico e papel.• Elaboração de trabalhos vários em materiais reciclados;• Controlo do consumo de água e energia elétrica;• Separação do lixo. <hr/> <p>Projeto Cadetes do Mar e do Exército</p> <p>Este projecto, destinado a uma turma do 2º e outra do 3º ciclo, resulta de uma parceria entre a Escola Básica Marinhas do sal e as seguintes entidades: 1) Museu da Marinha; 2) Museu do Exército; 3) Grupo de amigos do Museu da Marinha; 4) Camara Municipal de Rio Maior; 6) Associação de pais do agrupamento.</p> <p>O projeto visa elevar o nível de conhecimento dos alunos nos aspectos mais significativos, não só da história de Portugal, como internacional. Pretende-se ainda que os alunos percebam a importância das organizações, da Marinha e do Exército, na formação de Portugal e a sua importância nas relações entre os estados. Prende-se ainda que a comunidade conheça o espólio dos museus envolvidos.</p> <p>Neste contexto, semanalmente os alunos reúnem para produzir trabalho relacionado com os objectivos propostos. Mensalmente elementos ligados aos museus trabalham com esses alunos na escola. Haverá também uma ida a cada um dos museus e ainda a participação nas comemorações do centenário do início da 1ª Grande Guerra Mundial.</p> <hr/> <p>Projeto Comenius e Erasmus+</p> <p>Este projecto, destinado à comunidade educativa, e envolvendo diversas escolas da União Europeia (UE), visa elevar o nível de conhecimento dos alunos nos vários aspetos do currículo, enriquecendo-o ainda mais através de intercâmbios entre os alunos. Para o efeito, é promovida a participação em <i>meetings</i> internacionais com alunos e professores de outras escolas da UE.</p>

QUADRO 29 (continuação)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”	<p>Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS+)</p> <p>Projeto Espaço É Emprego</p> <p>Este é um projeto desenvolvido em parceria com o ISS, I.P, a CMRM, o I.E.F.P., o G.I.P., os estabelecimentos de ensino e a CPCJ, e que tem por objetivos: i) favorecer a integração profissional de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo; ii) estabelecer parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.; iii) informar a comunidade sobre as oportunidades de qualificação e encaminhamento, medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção, ofertas de emprego e oportunidades de trabalho; iv) apoiar o desenvolvimento de atitudes de procura ativa de emprego e ao enquadramento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo.</p> <p>Neste contexto são desenvolvidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Realização de sessões de apoio à procura ativa de emprego, entre outras;• Dinamização de <i>workshops</i> temáticos e cursos de formação e qualificação;• Criação de um grupo de <i>coaching</i> para trabalhar e desenvolver competências;• Divulgação de informação e encaminhamento para medidas ativas de emprego, oportunidades de inserção, empreendedorismo, microcrédito e PAE CPE, entre outras;• Planificação e organização de uma mostra de profissões e formação e concurso de empreendedorismo;• Realização de encontros empresariais/institucionais e com estabelecimentos de ensino.

QUADRO 29 (continuação)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Centro de Negócios e Inovação	<p>O Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior tem como objetivo incentivar e apoiar os empreendedores e as empresas do concelho.</p> <p>A Câmara Municipal de Rio Maior, em estreita articulação com a Desmor, definiu uma equipa e estabeleceu parcerias com outras entidades, de forma a apoiar as empresas nas suas diferentes fases de crescimento e desenvolvimento. Este espaço foi aberto ao público no dia 17 de Maio, e conta já com a presença de várias empresas instaladas, tanto em regime de incubação física, como de incubação virtual. Ao longo deste período, muitas pessoas foram atendidas e estão a ser acompanhados diversos projetos, sendo que parte significativa tem por objetivo a criação do próprio emprego.</p> <p>Além dos serviços direcionados para a vertente do empreendedorismo e das empresas, o Centro de Negócios conta também com serviços destinados a apoiar as áreas do emprego e formação profissional, funcionando ali o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), bem como 4 salas de formação orientadas pelo IEFP. A disponibilização destes serviços é uma mais-valia para os residentes em Rio Maior uma vez que evita deslocações, por parte dos utentes do Centro de Emprego e Formação de Santarém, para fora do concelho.</p> <p>O Centro conta ainda, com o Contrato Local de Desenvolvimento Social, CLDS+, vocacionado para o apoio à procura de emprego e ao empreendedorismo social no âmbito das populações mais carenciadas. O CLDS+ tem à sua disposição de 2 salas de apoio.</p> <p>VERTEENTE DO EMPREENDEDORISMO</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise e validação da ideia de negócio;• Elaboração do plano de negócio;• Identificação de potenciais soluções de financiamento e investimento;• Apoio ativo nas várias fases de desenvolvimento e implementação do negócio;• Estabelecimento de redes de networking, com parceiros privilegiados;• Apoio em aspetos relacionados com a proteção de propriedade intelectual e industrial;• Disponibilização de várias tipologias de espaços para a instalação de empresas na sua fase inicial de crescimento ou em fase de desenvolvimento de novos projetos;• Serviços de incubação virtual, em que a empresa beneficia de todos os serviços, mesmo não estando fisicamente instalada. <p>VERTEENTE DO APOIO AO EMPREGO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none">• Instalação do GIP, Gabinete de Inserção Profissional: disponibilização de 2 salas de atendimento + 2 salas de espera;• Instalação do Centro de Formação do IEFP: 4 salas de formação + 1 sala para apoio administrativo;• Centro Local de Desenvolvimento Social, CLDS - disponibilização de 2 salas.

QUADRO 29 (continuação)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Município de Rio Maior – Gabinete de Inserção Profissional	<p>O GIP é promovido pelo Município de Rio Maior, em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. e entidades formadoras externas ao IEFP, I.P..</p> <p>O GIP tem como objetivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita articulação com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém.</p> <p>Para o efeito desenvolve as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Realização de Sessões de Informação sobre medidas de apoio ao emprego e de qualificação profissional;• Realização de Sessões de apoio à procura de emprego;• Apoio à procura ativa de emprego;• Captação de ofertas de emprego de entidades empregadoras;• Colaboração com entidades, nomeadamente na prestação de informação sobre medidas de emprego e no encaminhamento de candidatos destinatários de medidas;• Apresentação de desempregados a ofertas de emprego;• Colocação de desempregados em ofertas de emprego;• Divulgação, encaminhamento e integração em ações de formação em entidades externas ao IEFP,IP;• Motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou actividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho;• Controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego;• Outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos no Centro de Emprego.

QUADRO 29 (continuação)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira – Rio Maior	<p>Formar e qualificar jovens e adultos</p> <p>Este projeto é desenvolvido em parceria com as Juntas de Freguesia e as escolas do concelho, a Câmara Municipal de Rio Maior e outras instituições, e tem por objetivos: i) analisar o contexto de intervenção da formação; ii) planejar atividades de aprendizagem; iii) aplicar técnicas diferenciadas de interação pedagógica e de dinamização de grupos; iv) aplicar metodologias de gestão da diversidade no contexto da formação; v) promover a aquisição, pelos formandos/alunos, de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento; vi) promover a aquisição, pelos formandos/alunos, de competências profissionais.</p> <p>Assim, são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Formação geral;• Formação profissional;• Competências básicas;• Formação em línguas: Francês, Inglês, Espanhol, Alemão;• Português para todos.

QUADRO 29 (continuação)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Associação de Pais da Escola Secundária de Rio Maior	<p>A Associação foi constituída com o objectivo de fazer a ligação entre os pais e a escola na mútua missão de educar, fomentar o estudo e promover a adequada ocupação dos tempos livres dos educandos, nas mais diversas actividades de carácter pedagógico, formativo cultural, científico, social, humano e desportivo, numa perspectiva dos valores da cidadania e do associativismo. Neste contexto, promove as actividades que se seguem.</p> <p>Para os alunos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Realização de <i>workshops</i> de partilha de experiências com vista à facilitação de escolhas profissionais por parte dos alunos;• Promoção de experiências em contexto profissional;• Realização de um colóquio subordinado ao tema “Como gerir a ansiedade”;• Realização de um <i>workshop</i> subordinado à temática da toxicodependência, envolvendo profissionais que trabalham na área e jovens em reabilitação. <p>Para os Pais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Promoção de sessões de informação e formação aos pais e encarregados de educação. <p>Para todos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Realização de uma festa anual que reúna todos os elementos da comunidade escolar;• Realização de um <i>bike paper</i>.

QUADRO 29 (continuação)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Agrupamento Vertical Fernando Casimiro Pereira da Silva	<p>Integração Escolar</p> <p>Com a duração de um ano lectivo, esta iniciativa conta com a parceria de entidades como: i) a Câmara Municipal de Rio Maior; ii) a AECRM – Associação Empresarial; iii) a Junta freguesia de Rio Maior; iv) várias empresas locais.</p> <p>A Integração Escolar, assente em actividades curriculares, extracurriculares, de formação em contexto real de trabalho, de apoio educativo e, ainda, de orientação escolar e profissional, destina-se a alunos das turmas PIEF, dos cursos vocacionais de 2º Ciclo e dos cursos vocacionais de 3º Ciclo, e tem por objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Promover a integração escolar dos alunos em risco de abandono;• Promover o sucesso escolar;• Promover a integração socioprofissional dos alunos.

QUADRO 29 (conclusão)

Recursos locais na área do emprego, formação e qualificação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM)	<p>A missão da ESDRM é produzir, aplicar e disseminar conhecimento, no âmbito das ciências do desporto, proporcionando uma formação assente num sólido saber de base científica, tecnológica e pedagógico, e com uma elevada relação experimental nos diferentes contextos profissionais do desporto, visando, através da formação humana, cultural, científica e técnica dos seus alunos, do intercâmbio nacional e internacional, e da prestação de serviços à comunidade, contribuir para o desenvolvimento técnico e científico do Desporto e para o progresso socioeconómico da região, num panorama de competitividade internacional.</p> <p>São adotados os seguintes vetores estratégicos no período 2011-2015:</p> <ol style="list-style-type: none">1 – Promover a qualidade da oferta formativa em domínios específicos do Desporto.2 – Promover a investigação, desenvolvimento e inovação no domínio das Ciências do Desporto.3 – Promover a ligação à comunidade e a prestação de serviços domínios específicos do Desporto. <p>Os cursos desenvolvidos na ESDRM são:</p> <p>Licenciaturas:</p> <ul style="list-style-type: none">Treino Desportivo;Desporto, Condição Física e Saúde;Desporto da natureza e turismo ativo;Psicologia do Desporto e do Exercício;Gestão das organizações desportivas;Atividade física e estilos de vida saudáveis <p>Mestrados:</p> <ul style="list-style-type: none">Desporto (Especializações);Psicologia do Desporto e do Exercício;Atividade física em populações especiais <p>Outros cursos:</p> <ul style="list-style-type: none">Formação contínua;<i>E-learning fitness</i>;Curso de Educação Tecnológica - Manutenção de Piscinas;Cursos de Especialização/Pós Graduação

FONTE: Atores locais, 2013

b. Comunidade e instituições

A operacionalização da atual e futura estratégia local de combate à pobreza e exclusão social tem lugar num quadro particularmente exigente para o modelo de proteção social nacional, resultante tanto do aumento das despesas, como da redução das receitas, desafiando o nível da prestação de serviços em áreas como a saúde, a solidariedade social, a educação, e o emprego.

Neste quadro, é reconhecido que as intervenções de combate à pobreza e exclusão social deverão adotar uma abordagem transversal que tenha em consideração aspetos como: i) a complementaridade entre as diversas áreas setoriais de política pública; ii) a incorporação de um modelo de governação multinível, que incentive a dinamização das redes solidárias e as organizações da economia social, valorizando a cooperação entre as administrações públicas, as empresas e as entidades do setor não lucrativo; iii) a qualificação do quadro institucional, reconhecendo a diversidade das competências e recursos dos atores envolvidos; e iv) o voluntariado e a atividade socialmente útil.

Daquela abordagem resulta clara a importância da economia social e do voluntariado, enquanto dois pilares cruciais para a estratégia de combate à pobreza e exclusão social a empreender em Rio Maior. Neste contexto sublinha-se, a nível nacional, a aprovação:

- ✓ Da Lei de Bases da Economia Social, que estabelece o regime jurídico e as medidas de incentivo ao sector, e que vem reforçar a lógica da intervenção partilhada, descentralizada e próxima dos cidadãos, estabelecendo como desígnio a capacitação e qualificação das entidades da economia social, visando reforçar a eficácia e eficiência na ação que desenvolvem.
- ✓ Do Plano Nacional de Voluntariado (PNV), onde o Estado Português antecipa uma franca adesão a este novo tipo de intervenção social em todos os sectores da economia, sendo expectável que a taxa de cobertura de pessoas e organizações que adiram a iniciativas de voluntariado aumente nos sectores social e cooperativo, privado com fins lucrativos e público. Assim, constitui uma oportunidade e um recurso para os agentes da coesão social de Rio Maior este enfoque nacional, com o objetivo último de qualificar as respostas e serviços que são disponibilizados à comunidade local.

É com este propósito que emerge, no concelho de Rio Maior uma real preocupação com as matérias associadas à capacitação da comunidade e das instituições, designadamente aquelas que desenvolvem trabalho na área da coesão social.

O CLAS de Rio Maior reconhece, neste quadro, que, a economia social, nas suas múltiplas vertentes, é promotora de inclusão social, geradora de riqueza e de emprego e facilitadora da conciliação entre a atividade profissional e a vida privada e familiar. O potencial de inovação e de empreendedorismo social que muitas organizações da economia social possuem, tanto nas principais áreas urbanas mais dinâmicas, como nas freguesias de baixa densidade populacional, são cruciais para fazer face ao desafio da coesão social no conjunto do território concelhio, razão pela qual o Diagnóstico Social contempla como área fundamental de análise a promoção da economia social. Importa, no entanto, sublinhar que os desafios que se colocam às instituições da economia social em áreas urbanas são, por vezes, diferentes daqueles que se colocam nas zonas de baixa densidade, desde logo pelas características da população, ou seja, bastante mais envelhecida nas zonas rurais. Este envelhecimento populacional tem,

ainda reflexos, no dinamismo do próprio tecido social e comunitário (com menor potencial de criatividade e inovação), o que exige um foco específico de diagnóstico e intervenção.

✓ **Percepções dos atores locais reunidos no *Workshop* de diagnóstico realizado no dia 06/06/2013**

QUADRO 30

Principais constrangimentos na área da capacitação da comunidade e instituições (2013)

Constrangimentos	Sugestões/Contributos
<p>Dificuldades por parte de algumas organizações sem fins lucrativos em concretizar processos de efectivo envolvimento com a comunidade em geral, de modo a atuar de forma mais eficaz junto dos “novos” problemas sociais, decorrentes da crise socioeconómica que o País está a viver e já mencionada no presente documento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover encontros/intercâmbios entre as direções das Instituições de Solidariedade Social; • Criar uma entidade mediadora que promova uma participação mais ativa das organizações na comunidade.
<p>Experiências ainda pouco sistematizadas de envolvimento das Juntas de Freguesia na área da solidariedade social, resultante da não clarificação de competências formais nesta matéria, bem como do número limitado de recursos humanos para fazer face às exigências e desafios desta área de atuação em concreto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover reuniões entre Juntas de Freguesia, com vista à promoção de uma maior sensibilidade para as questões sociais e à divulgação de boas práticas; • Criar projetos-piloto nas Juntas de Freguesia que se manifestem disponíveis para trabalhar nesta área de intervenção.
<p>O tecido associativo do concelho releva alguma perda de dinamismo, ou seja, existem efetivamente muitas associações mas com atividades limitadas e, por vezes, pouco inovadoras, dando um contributo diminuto para o desenvolvimento social local. Noutros casos não desenvolvem qualquer atividade. Esta realidade advém de diversos factores, dos quais se destacam: i) o reduzido número de recursos humanos com competências técnicas que possam mobilizar a alteração dos padrões de atuação das associações; ii) o défice de conhecimentos de muitas direções nas áreas do planeamento e da gestão estratégica (decorrente do referido no ponto anterior); iii) a pouca capacidade inovadora de várias associações; iv) as fortes dificuldades na constituição formal das direcções; v) a fraca adesão dos jovens ao trabalho voluntário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover reuniões entre as direções das associações, com vista à promoção de uma maior sensibilidade para as questões sociais e à divulgação de boas práticas; • Criar projetos-piloto nas associações que se manifestem disponíveis para trabalhar esta área de intervenção; • Realizar ações de educação para a cidadania, em meio escolar, com vista à promoção de uma maior participação dos jovens na comunidade.
<p>Envelhecimento da população, sobretudo nas áreas de baixa densidade, fruto do aumento da esperança média de vida e de uma menor atractividade (serviços e ofertas de emprego em número limitado, e fortes dificuldades na rede de transportes públicos) das zonas rurais, em termos socioeconómicos, para a fixação da população em idade ativa – para o que contribui, em muitos casos, o défice de serviços públicos e privados e as dificuldades de acesso aos mesmos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar espaços de acolhimento e de actividades lúdicas e recreativas; • Promover mais encontros intergeracionais.
<p>Dificuldades na implementação do voluntariado (articulação entre voluntários e entidades), resultante da fraca adesão dos jovens, do défice de formação dos voluntários e das dificuldades de adaptação às novas necessidades da comunidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a temática do voluntariado junto da comunidade local; • Criar oportunidades de formação de voluntários; • Fomentar a relação entre o projeto Rio Maior Voluntário e as entidades potencialmente acolhedoras de voluntários.

✓ Recursos locais

Em matéria de recursos que podem ser mobilizados para a capacitação da comunidade e das instituições, ressalva-se, desde logo, o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS+), bem como o projecto Rio Maior Voluntário, nos termos que se expõe no quadro seguinte:

QUADRO 31

Recursos locais na área da capacitação da comunidade e das instituições (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior "O Ninho"	<p>Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS+)</p> <p>Projeto Espaço É Dinamizar</p> <p>Este é um projeto desenvolvido em parceria com Rede Social concelhia (SCMRM, Junta de Freguesia de Rio Maior, CMRM, Associações, DESMOR, Estabelecimentos de Ensino, Equipa de RSI do CEEONINHO) com o objetivo de dinamizar o voluntariado no Município e constituir/revitalizar 2 associações locais.</p> <p>Para o efeito são dinamizadas as seguintes ações:</p> <p><i>Realização de iniciativas de promoção do voluntariado</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Ações de formação para voluntários;• Sensibilização das IPSS e outras entidades locais para o projeto Rio Maior Voluntário. <p><i>Dinamização de atividades de animação envolvendo instituições locais</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Organizar 2 eventos desportivos, intergeracionais e multiculturais;• Realizar 2 encontros de jovens com ou sem deficiência em formato teatro – debate;• Incluir jovens de famílias beneficiárias de RSI em atividades desportivas;• Realizar encontros de partilha de ideias/ experiências entre Instituições e direções. <hr/> <p>Projeto Rio Maior Voluntário</p> <p>A Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, em parceria com a Junta de Freguesia de Rio Maior e a Câmara Municipal de Rio Maior criou o "Rio Maior Voluntário", que visa incentivar e promover o trabalho voluntário no Concelho.</p> <p>Esta iniciativa integra os munícipes que queiram prestar serviço voluntário nas diversas instituições do concelho.</p> <p>São muito diversificadas as áreas de atividade onde é possível exercer ou apresentar projetos de voluntariado e disponibilizando oportunidades de enquadramento nos domínios do interesse social e comunitário tais como: infância, juventude, idosos, pessoas com deficiência, famílias carenciadas, recolha e distribuição de bens, atividades lúdicas, educação, saúde, etc.</p> <p>Os objetivos do "Rio Maior Voluntário" são:</p> <ul style="list-style-type: none">• Incentivar e fomentar a prática do voluntariado a favor da comunidade• Promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado• Formar voluntários e agentes institucionais no âmbito do voluntariado• Divulgar projetos e oportunidades de voluntariado <p>Todas as pessoas que pretendam participar voluntariamente em projetos de interesse social e comunitário podem ser Voluntárias e as Entidades privadas sem fins lucrativos do concelho de Rio Maior, que promovem ou pretendam promover projetos de voluntariado podem ser Organizações Promotoras de Voluntariado.</p>

FONTE: Atores locais, 2013

Para além dos recursos enumerados, que registam contributos diretos para a dinamização das entidades locais e para a sensibilização dos cidadãos com vista a um reforço das actividades de voluntariado, importa sinalizar que, de facto, os reais recursos para a intervenção nesta matéria estão no âmago da própria paisagem organizacional do concelho (organizações e parcerias). Neste quadro, importa sinalizar as organizações que participam, desde logo, no Conselho Local de Ação Social (ver anexo), mas também noutras estruturas de parceria como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior (CPCJ), o Núcleo Local de Inserção de Rio Maior e a Equipa Local de Intervenção de Rio Maior/Santarém do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

Do ponto de vista da política pública especificamente direcionada para esta área, sublinha-se desde logo o Programa Arquimedes, cujos objetivos são: i) melhorar a qualidade da intervenção das equipas técnicas das entidades públicas e privadas que desenvolvem programas de reabilitação; ii) melhorar o desempenho e certificar as organizações que desenvolvem a sua atividade no âmbito do sistema de prestação de serviços às pessoas com deficiências e incapacidades, através da atribuição de um certificado de qualidade. Ressalva-se, igualmente, as iniciativas de formação - ação para entidades da economia social, dinamizadas pelo Estado Português com o objetivo de contribuir para: i) a melhoria dos processos de gestão das entidades de economia social e o reforço das competências dos seus dirigentes, quadros e trabalhadores; ii) a promoção de formação orientada para o apoio ao desenvolvimento organizacional; iii) a promoção do desenvolvimento das entidades da economia social, através do desenvolvimento de ações que promovam a otimização de metodologias e processos de modernização e inovação ao nível da gestão e da prestação de serviços sociais. Ambas as iniciativas têm vindo a ser apoiadas pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

Do ponto de vista local importa, ainda, sinalizar o esforço desenvolvido pela autarquia local no apoio ao tecido associativo em geral, quer ao nível da definição de parcerias e protocolos de colaboração, quer ao nível do apoio financeiro, através da transferência de verbas com base em regulamentos próprios para as associações de cariz cultural, recreativo e desportivo.

c. Família e parentalidade

A família constitui um grupo social inconfundível face a outros grupos sociais, assumindo-se ao longo dos séculos como uma instituição central da vida em sociedade. Não obstante esta centralidade, a família tem vindo a assumir formas e funções diferentes conforme o tempo e o espaço em que se situa, mas foi sobretudo nas últimas três décadas do século XX que mais mutação sofreu nas sociedades ocidentais.

Segundo vários estudiosos de referência na área da sociologia da família, encontramos-nos numa fase de reinvenção da família, fruto de tendências como o aumento do divórcio e das famílias recompostas, a descida abrupta da taxa de natalidade e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Os dados registados para Rio Maior nos indicadores sinalizados no parágrafo anterior corroboram a afirmação de estamos na presença de mudanças profundas nas composições e funções das famílias: a taxa de divórcio cresceu de 1,6‰ em 2000 para 2,7‰ em 2012 e a taxa bruta de natalidade diminuiu de 10,1‰ para 7,0‰ no mesmo período.

Num livro sugestivamente intitulado *Reinventando a família. À procura de novos estilos de vida*, a socióloga Beck-Gernsheim procura explicar as transformações na família nos últimos anos do século XX em capítulos com títulos tão elucidativos como “A Nova Confusão sobre a Família”, “Quando o Divórcio se Torna Normal”, a “Vida como Projeto Planeado”, o “Contrato Geracional e Relações de Género”, “Nós Queremos uma Criança Especial” e “A Caminho da Família Multicultural”. Para a investigadora social a família, enquanto grupo social, persiste, “apenas diferente [...]: a família negociada, a família alternativa, família múltipla, novos arranjos depois do divórcio, recasamento, novo divórcio, novas combinações dos teus, meus ou nossos filhos, das nossas famílias passadas e presentes” (Beck- Gernsheim, 2002: 8).

Pensando nas transformações na família do século XX ao XXI vale a pena sublinhar três ideias: i) a erosão do poder patriarcal, o que não significa o fim das desigualdades entre homens e mulheres, persistindo contradições entre práticas e representações sobre o papel de homens e mulheres na família; ii) os processos de emancipação feminina e os seus efeitos incontornáveis nas estruturas e nas práticas familiares bem como num conjunto de dimensões da vida social; iii) uma nova perspetiva sobre o lugar da criança na família contemporânea e a proteção dos seus direitos; iv) as novas conjugalidades e parentalidades.

No caso concreto do concelho de Rio Maior, assinalam-se ainda as seguintes informações estatísticas:

- Aumento do número de famílias clássicas, de 7 664 famílias em 2001 para 8 204 famílias em 2011 (32,2% das quais com “apenas” 2 pessoas, ou seja, 2 674 famílias);
- Redução da dimensão média das famílias, de 2,7 indivíduos em 2001 para 2,5 indivíduos em 2011;
- Aumento do peso das famílias clássicas unipessoais, de 17,9% em 2001 para 22,8% em 2011.

No que diz respeito às temáticas da proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens, sublinha-se o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Rio Maior, que em 2013, registou um volume processual de 202 processos, a maioria dos quais sobre crianças com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos e com problemas de exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento, bem como comportamentos graves anti-sociais e/ou de indisciplina.

QUADRO 32

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Dinâmica processual (2013)

Tipologia	Dinâmica processual 2013
	N.º
Transitados do ano de 2012	78
Instaurados	79
Novos Processos	60
Recebidos de outras CPCJ	19
Reabertos	45

FONTE: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior

QUADRO 33

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Crianças e jovens acompanhados (2013)

Escala etária	Crianças e jovens acompanhados 2013	
	N.º	Problemáticas sinalizadas
0-2 anos	24	1º Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e desenvolvimento da criança. 2º Falta de supervisão e acompanhamento familiar. 3º Negligência.
3-5 anos	23	1º Falta de supervisão e acompanhamento familiar. 2º Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e desenvolvimento da criança.
6-8 anos	23	1º Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e desenvolvimento da criança. 2º Falta de supervisão e acompanhamento familiar.
9-10 anos	24	1º Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e desenvolvimento da criança. 2º Diferentes situações de perigo: Absentismo/ Abandono escolar; Negligencia, ofensa física em contexto de violência domestica, comportamentos graves anti sociais e/ou de indisciplina.
11-14 anos	53	1º Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem estar e desenvolvimento da criança/jovem. 2º Comportamentos graves anti sociais e/ou de indisciplina.
15-17 anos	41	1º Absentismo escolar. 2º Abandono escolar.
18-21 anos	13	Sem informação.

FONTE: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Rio Maior

✓ Perceções dos atores locais reunidos no *Workshop* de 04/09/2013

QUADRO 34

Principais constrangimentos na área da família e parentalidade (2013)

Constrangimentos	Sugestões/Contributos
<p>Dificuldades crescentes por parte dos encarregados de educação em desempenhar o papel de educadores, resultado de uma ausência de suporte familiar e de modelos funcionais de convivência familiar (fruto de um prolongamento da vida ativa ou da não proximidade das redes familiares de apoio), de um défice de competências parentais em alguns agregados e, ainda, de uma mutação de valores e défice de compromisso por parte dos pais/família.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prolongar e reforçar as ações existentes de informação, capacitação e intervenção familiar e adaptação das mesmas a novas situações; • Definir e implementar incentivos aos bons alunos em contexto escolar; • Desenvolver programas de competências parentais, com incentivos à participação das famílias na vida escolar dos menores (Diploma da Família +); • Promover projetos descentralizados nas freguesias.
<p>Carências alimentares verificadas em algumas crianças, fruto de situações de negligência familiar e de carências económicas/financeiras, associadas não raras vezes a situações de desemprego e perda de prestações sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manter e reforçar (caso se justifique) o projeto das cantinas sociais, bem como aderir e divulgar outros projetos da Administração Central e Local, relevantes para minimizar as situações de carência alimentar dos mais jovens e suas famílias.
<p>Défice de competências parentais em alguns agregados familiares, causado por processos de desestruturação/disfuncionalidade das famílias, problemas de saúde mental, desconhecimento sobre as responsabilidades associadas à parentalidade, bem como desvalorização e falta de tempo para um maior investimento na aquisição deste tipo de competências.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maior aposta na formação parental, através da criação de programa de competências parentais para famílias específicas.
<p>Violência doméstica, fenómeno complexo associado não raras vezes a situações de alcoolismo e consumo de outras substâncias psicoativas, de desemprego, de perturbações mentais e instabilidade afetiva.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o acompanhamento por técnicos com diversas competências profissionais; • Divulgar da linha de Emergência Social (144).
<p>Dificuldades de suporte no apoio a idosos/deficientes/toxicodependentes por parte da rede familiar.</p>	
<p>Consumo de substâncias psicoativas, designadamente na população juvenil, resultante de problemas diversos como a falta de autoestima, a pressão dos pares para a experimentação e, ainda, a maior fragilidade social de alguns grupos populacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um grupo de teatro debate para intervir em áreas temáticas específicas que envolvam os jovens; • Dar continuidade e/ou reforçar os programas de prevenção primária das toxicodependências; • Divulgar a linha Vida SOS Droga (1414).

✓ Recursos locais

No âmbito da intervenção local ao nível da família e parentalidade, o concelho de Rio Maior detém um vasto leque de respostas e recursos institucionais que poderão ser mobilizados para minimizar as dificuldades sinalizados, entre os quais se destacam os constantes dos quadros que se seguem.

Importa, no entanto, referenciar o trabalho desenvolvido pela Equipa de RSI – Rendimento Social de Inserção, estrutura constituída em 2005, que à data de dezembro de 2013 acompanhava um total de 144 famílias do concelho, em situação de vulnerabilidade social.

QUADRO 35

Respostas sociais para a família e comunidade (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Centro de Convívio e de Solidariedade Social de Sourões-Alcobertas	PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes para 36 agregados familiares, sedado na freguesia de Alcobertas (38 agregados familiares em 2014).
Centro Social S. Domingos	PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes para 23 agregados familiares, sedado na freguesia de Asseiceira.
Associação do Centro de Convívio e Recreio do Outeiro da Cortiçada	PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentes para 28 agregados familiares, sedado na freguesia de Outeiro da Cortiçada. Cantina Social para 6 utentes, sedada na freguesia de Outeiro da Cortiçada.
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”	Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI) em 170 famílias, abrangendo o concelho de Rio Maior e as freguesias de Alcanede e Tremês, do Concelho de Santarém.
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Cantina Social para 65 utentes, sedada na freguesia de Rio Maior.
Centro Social Paroquial São João Batista	Cantina Social para 20 utentes, sedada na freguesia de São João da Ribeira (registra uma lista de espera de 2 pessoas).
Centro Paroquial de Bem-estar Social de Rio Maior	Cantina Social, sedada na freguesia de Rio Maior.
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Rio Maior	Distribuição de alimentos não perecíveis (roupa, brinquedos e calçado), destinada a famílias carenciadas e referenciadas, num total de aproximadamente 60 famílias (300 indivíduos). Esta distribuição ocorre duas vezes por ano, e regista uma lista de espera de cerca de 20 famílias.

QUADRO 36

Respostas sociais para pessoas com deficiências e incapacidades (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”	Centro de Atividades Ocupacionais para 31 utentes, sedado na freguesia de Rio Maior (registra uma lista de espera de 17 pessoas). Valência Socioeducativa para 4 utentes, sedado na freguesia de Rio Maior. Lar Residencial para 24 utentes (registra uma lista de espera de 10 pessoas).

QUADRO 37

Respostas sociais para idosos (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Centro de Convívio e de Solidariedade Social de Sourões-Alcobertas	Centro de convívio para 26 utentes, sedeadado na freguesia de Alcobertas.
	Centro de dia para 13 utentes, sedeadado na freguesia de Alcobertas.
	Serviço de Apoio Domiciliário para 26 utentes, sedeadado na freguesia de Alcobertas.
	Parque geriátrico com jardim e quatro máquinas para praticar desporto – Projeto desenvolvido no âmbito de um programa de voluntariado (2014).
Centro Social S. Domingos da Freguesia de Asseiceira	Centro de dia para 30 utentes, sedeadado na freguesia de Asseiceira.
	Serviço de Apoio Domiciliário para 11 utentes, sedeadado na freguesia de Asseiceira.
Associação do Centro de Convívio e Recreio do Outeiro da Cortiçada	Centro de dia para 21 utentes, sedeadado na freguesia de Outeiro da Cortiçada.
	Serviço de Apoio Domiciliário para 12 utentes, sedeadado na freguesia de Outeiro da Cortiçada.
Associação de Solidariedade Social de Abuxanas	Lar de idosos para 43 utentes, sedeadado na freguesia de Rio Maior.
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Lar de idosos para 41 utentes, sedeadado na freguesia de Rio Maior (registra lista de espera, mas sem indicação do número).
Centro Social Paroquial São João Batista	Centro de dia para 25 utentes, sedeadado na freguesia de São João da Ribeira.
	Serviço de Apoio Domiciliário para 8 utentes, sedeadado na freguesia de São João da Ribeira.
Centro Paroquial de Bem-estar Social de Rio Maior	Lar de idosos para 66 utentes, sedeadado na freguesia de Rio Maior (registra lista de espera de 180 idosos).
	Serviço de Apoio Domiciliário para 13 utentes, sedeadado na freguesia de Rio Maior.
Centros de Estar Municipais	Centro de Estar da VILA DA MARMELEIRA (Data de Abertura: 2000)
	Centro de Estar de SÃO SEBASTIÃO (Data de Abertura: 2007)
	Centro de Estar de ASSENTIZ (Data de Abertura: 2006)
	Centro de Estar de ARRUDA DOS PISÓES (Data de Abertura: 1997)
	Centro de Estar de MALAQUEIJO (Data de Abertura: 1993)
	Centro de Estar de AZINHEIRA (Data de Abertura: 2005)
	Centro de Estar de ARROUQUELAS (Data de Abertura: 1994)
AJUDACUIDA – Apoio Domiciliário Unipessoal Limitada	Serviço de Apoio Domiciliário para 40 idosos.
O Solar das Boiças	ERPI para 6 idosos.

QUADRO 38

Respostas sociais para crianças e jovens (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Malaqueijo Solidário - C.B.E.S., I.P.S.S.	Creche para 42 utentes (atualmente com uma frequência de 16 utentes), sediada na freguesia de Malaqueijo.
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior "O Ninho"	Centro de Recursos Inclusão (CRI) para 156 crianças com Necessidades Educativas Especiais, sediada na freguesia de Rio Maior. Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) para 16 jovens, sediada na freguesia de Rio Maior. O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) deixou de funcionar no concelho de Rio Maior sendo o ano letivo 2013/2014 o último ano de atividade.
Associação Aldeias de Crianças SOS	Centro Juvenil SOS para 6 utentes, sediada na freguesia de Rio Maior. Programa de Fortalecimento Familiar SOS para 100 utentes, sedeados na freguesia de Rio Maior, atualmente com 33 utentes, equiparado a CAFAP com licenciamento pelo CDSS de Santarém (a partir outubro de 2014).
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Intervenção precoce para 35 utentes, sediada na freguesia de Rio Maior. Creche para 33 utentes, sediada na freguesia de Rio Maior (regista uma lista de espera de 3 utentes). Creche familiar para 28 utentes, sediada na freguesia de Rio Maior. Creche tradicional para 42 utentes, sediada na freguesia de Rio Maior (regista uma lista de espera de 11 utentes). Pré-escolar para 105 utentes, sedeados na freguesia de Rio Maior.
Associação Aldeias de Crianças SOS	Programa de Fortalecimento Familiar SOS para 18 utentes, sedeados na freguesia de Rio Maior.
Creche Águas Férreas	Creche para 42 utentes.
Colégio Alto do Pina	Creche para 33 utentes. CATL para 20 utentes.

QUADRO 39

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”	<p>Projeto Rio Maior Voluntário</p> <p>A Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, em parceria com a Junta de Freguesia de Rio Maior e a Câmara Municipal de Rio Maior criou o "Rio Maior Voluntário", que visa incentivar e promover o trabalho voluntário no Concelho.</p> <p>Esta iniciativa integra os munícipes que queiram prestar serviço voluntário nas diversas instituições do concelho.</p> <p>São muito diversificadas as áreas de atividade onde é possível exercer ou apresentar projetos de voluntariado e disponibilizando oportunidades de enquadramento nos domínios do interesse social e comunitário tais como: infância, juventude, idosos, pessoas com deficiência, famílias carenciadas, recolha e distribuição de bens, atividades lúdicas, educação, saúde, etc.</p> <p>Os objetivos do "Rio Maior Voluntário" são:</p> <ul style="list-style-type: none">• Incentivar e fomentar a prática do voluntariado a favor da comunidade• Promover o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado• Formar voluntários e agentes institucionais no âmbito do voluntariado• Divulgar projetos e oportunidades de voluntariado <p>Todas as pessoas que pretendam participar voluntariamente em projetos de interesse social e comunitário podem ser Voluntárias e as Entidades privadas sem fins lucrativos do concelho de Rio Maior, que promovem ou pretendam promover projetos de voluntariado podem ser Organizações Promotoras de Voluntariado.</p> <hr/> <p>Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais (CLDS +)</p> <p>Projeto Espaço É Família</p> <p>Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria com o ISS, I.P, a CMRM, a Associação Aldeias de Crianças SOS, o Agrupamento Vertical de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e o Agrupamento Vertical Marinhas do Sal, que tem por objetivos desenvolver de estratégias ao nível da qualificação das famílias, designadamente informação dos seus direitos de cidadania, desenvolvimento de competências e aconselhamento em situação de crise, direcionadas para população com deficiência e seus familiares.</p> <p>Neste contexto são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Criação de unidade de integração, aconselhamento e apoio psicológico para famílias e pessoas com deficiência;• Criação de um grupo de autoajuda para famílias de pessoas com deficiência;• Organizar uma Colónia de férias para promover o convívio entre indivíduos com e sem deficiência em espaço balnear em contato e interação direta com a praia e comunidade. <hr/> <p>Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais (CLDS +)</p> <p>Projeto Espaço É Solidário – loja social</p> <p>Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria com o ISS, I.P, a CMRM, a SCMRM, a Conferência de Santo António da Sociedade de S. Vicente de Paulo e as Juntas de Freguesia do concelho de Rio Maior, com o objetivo de: i) ser uma estrutura de apoio complementar a uma intervenção integrada para a capacitação das famílias, numa perspetiva de combate à pobreza infantil e a exclusão social; ii) reunir apoios sociais e materiais num mesmo local, de forma a uniformizar procedimentos e intervenções, para uma maior igualdade e justiça de tratamento; iii) trabalhar a autoestima e estratégias de responsabilização dos sujeitos, através dos procedimentos do próprio Espaço.</p> <p>Neste contexto são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Criação de um espaço único de doação e distribuição de roupas e outros bens a famílias sinalizadas (Loja Social);• Encaminhamento das pessoas para serviços e apoios existentes na comunidade, de acordo com levantamento de necessidades.

QUADRO 39 (continuação)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Malaqueijo Solidário - C.B.E.S., I.P.S.S.	<p>BATMS – Banco de Ajudas Técnicas da Malaqueijo Solidário</p> <p>Este projeto é desenvolvido em parceria com a UCC Rio Maior - Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Rio Maior e o Centro Regional Segurança Social de Rio Maior, com os objetivos de: i) proporcionar e compensar a deficiência/incapacidade ou atenuar-lhe as consequências; ii) impedir o agravamento da situação clínica da pessoa e permitir o exercício das atividades quotidianas e a participação na sua vida escolar, profissional, cultural e social via cedência de equipamentos de “ajudas técnicas”.</p> <p>Neste contexto são cedidas “ajudas técnicas” – cadeiras de rodas, camas articuladas, andarilhos e outros.</p>

QUADRO 39 (continuação)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
	<p>Projeto Entre Famílias – Educação Parental</p> <p>Este projeto resulta de uma parceria entre a CPCJ Rio Maior, a ELIP de Rio Maior e o RSI Rio Maior e tem por objetivos: i) promover o reforço de competências parentais positivas, que possibilitem práticas educativas mais adequadas ao saudável desenvolvimento das crianças e jovens; ii) promover o diálogo, a reflexão e a partilha de experiências que reforcem o papel da parentalidade; iii) Promover a comunicação pais-filhos.</p> <p>Neste quadro, são promovidas encontros mensais entre pais, para discussão de vários temas do seu interesse, com lanche de convívio.</p>
Aldeias de Crianças SOS	<p>Programa de Fortalecimento Familiar SOS Rio Maior</p> <p>Trata-se de uma resposta social disponibilizada a 33 crianças sinalizadas na CPCJ e crianças em perigo de retirada da família de origem, em que são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Intervenção com famílias c/elementos recenseados pela CPCJ;• Educação parental para famílias do concelho;• Programa de promoção de competências pessoais e sociais;• Programa de férias para as crianças/famílias PFF;• Convívios entre as famílias PFF;• Realização de Seminários.

QUADRO 39 (continuação)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Pais pela Escola, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal	<p>A Associação tem por objetivo aconselhar e orientar alunos, pais e encarregados de educação do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal.</p> <p>Para o efeito disponibiliza gratuitamente aconselhamento psicológico. A Pais pela Escola, mediante marcação prévia, disponibiliza um momento de aconselhamento psicológico com características de triagem e identificação do conteúdo problemático; conta com uma lista atualizada de serviços disponíveis no concelho de Rio Maior para, em caso de necessidade e a pedido do utente, fornecer dados referentes a áreas de intervenção no âmbito da saúde e respetivos contactos.</p>
	<p>Serviço de ATL</p> <p>A Associação disponibiliza apoio ao estudo e atividade lúdica aos alunos do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal. Para o efeito a Pais pela Escola, disponibiliza um serviço de ATL a funcionar das 7h30 às 9h:00 e das 15h:30 às 19h:00 durante o ano letivo. Havendo número mínimo de inscrições, o ATL funciona também nas pausas letivas do Natal, Carnaval e Páscoa. Oferece uma tabela de preço acessível, conforme se indica: 1 turno, 20 euros; 2 turnos, 30 euros; em caso de irmãos a usufruir dos dois turnos, o custo diminui para 25 euros por aluno.</p>
	<p>O ATL celebra os dias festivos e datas significativas do calendário escolar, fornece apoio aos trabalhos de casa e disponibiliza um espaço de jogos, computadores, televisão e criativo sob orientação e vigilância da monitora de ATL e voluntariado da Pais pela Escola.</p>

QUADRO 39 (continuação)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
CPCJ de Rio Maior	<p>A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial não judicial, com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral regendo-se pela Lei nº 147/99 de 01/09.</p> <p>Nesta Lei define-se uma efetiva promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens constitucional e legalmente reconhecidos. Afirma-se que o desenvolvimento pleno das crianças e jovens, implica a realização dos seus direitos sociais, culturais, económicos e civis e estabelece-se um equilíbrio entre os direitos das crianças e dos seus responsáveis legais, concedendo àquelas o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito.</p> <p>Para o efeito pode a CPCJ aplicar medidas de promoção e proteção:</p> <ul style="list-style-type: none">• Apoio junto dos pais; As medidas de apoio junto dos pais ou de outro familiar consistem em apoio psicopedagógico, social e, quando necessário, ajuda económica.• Apoio junto de outro Familiar; Os pais ou familiares poderão ainda beneficiar de um programa de formação, visando o melhor exercício das funções parentais.• Apoio junto de outro familiar• Confiança a pessoa idónea• Apoio para a autonomia de vida Pode proporcionar diretamente aos jovens com idade superior a 15 anos apoio económico, apoios psicopedagógico e social.• Acolhimento familiar• Acolhimento em instituição• e ainda procedimentos de urgência quando exista perigo atual ou iminente para a vida ou integridade física.

QUADRO 39 (continuação)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Conferência de Santo António da Sociedade de São Vicente de Paulo	<p>O trabalho desenvolvido, destinado a toda a população em situação de carência social, tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos mais carenciados, bem como mitigar a exclusão, a solidão, apoiar na habitação e noutras situações de urgência social.</p> <p>Neste contexto, desenvolve ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Distribuição de alimentos diária e mensal;• Distribuição de vestuário e outros bens domésticos;• Visita a doentes e a pessoas em situação de solidão e com necessidade de apoio moral e espiritual;• Participação em ações de âmbito social em parceria com outras instituições.

QUADRO 39 (continuação)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
SALPIQUETE Associação de Solidariedade Arroquelense	<p>Projeto Banco de Serviços de Apoio Social</p> <p>Este projeto, desenvolvido em parceria com a Junta de Freguesia de Arroquelas e as associações locais, pretende ser um instrumento de promoção da melhoria das condições de vida da população adulta e idosa, através do desenvolvimento de propostas de convívio e lazer e, de igual forma, e uma ferramenta para o combate às situações de desfavorecimento e/ou abandono social e comunitário. O serviço, ainda em fase experimental, deverá integrar os resultados de iniciativas lançadas desde 2008, tendo em vista a consolidação das áreas fundamentais ao nível da prestação de serviços de apoio ao domicílio (alimentação e higiene).</p> <p>Para o efeito são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Facilitação – apoio no acesso a serviço de refeição, onde se propõe uma intervenção focada nas situações de carência ou abandono. Pretende-se implementar as condições básicas para o apoio em termos de alimentação, ajustando esta prestação aos espaços disponíveis e aproveitar as parcerias existentes entre a Salpique e entidades similares, públicas ou privadas.• Facilitação – apoio no acesso a serviço de limpeza da casa, onde se visa cuidar da higiene e salubridade das habitações de pessoas mais carenciadas, ou que, por diversos motivos, não possam ou não consigam, levar por diante essas tarefas. A proposta poderá ser implementada em paralelo com a atividade “serviço de refeição”, ou poderá funcionar isoladamente, de acordo com as indicações mais ajustadas que vierem a ser exercidas pelas entidades competentes.• Facilitação – apoio ao nível do transporte social, que permita o apoio de pessoas com dificuldades de locomoção ou mobilidade reduzida, que pretendam aceder a serviços de apoio existentes no município ou noutra localidade. O serviço conta com a cooperação de voluntários que asseguram a condução da viatura.• Apoio – cedência de ajudas técnicas, onde se desenvolvem, junto da população da Freguesia de Arroquelas e freguesias limítrofes, mecanismos que permitem apoiar o processo de reabilitação de pessoas em situação de necessidade ou carência temporária, através da cedência temporária dos materiais, equipamentos e recursos disponíveis (cama, cadeira de rodas, andarrilho, ...)

QUADRO 39 (continuação)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Rotary Club de Rio Maior	<p>O trabalho desenvolvido tem por objetivo apoiar na educação, no desenvolvimento social e proteção ambiental. Assim, são desenvolvidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Atribuição de bolsas de estudo;• Eventos de caráter lúdico e social;• Reuniões e palestras de caráter social e científico;• Atribuição de prémios de distinção profissional de relevo na comunidade riomaiorense.

QUADRO 39 (conclusão)

Recursos locais na área da família e parentalidade (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Câmara Municipal de Rio Maior	<p>Atividades de Animação e Apoio à Família/Serviço de Refeição</p> <p>No âmbito desta iniciativa, a Câmara Municipal de Rio Maior, em parceria com os Agrupamentos de Escolas, algumas Freguesias e Associações, pretende assegurar uma medida de ação social escolar, responder às necessidades manifestadas pelas famílias e assegurar aos alunos dos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do ensino básico uma alimentação correta e equilibrada. Para o efeito disponibiliza o fornecimento de refeições escolares a todos os alunos que necessitem.</p>
	<p>Atividades de Animação e Apoio à Família/Prolongamento de Horário</p> <p>No âmbito desta iniciativa, a Câmara Municipal de Rio Maior, em parceria com os Agrupamentos de Escolas e algumas Freguesias, pretende apoiar as famílias no acompanhamento das crianças no horário após o horário lectivo, proporcionar à criança a ocupação de tempos livres com atividades de animação que contribuam para a sua segurança e bem-estar geral e desenvolver atitudes e hábitos de cooperação entre todos os parceiros da comunidade. Para o efeito disponibiliza atividades de animação, atividades com materiais diferentes dos existentes na sala de aula, passeios e visitas na comunidade.</p>

FONTE: Atores locais, 2013

d. Saúde e toxicodependências

Portugal tem seguido, ainda que a um ritmo mais lento fruto dos movimentos migratórios externos, o processo de transição demográfica europeu, com uma queda dos níveis de natalidade e uma evolução positiva dos níveis da esperança de vida. Mais uma vez o concelho de Rio Maior não é exceção a esta tendência de transição demográfica, essencialmente caracterizada por um duplo envelhecimento.

O duplo envelhecimento demográfico traduz-se num decréscimo da população jovem e um aumento da população idosa. Tal como já foi referido no presente relatório, o concelho de Rio Maior ganhou, no período intercensitário, sobretudo, população idosa (13,48%), ou seja, com idades iguais ou superiores a 65 anos. Sublinha-se, igualmente, o facto de a população jovem registar uma tendência de decréscimo, nomeadamente na faixa etária com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (-22,16%).

Os índices demográficos tradicionalmente utilizados demonstram, de forma inequívoca a evolução descrita, ou seja, registam em 2011 os valores mais elevados desde 2001: i) um índice de envelhecimento de 144,4 (em 2001 o valor era de 118,6); ii) um índice de dependência de idosos de 32,6 (em 2001 o valor era de 28,1); iii) um índice de longevidade de 48,5% (em 2001 o valor era de 41,8%). Em oposição, os índices de dependência de jovens e de renovação da população em idade ativa têm registado quebras sistemáticas nos seus valores, apresentando valores de 22,6 (face a 23,7 em 2001) e de 86,3 (face a 125,2 em 2001), respetivamente, no ano de 2012.

Esta realidade demográfica impõe intervenções estruturantes e transversais a vários domínios de política pública, dos quais se destaca a área da saúde, designadamente em matéria de: i) promoção de uma intervenção integrada dos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados; ii) promoção de estilos de vida saudáveis e dinamização do envelhecimento ativo e saudável. Nesta matéria assumem relevância as intervenções que visam a prevenção de comportamentos de risco, bem como o rastreio e o diagnóstico precoce de doenças, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos cidadãos idosos e adiar a sua institucionalização, adotando estratégias de manutenção dos indivíduos na sua comunidade. Naturalmente que este tipo de trabalho só será possível se for realizado em articulação com outras áreas como o desporto, a solidariedade social e a formação ao longo da vida.

Importa, no entanto, sublinhar que a questão central da promoção de estilos de vida saudáveis não se equaciona naturalmente apenas em matéria de envelhecimento ativo, sendo ela própria uma questão fundamental ao nível da população mais jovem e dos jovens adultos, nomeadamente no que diz respeito à prevenção e tratamento de percursos/realidades de consumo de substâncias psicoativas.

Segundo o estudo sobre “Conhecimentos e atitudes face ao uso/abuso de substâncias psicoactivas, entre jovens, em meio escolar”⁹, e “em relação ao consumo de bebidas alcoólicas, percebemos que entre o sexo dos indivíduos os valores são bastante próximos, o que pode induzir a que este não seja determinante na opção positiva de consumo. O nível de escolaridade que apresenta o valor mais elevado para o consumo é o ensino secundário e o 3º ciclo o valor mais baixo. Na frequência de consumo de bebidas alcoólicas salienta-se que os três géneros (cerveja, vinho e bebidas espirituosas) apresentam, apesar de baixos, valores diários de consumo.

⁹ Este estudo, proposto pelo Centro de Respostas Integradas (CRI) do Ribatejo em 2009, teve por base uma amostra constituída por 1033 indivíduos, que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário/Profissional no concelho de Rio Maior, 558 do sexo masculino e 476 do sexo feminino. O erro amostral é de 2% (1,856%).

O consumo de tabaco tem vindo a ser cada vez mais emergente na população jovem de hoje. Os dados referentes à experimentação de tabaco, revelam que a percentagem mais elevada em ambos os sexos é a opção positiva de consumo. No nível de escolaridade o 3º ciclo apresenta o valor mais elevado para o consumo, o ensino secundário e profissional apresentam valores muito próximos.

No que diz respeito ao consumo de substâncias, revela-se uma diferença na tendência dos dados anteriores, sendo a opção negativa de consumo a que apresenta valores mais elevados em ambos os sexos. Na variável nível de escolaridade repete-se com valores mais elevados a opção negativa, em ambos os ensinos.

De acordo com os dados sobre a quem recorreriam, se sentissem necessidade de ajuda em ambos os sexos, os valores mais elevados representam os itens amigos, pais e técnicos de saúde, os restantes itens apresentam valores mais baixos.”

Todavia, as questões da saúde não dizem apenas respeito à promoção de estilos de vida saudáveis e de processos de envelhecimento ativo e saudável. São questões transversais a todas as faixas etárias, e fazem parte do modelo de proteção social estabilizado em Portugal desde há várias décadas a esta parte. De facto, a saúde e o acesso aos serviços de saúde constituem uma condição necessária para a promoção da inclusão social e de uma cidadania ativa junto da população em geral. Neste quadro, torna-se fundamental ponderar sobre o real acesso de toda a população aos cuidados de saúde primários e secundários em Rio Maior e na região de Santarém, numa dupla perspetiva: i) qualificação e adaptação dos equipamentos existentes e diversificação da oferta de serviços, adaptando-os permanente às necessidades atuais e futuras da população; ii) dotação dos serviços de saúde de infraestruturas e equipamentos que facilitem o seu acesso e gestão.

Na sede do concelho de Rio Maior, inseridas no ACES da Lezíria, existem: uma Unidade de Saúde Familiar (USF), uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e uma outra Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC). De ressaltar, ainda, a existências de duas unidades móveis de saúde.

Para além dos cuidados de saúde primários assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde, sublinha-se a existência de diversas unidades de saúde privadas, tais como: clínicas de diagnóstico, centros médicos, laboratórios de análises, clínicas de radiologia e duas farmácias com Programa de Troca de Seringas e programa de administração de medicação opioide.

Sublinha-se, igualmente, a disponibilização de respostas como: i) Hospital Distrital de Santarém (sediado em Santarém); ii) Consulta de Dependências (Toxicodependência; Alcoolismo, Tabagismo e Dependências sem substância), que se realiza de 2ª a 6ª feira na Equipa de Tratamento em Santarém; iii) Centro de Diagnóstico e Pneumologia (sediado em Santarém); iv) Centro de Hemodiálise (sediado em Santarém); v) Corporação de Bombeiros Voluntários.

Ainda em matéria de respostas públicas, sinaliza-se a dinâmica do centro de saúde de Rio Maior (resposta pública na área da saúde com 22 646 utentes inscritos), designadamente em matéria de: i) cuidados continuados integrados/cuidados continuados, em que foi possível acautelar as necessidades de 104 utentes no âmbito da Rede de Cuidados Integrados (ECCI) e de 384 utentes em Programa de Cuidados Continuados (VD); ii) saúde escolar, com a abrangência de 19 escolas; iii) preparação para o parto/parentalidade, com um total de 11 cursos de preparação para o parto (104 grávidas) e de 9 cursos de recuperação pós-parto (81 puérperas); iv) classes de movimento, num total de 9 cursos de lombalgias (92 utentes abrangidos) e 4 cursos de prevenção de quedas (30 utentes abrangidos); v) parcerias na comunidade, particularmente no âmbito da Intervenção Precoce, do Núcleo Local de Inserção e da CPCJ.

QUADRO 40

Cuidados continuados integrados/cuidados continuados – Centro de Saúde (2013)

Profissionais	Cuidados continuados integrados/Cuidados continuados (2013)		
	N.º utentes	N.º de contactos em programa	Contacto por utente
Enfermeiros	488	7 282	15
Fisioterapeuta	70	663	9
Terapeuta Ocupacional	3	19	6
Terapeuta da Fala	5	79	16
Psicóloga	2	11	6

FONTA: ACES

QUADRO 41

Parcerias na comunidade – Centro de Saúde (2013)

Cuidados	Parcerias na comunidade (casos com intervenção da saúde)					
	Intervenção precoce		CPCJ		NLI	
	N.º de utentes	Sessões/contactos	N.º de utentes	Sessões/contactos	N.º de utentes	Sessões/contactos
Enfermagem	33	33	111	227	72	80
Terapia Ocupacional	39	576	-	-	-	-
Terapia da Fala	6	92	-	-	-	-
Psicologia	26	40	9	13	9	13
Fisioterapia	17	178	-	-	-	-

FONTA: ACES

Em matéria de recursos humanos regista-se um crescimento, na última década, do número de enfermeiros e médicos ao serviço da população, segundo um rácio de 2,1 enfermeiros para cada 1000 pessoas e de 1 médico também para cada 1000 pessoas. O número absoluto de profissionais de farmácia tem-se mantido, registando em 2012 um total de 9 profissionais (e 5 farmácias).

QUADRO 42

Recursos humanos na área da saúde por 1000 habitantes (2011)

Ano de referência	Enfermeiros por 1000 habitantes			Médicos por 1000 habitantes		
	Continente	Lezíria do Tejo	Rio Maior	Continente	Lezíria do Tejo	Rio Maior
	Nº			Nº		
2012	6.2	4.3	2.1	4.3	2.0	1.0
2011	6.0	4.0	1.8	4.1	1.9	1.1
2010	5.8	3.8	1.6	4.0	1.8	1.0
2009	5.5	3.7	1.6	3.8	1.7	0.9
2008	5.2	3.4	1.6	3.7	1.7	0.9
2007	5.0	3.2	1.4	3.6	1.7	0.9
2006	4.7	2.9	1.1	3.6	1.7	0.8
2005	4.5	2.9	1.1	3.5	1.7	0.9
2004	4.3	2.8	1.3	3.4	1.6	0.8
2003	4.1	2.7	1.0	3.4	1.6	0.9
2002	3.9	2.5	0.9	3.3	1.6	0.9

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

✓ Perceções dos atores locais reunidos no *workshop* de diagnóstico realizado a 09/09/2013

QUADRO 43

Principais constrangimentos na área da saúde e toxicodependências (2013)

Constrangimentos	Sugestões/Contributos
Dificuldades na capacidade de resposta em matéria de consultas de saúde familiar, fruto da pouca atratividade do concelho para a fixação de médicos, bem como de constrangimentos orçamentais e organizacionais do setor da saúde.	
Número crescente de situações de saúde mental sem resposta, resultante de diversos factores dos quais se destacam a dificuldade em ajustar a capacidade de resposta dos serviços ao volume de novas situações, o que por sua vez está intimamente ligado às situações de desemprego e consequentes dificuldades financeiras, bem como a fenómenos de consumo de substâncias psicoactivas.	<ul style="list-style-type: none">• Criar um fórum sócio ocupacional para o apoio, acompanhamento e ocupação de pessoas com doença mental (CEE <u>"O_NINHO"</u>).
Dificuldades na resposta ao nível da prevenção primária das toxicodependências, causadas pela falta de recursos decorrente dos constrangimentos orçamentais do sector, pelo encerramento da estrutura local que poderia assegurar este tipo de intervenção, bem como por constrangimentos ao nível da disponibilidade dos alunos para participarem em ações de sensibilização nesta área (sobrecarga dos horários escolares).	
Alguma falta de informação e conhecimento específico sobre a temática das toxicodependências, motivada pela maior precocidade dos consumos, pela existência de contextos de socialização mais permissivos e menos intervenientes (e.g. família) e, ainda, pela existência de novas substâncias psicoativas no mercado e sobre as quais existe pouco conhecimento.	

✓ Recursos locais

Neste âmbito o concelho de Rio Maior detém recursos institucionais que poderão ser mobilizados para minimizar os problemas e necessidades sinalizados, entre os quais se destacam:

QUADRO 44

Recursos locais na área da saúde e toxicodependências (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Município de Rio Maior	<p>Projeto Saber Crescer – prevenção primária das toxicodependências</p> <p>Este projeto é desenvolvido em parceria com o Centro de Saúde e tem por objetivo construir atividades de modo a potenciar os fatores protetores nas crianças e prevenir fatores de risco (através do meio escolar, especificamente o ensino básico – 4º ano).</p> <p>Para o efeito são realizadas 10 sessões de intervenção: i) a primeira e a última sessão serão de avaliação do programa; ii) as restantes são variáveis de acordo com o tipo de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none">• Auto-estima• Comunicação• Amizade• Pressão dos pares• Comportamentos de Risco <hr/> <p><i>Workshops nas Escolas</i></p> <p>Em parceria com as escolas, o cineteatro procura contribuir para sensibilizar a comunidade escolar para diversas temáticas atuais consideradas problemáticas, realizando <i>workshops</i> em contexto escolar com incidência em temas como: <i>bullying</i>; violência no namoro/doméstica e consumos, entre outros temas possíveis.</p> <hr/> <p>Unidades Móveis de Saúde, desde 2008</p> <p>O protocolo entre o Município de Rio Maior, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e o Centro de Educação Especial “O Ninho” garante o funcionamento de duas unidades móveis de prestação de cuidados de saúde no concelho, com três enfermeiros com vista à prestação de cuidados de saúde primários às populações mais carenciadas e mais distantes da sede do concelho. As duas unidades estão equipadas com tecnologia de ponta, a nível de diagnóstico, permitindo efectuar a prevenção, vigilância e prestação de cuidados de saúde em freguesias mais distantes do centro urbano. Permitem realizar alguns exames complementares de diagnóstico, assim como executar tratamentos de enfermagem, consultas médicas e outras actividades, como rastreios.</p> <p>Atualmente, os beneficiários destes serviços móveis são utentes da Unidade de Cuidados Continuados do C.S.R.M. no seu domicílio, maioritariamente idosos (90,57% com mais de 65 anos) e grande parte em situação de dependência (36% acamados ou grande dependentes, 58% dependentes de terceiros em pelo menos uma AVD - actividade da vida diária).</p> <p>Em 2013, as UMS foram utilizadas nas visitas domiciliárias realizadas de 2.ª a 6.ª feira.* De acordo com a Enf.ª Chefe da UCC foram realizadas 7509 visitas domiciliárias (de 2ª a domingo), das quais: 7 282 por enfermeiro(s), acompanhado(s) de assistente operacional, 8 por fisioterapeuta, 79 por terapeuta da fala e 140 por assistente social. Nas visitas de enfermagem foram disponibilizados serviços como: tratamentos, injetáveis, algaliações, SNG e vacinação.</p> <hr/> <p>* Aos fins-de-semana são utilizados outros veículos.</p>

QUADRO 44 (continuação)

Recursos locais na área da saúde e toxicodependências (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Escola Superior de Desporto de Rio Maior - IPS	<p>Projeto ANDE + ATIVO - Programa de Promoção da Atividade Física e Saúde</p> <p>Trata-se de um projeto dinamizado em parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior e a DESMOR, com o objetivo de promover a atividade física e saúde para a comunidade através da dinamização de ações que visem o envolvimento de populações de vários escalões etários em atividades desenvolvidas em ambiente urbano, tais como caminhar, correr, pedalar ou patinar.</p> <p>Neste contexto são dinamizadas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Atividades de caminhada ou corrida: neste âmbito, serão propostos percursos de caminhada ou corrida, com regularidade semanal que, serão conduzidos por técnicos/monitores de atividade física. Estes percursos, caracterizam-se por terem início e fim à mesma hora, com partida em local coincidente, sendo que cada um deles terá um itinerário diferenciado a realizar. Assim, serão propostos semanalmente dois a quatro percursos (dois de caminhada – lenta e rápida - e dois de corrida – lenta e rápida), que partem e percorrem locais emblemáticos na cidade, durante cerca de uma hora de atividade;• Atividades de bicicleta ou patins: neste âmbito, serão propostos percursos ou zonas, com regularidade mensal que, serão conduzidos por técnicos/monitores de atividade física. Estes percursos, caracterizam-se por terem início e fim à mesma hora, com partida em local coincidente, sendo que cada um deles terá um itinerário diferenciado a realizar. Assim, serão propostos mensalmente cerca de dois percursos (em função da complexidade), que partem e percorrem locais emblemáticos na cidade, durante cerca de uma hora de atividade.
	<p>Projeto: Escola Ativa - Programa de monitorização da condição física e rastreio da obesidade em crianças</p> <p>Este é um projeto desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, o Centro de Saúde e as Escolas de 1º e 2º ciclo do ensino básico, e que tem como objetivo contribuir para o conhecimento do problema emergente da obesidade infantil e das alterações associadas através da implementação de um programa de rastreio nos alunos do 1º e 2º ciclo de escolaridade. Pretende-se construir e constituir informação que contribua para identificar e prevenir a obesidade infanto-juvenil e prescrever atividade física e hábitos de vida saudáveis nas crianças e jovens.</p> <p>Para o efeito são desenvolvidos procedimentos de:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação Antropométrica;• Avaliação Espirométrica;• Avaliação Cardiorrespiratória;• Avaliação de Estilos de Vida, Comportamentos de Saúde e Fatores psicossociais.
	<p>Projeto Envelhecimento Ativo</p> <p>Este é um projeto desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, a DESMOR e a Universidade Sénior de Rio Maior, com os objetivos de: i) avaliar os idosos envolvidos em programas de exercício relativamente aos fatores de risco de queda: estado de saúde, nível de atividade física diária, níveis de funcionalidade (equilíbrio, força e agilidade dos membros inferiores e aptidão cardiovascular); ii) avaliar os efeitos de um programa especificamente centrado na postura, equilíbrio, força e agilidade dos membros inferiores na prevalência de quedas e sua comparação com outros programas desenvolvidos no concelho.</p> <p>Para o efeito são desenvolvidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação dos idosos envolvidos em sessões de exercício promovidas por a DESMOR nas freguesias acima indicadas;• Formação dos técnicos responsáveis por a avaliação dos idosos e do professor que implementou ou programa específico, professor Danny Ferreira (DESMOR);• Implementação e avaliação dos efeitos do programa específico “Envelhecimento Mais Ativo”- freguesias de Alcobertas e Arruda dos Pisões;• Implementação de um programa de caminhada no perímetro urbano da cidade de Rio Maior e avaliação dos seus efeitos na funcionalidade e prevalência de quedas.

QUADRO 44 (continuação)

Recursos locais na área da saúde e toxicodependências (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
ACES LEZÍRIA - ARSLVT	<p>Unidade de Cuidados na Comunidade de Rio Maior</p> <p>A UCC de Rio Maior tem por objetivos prestar cuidados à pessoa e à família, assegurando intervenções na comunidade, no meio físico e social, através de programas e projetos com alcance populacional, contribuindo para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção visando a obtenção de ganhos em saúde.</p> <p>Neste contexto, são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cuidados Continuados Integrados / Visita Domiciliária• Saúde Escolar• Preparação para o Parto/Parentalidade<ul style="list-style-type: none">• Projeto “Sentir para dar sentido” ensino dirigido aos pais sobre o desenvolvimento psicomotor, a importância dos sentidos no desenvolvimento. Os afectos e emoções na Parentalidade.• Projeto “Estimular a brincar” Sessões abertas com momentos lúdicos que ensinam a estimular e a desenvolver.• Programas de Intervenção na Comunidade<ul style="list-style-type: none">• Programas e atividades específicas de promoção da mobilidade e reabilitação funcional (Classe de Mobilidades)• Parcerias na Comunidade<ul style="list-style-type: none">• Intervenção Precoce• CPCJ• NLI• Rede Social

QUADRO 44 (continuação)

Recursos locais na área da saúde e toxicodependências (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
ARSLVT;IP -Divisão dos Compartimentos Aditivos e Dependências -CRI do Ribatejo	<ul style="list-style-type: none">• Área do Tratamento:<ul style="list-style-type: none">• Consulta de Dependências (Toxicodependência; Alcoolismo, Tabagismo e Dependências sem substância), que se realiza de 2ª a 6ª feira na Equipa de Tratamento em Santarém• Gabinete de Atendimento a Adolescentes e Jovens, situado no IPJ de Santarém. Realizam-se consultas à 3ª e 5ª feira com o apoio dos técnicos do CRI do Ribatejo• Área da Prevenção: Intervenções em Meio Escolar e Familiar pela Equipa de Prevenção• Área da Reinserção: Acompanhamento social e implementação de programas de reinserção dos utentes em tratamento, pela Equipa de Reinserção• Área de RRMD: Intervenção Comunitária e de Proximidade, pela Equipa de Redução de Riscos e Redução de Danos

QUADRO 44 (conclusão)

Recursos locais na área da saúde e toxicodependências (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
DESMOR, EM, SA	<p>Protocolo de Colaboração entre a Desmor, EM, SA e a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa. Com o objectivo de promover a aproximação dos formandos à realidade da sua futura atividade profissional, este protocolo visa concretamente a colocação em estágio dos alunos do curso de licenciatura de Dietética e Nutrição III.</p> <hr/> <p>Protocolo de Colaboração entre a Desmor, EM, SA e a Escola Superior de Saúde de Alcoitão. Com o objectivo de promover a aproximação dos formandos à realidade da sua futura atividade profissional, este protocolo visa concretamente a colocação em Estágio Curricular de Fisioterapia os alunos do 3º ano do Curso de Fisioterapia (atividade pedagógica no Gabinete de Fisioterapia da Desmor).</p>

FONTE: Atores locais, 2013

Paralelamente importa ainda sinalizar o trabalho desenvolvido por organizações como a Guarda Nacional Republicana, a Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente em Zonas Específicas, as escolas e associações de pais (em matéria de sensibilização ambiental e prevenção de comportamentos de risco), as autarquias locais e as instituições de solidariedade social.

Em termos de política pública de âmbito nacional, sublinha-se o esforço de reestruturação do Serviço Nacional de Saúde e do antigo Instituto da Droga e das Toxicodependências que deu lugar ao recém-criado Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. Em matéria de saúde, sublinha-se a existência a nível nacional do Plano Nacional de Saúde 2012-2016, enquanto instrumento de planeamento estratégico da ação nacional neste setor de política pública, e que se encontra estruturado em 4 eixos, fundamentais para enquadrar a atuação futura no concelho de Rio Maior: i) Cidadania em Saúde; ii) Equidade e acesso aos cuidados de saúde; iii) Qualidade em saúde; iv) Políticas saudáveis.

Ressalva-se, igualmente, a existência de programas prioritários com carácter nacional e tradução a nível regional e local¹⁰.

- Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo
- Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
- Programa Nacional para as Doenças Cérebro-cardiovasculares
- Programa Nacional para as Doenças Oncológicas
- Programa Nacional para a Diabetes
- Programa Nacional para a Saúde Mental
- Programa Nacional para as Doenças Respiratórias
- Programa Nacional para a Infecção VIH/Sida
- Programa Nacional de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos Antimicrobianos

¹⁰ Para mais detalhes sobre as medidas de política pública relevantes em matéria de saúde, consultar o website: <http://www.portaldasauade.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/politica+da+saude/programas+nacionais/programas+prioritarios.htm>.

e. Tempos livres, cultura e lazer

O presente capítulo traduz o reconhecimento académico e das políticas públicas (neste último caso ainda em forte desenvolvimento) de que a expressão cultural, o acesso à prática desportiva e a educação em espaços não formais, constituem ferramentas fundamentais no pleno exercício da cidadania e da promoção da coesão social dos territórios e das comunidades que neles habitam, assim como de inclusão social de grupos particularmente vulneráveis.

De facto, reconhece-se que a prática de atividades artísticas proporciona ganhos afetivos e cognitivos aos públicos praticantes, que fortalecem processos de desenvolvimento pessoal, social e relacional inestimáveis para a prática de uma cidadania plena. Simultaneamente é conhecido que as atividades desportivas promovem o mesmo tipo de características entre os seus praticantes.

Assim, o desporto e a cultura praticados em meios mais ou menos formais (não raras vezes com o intuito de ocupar tempos livres) deverão ser equacionados numa estratégia local de combate à pobreza e promoção da inclusão social como vetores fundamentais de mudança social. Deverão, ainda, ser equacionados no âmbito de novas respostas sustentáveis a novas realidades e exigências sociais, com vista a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção da coesão social e territorial do concelho de Rio Maior.

De salientar neste âmbito a parceria desenvolvida pela Câmara Municipal de Rio Maior e Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior na criação da Universidade Sénior de Rio Maior que tem como objetivos a ocupação de tempos livres da população adulta, em especial dos mais idosos, a promoção do convívio intergeracional, interpessoal e comunitário, o fomento do voluntariado e a transmissão de saberes, sendo um excelente exemplo da promoção do envelhecimento ativo.

QUADRO 45

Principais constrangimentos na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)

Constrangimentos	Sugestões/Contributos
<p>Necessidade de uma agenda/estratégia local organizada entre as diferentes entidades para as atividades culturais concelhias, o que exige naturalmente um maior envolvimento e participação das organizações com responsabilidades e competências no sector cultural, e eventualmente, a criação de um espaço que permita centralizar algumas ações.</p>	
<p>Dificuldades de ajustamento entre a oferta e procura de atividades culturais, o que tem implicações negativas na diversificação da oferta cultural bem como na adesão dos públicos às iniciativas promovidas. Estas dificuldades de ajustamento resultam, por um lado, da inexistência de um conhecimento sistematizado e estruturado sobre os interesses e expectativas culturais da população, e por outro lado, das dificuldades orçamentais das entidades relevantes e da fragilidade do sistema de transportes públicos.</p>	
<p>Dificuldades na ocupação dos tempos livres por parte da população em idade escolar e défice de iniciativas de ocupação das pausas letivas inovadoras, criativas e com experiências culturais. Estas dificuldades resultam de factores como: i) intensidade dos horários escolares (escola a tempo inteiro) e dos horários laborais dos pais; ii) acesso mais facilitado a atividades de ocupação de tempos livres de consumo “rápido” por oposição a atividades criativas (que pela sua natureza, implicam maior disponibilidade de tempo); iii) dificuldades orçamentais e de articulação entre as entidades relevantes do concelho promotoras de atividades de ocupação de tempos livres. Deverá, neste quadro, ser dada uma particular atenção às crianças com NEE (Necessidades Educativas Especiais) e/ou com carências económicas, onde o problema identificado se faz sentir com maior acuidade.</p>	
<p>Défice de valorização e dinamização do património cultural (material e imaterial), resultante dos constrangimentos orçamentais das entidades relevantes para a recuperação de património edificado, bem como das dificuldades de articulação entre as mesmas. Importa, ainda, nesta matéria sublinhar que existe efectivamente um conhecimento reduzido, por parte das associações, do seu potencial de promotores da cultura no concelho de Rio Maior, que deverá naturalmente ser explorado.</p>	
<p>Dificuldades de acesso e descentralização das atividades de ocupação de tempos livres, decorrentes de causas como: dificuldades de articulação entre as entidades relevantes; As alternativas promovidas por organizações privadas com fins lucrativos são dispendiosas; O sistema de transporte para as freguesias não apresenta uma regularidade de carreiras facilitadora do acesso a este tipo de atividades; Pouca motivação por parte da população em liderar as associações culturais nas freguesias do concelho.</p>	

✓ Recursos locais

Nesta matéria, o concelho de Rio Maior regista um bastante número significativo de entidades com as quais deverá contar, na qualidade de recursos endógenos, para a promoção de uma estratégia de inclusão social que encontre na cultura, no desporto e na ocupação de tempos livres em geral um dos pilares da sua estratégia de coesão social. Paralelamente sinalizam-se desde logo iniciativas já em concurso e que poderão constituir boas práticas a manter e replicar no concelho.

QUADRO 46

Recursos locais na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Município de Rio Maior	<p>Projeto "A Arte Está Aqui" (Exposições)</p> <p>Este projeto tem por objetivo proporcionar ao público o acesso a manifestações estéticas de diversas áreas artísticas, desenvolvendo exposições de diversas artes (pintura; escultura; fotografia, bijuteria e outras), normalmente patentes ao público durante cerca de 30 a 45 dias.</p> <hr/> <p>Projeto Chá e Poesia – Atividade Descentralizada Cineteatro</p> <p>Este projeto, desenvolvido em parceria com as Juntas de Freguesia, tem por objetivo proporcionar ao público das diversas freguesias num ambiente informal o acesso à cultura e a promoção de momentos de convívio. Para o efeito são desenvolvidas sessões de poesia com momentos musicais.</p> <hr/> <p>Projeto Dinamização e Animação dos Centros de Estar</p> <p>Este projeto, desenvolvido em parceria com as Juntas de Freguesia, visa promover a animação sénior através de atividades lúdicas e formativas e combater a solidão e o isolamento da população sénior. Neste contexto, são desenvolvidas ações como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dinâmicas de grupo• Atividades de estimulação cognitiva• Trabalhos manuais• Jogos de mesa• Leituras diversas• Escrita criativa <hr/> <p>Espetáculos, Cinema e Eventos Diversos</p> <p>Em parceria com Escolas; Associações; Produtoras e outras entidades, o Cineteatro organiza sessões de cinema, espetáculos das variadas áreas artísticas (música; teatro; dança, multidisciplinares, etc.) e eventos/atividades diversos (conferências; congressos; seminários, workshops e outros), com o objetivo de proporcionar ao público o acesso manifestações culturais, lúdicas e pedagógicas de diversas áreas.</p> <hr/> <p>Serviços Educativos no Cineteatro</p> <p>Em parceria com Entidades organizadoras de projetos de OTL, o Cineteatro organiza sessões de cinema; visitas guiadas ao Cineteatro e <i>workshops</i> diversos, com o objetivo de promover a ocupação de tempos livres dos participantes dos diversos projetos de OTL proporcionando o acesso a atividades culturais, lúdicas e pedagógicas.</p> <hr/> <p>Projeto Sociocultural da Casa Senhorial D'El Rei D. Miguel</p> <p>Este projeto visa promover/dar a conhecer o património cultural nomeadamente a Casa Senhorial, a Villa Romana e Ecomuseu Salinas.</p> <p>Assim são desenvolvidas as seguintes iniciativas:</p> <p><i>Atividades desenvolvidas na Casa Senhorial</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Visitas guiadas à Casa Senhorial, Villa Romana e Ecomuseu Salinas• Viagem ao mundo romano- visitas guiadas adaptadas ao programa de história dos 5º e 7º anos• Atividade "Caça ao tesouro"• Atividade Peddy.papper• Atividade "Conta-me histórias"• Atividade "As histórias da Ninfa"• Atividade "Ser arqueólogo"• Atividade "À descoberta da Casa Senhorial"• Atividade "Jogos romanos de tabuleiro"• Atividade "Sou romano"• Atividade "Mala pedagógica" <p><i>Atividades desenvolvidas na Villa Romana</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Atividade "Villa Romana- mosaicos e estuques"• Atividade " Villa romana- vestuário e adornos" <p><i>Atividades desenvolvidas no Ecomuseu Salinas</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Visita guiada às Salinas• Atividade "O tesouro das Salinas"

-
- Atividade “ Ser salineiro”
 - Atividade “Jogos de Sal”
 - Atividade “ Esculturas de sal”
 - Atividade “À descoberta das Salinas”

Atividades semanais Casa Senhorial ConVida

- Atelier da criatividade
 - Atelier de movimento
 - Atelier Cultural
 - Casa Senhorial sai à rua
-

Projeto Adiafa do Sal

Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria com: i) Junta de Freguesia de Rio Maior; ii) Turismo do Alentejo – ERT; iii) Cooperativa Agrícola dos produtores de Sal de Rio Maior; iv) Ranchos Folclóricos do Concelho de Rio Maior; v) Associação Aldeias do Sal; vi) Várzea da Marinha; vii) Loja do Sal.

Este projeto tem por finalidade promover o Ecomuseu Salinas de Rio Maior, possibilitando aos seus visitantes vivenciar uma recriação etnográfica e folclórica dos finais do século XIX / inícios do século XX, referente à Safra do Sal.

Neste contexto são desenvolvidas as seguintes ações:

- - Recriação da Safra de Sal;
 - Danças etnográficas;
 - Mercadinho de Produtos Típicos e Regionais.
-

Dia Europeu do Enoturismo

Este projeto é desenvolvido em parceria com os produtores de Vinho do Concelho de Rio Maior, com o intuito de promover a gastronomia do concelho com incidência nos vinhos aqui produzidos, através de iniciativas de degustação gastronómica.

Aldeia Natal - Presépios de Sal

Trata-se de um projeto promovido em parceria com: i) Junta de Freguesia de Rio Maior; ii) Turismo do Alentejo – ERT; iii) Associação Empresarial dos Comerciantes de Rio Maior; iv) Cooperativa Agrícola dos produtores de Sal de Rio Maior; v) Associação Aldeias do Sal; vi) Várzea da Marinha; vii) Loja do Sal; viii) Bombeiros Voluntários de Rio Maior; ix) Centro de Educação Especial de Rio maior – “Ninho”; x) Fabrica d’Alegria; xi) Moto Clube de Rio Maior; xii) Quinta do Canhão.

Com o objetivo de dar ao visitante a possibilidade de vivenciar a magia do Natal em ambiente rústico, proporcionar emoções, tocar o coração das pessoas e fazer parte dos seus bons momentos no presente e das boas lembranças no futuro, são proporcionadas ações de:

- Artesanato
 - Música
 - Insufláveis
 - Passeios de Charrete
-

Sal e Templários

Trata-se de um projeto promovido em parceria com: i) Junta de Freguesia de Rio Maior; ii) Turismo do Alentejo – ERT; iii) Cooperativa Agrícola dos produtores de Sal de Rio Maior; iv) Associação Aldeias do Sal; v) Várzea da Marinha; vi) Loja do Sal; vii) Companhia Livre.

O projeto tem como objetivo promover o Ecomuseu Salinas de Rio Maior, possibilitando aos seus visitantes vivenciar o ambiente histórico e personagens ou até participar na recriação transportando-os para o século XII. Para o efeito desenvolve ações como:

- Acampamento Militar
 - Treino de Armas
 - Palestras
 - Recriação da Venda das Salinas aos Templários
-

QUADRO 46 (continuação)

Recursos locais na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Município de Rio Maior e Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	<p>Projeto Universidade Sénior de Rio Maior</p> <p>Este projeto tem por objetivos: i) oferecer aos alunos (pessoas com idade superior a 50 anos) um espaço de vida socialmente organizado e adaptado às suas idades, para que possam viver de acordo com a sua personalidade e a sua relação social; ii) proporcionar aos alunos a frequência de aulas e cursos, onde os seus conhecimentos possam ser divulgados, valorizados e ampliados; iii) desenvolver atividades promovidas para e pelos alunos; iv) criar espaços de encontro na comunidade que se tornem incentivos e estímulos a um são espírito de convivência e de solidariedade humana e social; v) divulgar e preservar a história, cultura, tradições e valores; vi) proporcionar aos alunos, famílias e comunidade a participação em estruturas de entreatajuda na concretização dos seus projetos; vii) fomentar e apoiar o voluntariado social.</p> <p>Neste contexto, são desenvolvidas atividades de natureza curricular (ex. disciplinas: informática, língua portuguesa, ginástica de manutenção) e extracurricular (ex. visitas de estudo, comemoração de efemérides, sessões informativas) de acordo com plano para cada ano letivo.</p>

QUADRO 46 (continuação)

Recursos locais na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Fundação António Quadros – Cultura e Pensamento	<p>A Fundação apoia, em parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, a investigação e tratamento de espólio documental e bibliográfico, através de ações de:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inventariação, restauro, catalogação e transferência para suportes digital ou microfilmado de todo o espólio documental da Fundação;• Promoção de ciclos de estudo e organização de cursos e ações de formação para estudantes, docentes e outros a definir;• Execução e promoção ou acompanhamento de projetos de investigação em domínios concernentes aos fins da Fundação;• Realização e promoção de atividades de fomento cultural e de divulgação, em especial dirigidos à juventude e a idosos;• Instituição de prémios e atribuição de subvenções à publicação de estudos relacionados com os fins da Fundação;• Realização, promoção ou patrocínio de exposições temporárias sobre a vida e obra das mesmas Personalidades;• Realização, promoção ou patrocínio de exposições temporárias temáticas que visem a valorização do património cultural e artístico da Fundação;• Realização e promoção de atividades editoriais, tais como a edição ou a reedição de livros e outras publicações;• Constituição e manutenção de uma biblioteca de utilização pública especializada nas áreas da Filosofia, da Literatura, da História Contemporânea, do Teatro, da Poesia e da Arte Popular;• Organização e promoção de ações de carácter cultural, tais como conferências, seminários, debates, tertúlias, recitais e saraus de poesia ou música;• Execução e promoção de parcerias com outras instituições culturais;• Criação de um sítio na Internet e sua permanente atualização.

QUADRO 46 (continuação)

Recursos locais na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
Biblioteca Municipal Laureano Santos	<p>Projeto Promoção do Livro, da Leitura e da Escrita</p> <p>Este projeto tem por objetivos promover e estimular o gosto pela leitura, bem como aumentar os locais de acesso à leitura, sendo desenvolvido em parceria com Escolas, Juntas de Freguesia, DGARTES, USRM e instituições aderentes.</p> <p>Neste contexto são desenvolvidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Horas do Conto• Passaporte para a leitura• Ateliers de poesia, escrita criativa e expressão plástica• Bibliocafé, Bibliofreguesia, Bibliosénior, Bibliopiscinas• Homenagem ao Poeta Ruy Belo• Concurso Cartas de Amor• Semana da Leitura: Rio Maior para ler• Apresentações de livros com autor• Exposições diversas• Biblioteca no Jardim

QUADRO 46 (conclusão)

Recursos locais na área dos tempos livres, cultura e lazer (2013)

<i>Organização</i>	<i>Projetos / Respostas / Iniciativas</i>
DESMOR, EM, SA	<p>Protocolo de Colaboração entre a Desmor, EM, SA e o Instituto Politécnico de Santarém/Escola Superior de Desporto de Rio Maior.</p> <p>Com o objectivo de promover a aproximação dos formandos à realidade da sua futura atividade profissional e proporcionar uma ligação mais forte e frutuosa entre a escola e a empresa, este protocolo visa concretamente a colocação em estágio dos alunos do Curso de Especialização Tecnológica em Manutenção de Piscinas.</p> <hr/> <p>Protocolo de Colaboração entre a Desmor, EM, SA e o Instituto Politécnico de Santarém/Escola Superior de Gestão de Santarém.</p> <p>Com o objectivo de promover a aproximação dos formandos à realidade da sua futura atividade profissional e proporcionar uma ligação mais forte e frutuosa entre a escola e a empresa, este protocolo visa concretamente a colocação em estágio dos alunos do Curso de Especialização Tecnológica em Técnicas de Gestão de Marketing.</p> <hr/> <p>Protocolos de Colaboração entre a Desmor, EM, SA e a Escola de Serviços e Comércio do Oeste, Torres Vedras, entre a Desmor, EM, SA e a Escola Básica e Secundária do Cadaval, entre a Desmor, EM, SA e a Escola de Serviços e Comércio Oeste e entre a Desmor, EM, SA e a Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Rio Maior.</p> <p>Com o objectivo de promover a aproximação dos formandos à realidade da sua futura atividade profissional e proporcionar uma ligação mais forte e frutuosa entre a escola e a empresa, estes protocolos visam concretamente a colocação em estágio dos alunos do Curso Técnico de Apoio à Gestão Desportiva.</p>

FONTE: Atores locais, 2013

f. Habitação

O direito à habitação está consagrado na Constituição da República Portuguesa, constituindo responsabilidade do estado português o garante do acesso a uma habitação condigna e salubre.

Segundo os Censos de 2011, existiam 9 829 edifícios recenseados nessa data, o que constitui um acréscimo de 16,8% face ao período censitário anterior. Como seria de prever, a grande maioria destes edifícios está concentrada na sede do concelho – Rio Maior, logo seguida das freguesias de Alcobertas e Asseiceira. Aliás, foram estas duas últimas freguesias aquelas que registaram um acréscimo de edifícios mais expressivo do ponto de vista percentual nos últimos 10 anos (juntamente com Fráguas), com um aumento de 30,2% e de 32,6% respetivamente.

A idade média dos edifícios em Rio Maior é de 40,2 anos, em linha com os valores registados para a região da Lezíria do Tejo, sendo que apenas 16,1% dos mesmos foram construídos na última década.

Pelo exposto, importa analisar o estado de conservação dos edifícios, sinalizando os que estão efectivamente a necessitar de obras de reparação. Segundo a mesma fonte, “apenas” 8,6% dos edifícios estão muito degradados ou a necessitar de grandes obras de recuperação, o que traduz um parque edificado em condições de ocupação bastante satisfatórias. Sublinha-se, ainda, que 95,2% dos edifícios são servidos por sistemas de recolha de resíduos urbanos, ou seja, 9 359 edifícios, e praticamente todos têm acesso a uma rede de saneamento básico e electricidade.

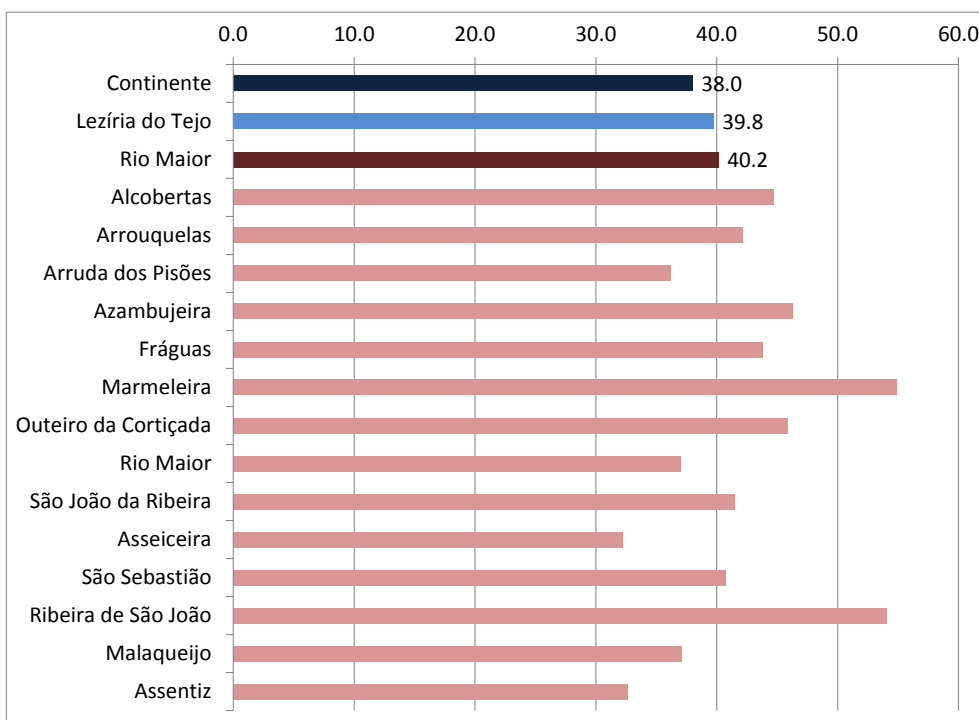
QUADRO 47

Número de edifícios, por estado de conservação (2001 e 2011)

Território	Edifícios (Nº)		Variação (%)	Proporção de edifícios construídos nos últimos 10 anos (2011) (%)	Estado de conservação (2011) (Nº)			
	2001	2011			Sem necessidade de reparação	Com necessidade de reparação		
						Pequenas e médias reparações	Grandes reparações	Muito degradado
Rio Maior	8418	9829	16.76	16.05	6665	2327	419	418
Alcobertas	779	1014	30.17	14.99	725	189	37	63
Arrouquelas	374	389	4.01	13.88	200	135	34	20
Arruda dos Pisões	260	270	3.85	18.15	263	5	2	0
Azambujeira	246	289	17.48	16.96	231	28	10	20
Fráguas	370	488	31.89	12.30	362	81	24	21
Marmeleira	330	359	8.79	7.52	154	180	17	8
Outeiro da Cortiçada	419	441	5.25	12.93	288	97	33	23
Rio Maior	3637	4289	17.93	17.49	2795	1151	175	168
São João da Ribeira	450	526	16.89	8.75	390	118	15	3
Asseiceira	463	614	32.61	26.38	461	108	20	25
São Sebastião	297	296	-0.34	9.46	161	93	26	16
Ribeira de São João	299	311	4.01	7.40	237	57	9	8
Malaqueijo	283	297	4.95	20.88	196	53	12	36
Assentiz	211	246	16.59	23.98	202	32	5	7

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

FIGURA 04
Idade média dos edifícios (2011)



FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Em matéria de alojamentos, Rio Maior registava em 2011 um total de 12 480 unidades, a maioria dos quais alojamentos clássicos familiares de residência habitual (64,9%, ou seja, 8 104). O número de alojamentos vagos é de 2 242, o que representa cerca de 18% dos alojamentos existentes, e de residência secundária de 2 082 (16,7%). Em termos de alojamentos colectivos, o concelho de Rio Maior registava um total de 45 unidades, a maioria das quais estabelecimentos hoteleiros ou similares (62%, ou seja, 28 estabelecimentos).

Uma análise por freguesia permite concluir, novamente, por uma forte concentração de alojamentos na sede de concelho (55,1%), seguido das demais freguesias com diferenças em p.p. muito significativas.

Uma nota para os alojamentos ocupados por idosos, ou seja, pessoas com 65 e mais anos. De facto, do total de alojamentos familiares, 14,6% são ocupados só com pessoas com 65 ou mais anos (1 811) e 7,6% daqueles por apenas uma pessoa com 65 e mais anos (978).

Mais representativo da realidade habitacional da população idosa é analisar o peso dos alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos no total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos. Neste caso, num universo de 1 811 alojamentos, 52,3% são ocupados apenas por um idoso.

QUADRO 48
Alojamentos por tipologia (2011)

Território	Alojamentos						
	Total	Alojamentos familiares				Alojamentos coletivos	
		Alojamentos clássicos			Alojamentos não clássicos	Estabelecimentos hoteleiros ou similares	Alojamentos de convivência
		Residência habitual	Residência secundária	Vagos			
Rio Maior	12480	8104	2082	2242	7	28	17
Alcobertas	1021	679	123	213	1	3	2
Arrouquelas	397	242	98	56	0	0	1
Arruda dos Pisões	274	160	69	45	0	0	0
Azambujeira	290	185	43	61	1	0	0
Fráguas	491	345	78	66	0	0	2
Marmeleira	369	165	147	55	1	1	0
Outeiro da Cortiçada	450	265	100	84	0	1	0
Rio Maior	6870	4564	1075	1198	2	21	10
São João da Ribeira	531	343	80	106	1	0	1
Asseiceira	630	398	94	137	0	1	0
São Sebastião	300	218	28	53	1	0	0
Ribeira de São João	312	194	51	66	1	0	0
Malaqueijo	298	182	51	64	0	0	1
Assentiz	247	164	45	38	0	0	0

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

QUADRO 49
Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade (2011)

Território	População residente	População residente total com 65 ou mais anos	Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário	Total de alojamentos familiares	Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos	Alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos
Rio Maior	21192	4385	2701	12435	1811	948
Alcobertas	1923	372	236	1016	161	91
Arrouquelas	591	198	133	396	89	46
Arruda dos Pisões	405	94	62	274	44	26
Azambujeira	458	125	91	290	62	36
Fráguas	905	215	127	489	83	39
Marmeleira	437	99	67	368	44	21
Outeiro da Cortiçada	674	182	130	449	83	36
Rio Maior	12005	2187	1230	6839	830	441
São João da Ribeira	892	220	131	530	83	35
Asseiceira	1017	207	139	629	91	44
São Sebastião	523	149	114	300	77	43
Ribeira de São João	496	124	86	311	58	32
Malaqueijo	438	105	77	297	57	37
Assentiz	428	108	78	247	49	21

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Em matéria de habitação social, sublinha-se a existência de 18 bairros residenciais, todos construídos na década de 90 do século XX, com a exceção do Bairro Social do Espadanal, localizado na freguesia de Rio Maior e construído em 2003. Os 18 bairros sociais recenseados traduzem um total de 123 moradias, a grande maioria das quais (106) vendidas ou com contrato de promessa de compra e venda; apenas 24 moradias registam um contrato de arrendamento, 16 das quais localizadas no “recente” Bairro Social do Espadanal.

Nesta matéria, e segundo o inquérito “A realidade da habitação social em Portugal”, o Município de Rio Maior detém 11 fogos habitacionais, 9 dos quais em bairros municipais e os restantes 2 em património disperso. Daqueles 11 fogos, todos em regime de arrendamento ao abrigo da Lei da Renda Apoiada, 8 encontram-se em situação de incumprimento (rendas).

QUADRO 50 Habitação social (2013)

Bairro social	Habitação social 2013							
	Localização	Ano de construção	Nº de moradias	Nº de frações	vendidas	Com contrato promessa de compra e venda	Com contrato de arrendamento	Livres
B. S. Alcobertas	Freguesia de Alcobertas	1991	4	0	3	1	0	0
B. S. de Arrouquelas	Freguesia de Arrouquelas	1993	4	0	4	0	0	0
B. S. de Arruda dos Pisões	União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões	1993	4	0	4	0	0	0
B. S. de Asseiceira	Freguesia de Asseiceira	1996	10	0	8	1	0	1
B. S. de Assentiz	União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz	1994	4	0	3	1	0	0
B. S. de Azambujeira	União das Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo	1993	4	0	4	0	0	0
B. S. de Azinheira	Freguesia de Rio Maior	1993	23	0	0	23	0	0
B. S. de Correias	União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões	1997	4	0	4	0	0	0
B. S. de Fráguas	Freguesia de Fráguas	1993	10	0	8	2	0	0
B. S. de Malaqueijo	União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz	1993	4	0	4	0	0	0
B. S. de Outeiro da Cortiçada	União das Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões	1997	4	0	4	0	0	0
B. S. de Ribeira de São João	União das Freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira	1993	8	0	7	1	0	0
B. S. de São João da Ribeira	União das Freguesias de Ribeira de São João e São João da Ribeira	1993	10	0	7	3	0	0
B. S. São Sebastião	Freguesia de São Sebastião	1993	4	0	4	0	0	0
B. S. Vale de Óbidos	Freguesia de Rio Maior	1994	6	0	3	3	0	0
B. S. Vila da Marmeleira	União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz	1993	4	0	2	2	0	0
B. S. Mãe d'Água	Freguesia de Rio Maior	1994	0	8	0	0	8	0
B. S. do Espadanal	Freguesia de Rio Maior	2003	16	0	0	0	16	0

FONTE: Câmara Municipal de Rio Maior

6. SÍNTESE CONCLUSIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual documento de diagnóstico social de Rio Maior, reportado ao ano de 2014, procura sistematizar informações de índole quantitativa e qualitativa, baseadas, por um lado, em fontes estatísticas nacionais e locais, e por outro lado, na percepção que os atores locais com intervenção relevante nas matérias analisadas têm da realidade concelhia. Neste contexto, e tendo por referência os dados e reflexões apresentados nos capítulos anteriores, sistematiza-se agora e de forma sucinta, aquelas que são as principais preocupações em matéria de desenvolvimento social no concelho de Rio Maior.

De referir que o período de análise é fortemente marcado pelas condições económicas do país, sujeito a medidas de restrição e consolidação orçamental com supervisão da União Europeia e FMI, que afetam consideravelmente algumas áreas analisadas, como o emprego, tendo por isso também reflexos diretos nas necessidades de intervenção social.

No que diz respeito às três áreas transversais de intervenção – igualdade entre mulheres e homens, não discriminação e acessibilidade, voluntariado pessoal e institucional e desenvolvimento sustentável – considera-se importante destacar as seguintes reflexões:

- ✓ Em matéria de igualdade entre homens e mulheres, persistem valores relevantes ao nível da disparidade entre sexos no ganho médio mensal da população empregada por conta de outrem (pese embora a tendência de redução), bem como uma preponderância de mulheres em atividades familiares não remuneradas. Sublinha-se, igualmente, uma predominância do sexo feminino na população com pelo menos uma dificuldade (pessoas com deficiências ou incapacidades), bem como na população analfabeta. Os apoios sociais, o rendimento social de inserção e outros subsídios temporários são usufruídos sobretudo por mulheres. Estes dados permitem corroborar a aposta futura em intervenções na área da igualdade entre homens e mulheres, de modo a mitigar as discrepâncias identificadas.
- ✓ Relativamente à temática das acessibilidades, as principais preocupações dos atores sociais de Rio Maior centram-se nas dificuldades de acesso a edifícios e espaços públicos, bem como a serviços privados e, ainda, nas dificuldades de mobilidade na via pública. Apesar de intervenções mais recentes no espaço público já terem tido em conta os cidadãos com mobilidade reduzida existem ainda diversas situações a melhorar.
- ✓ No concelho de Rio Maior muitos cidadãos participam em acções de voluntariado, nomeadamente no quadro do projecto Rio Maior Voluntário, projecto da maior relevância para a promoção desta forma de participação cívica. Nesta matéria, e não obstante o trabalho desenvolvido até ao momento, persistem necessidades ao nível, designadamente, da dinamização de ações de formação sistemáticas e mais estruturadas de capacitação dos voluntários e das organizações, bem como da criação de uma ferramenta de promoção e articulação da “oferta e procura” de voluntários de modo a potenciar a atuação local nesta área.
- ✓ A integração da temática do desenvolvimento sustentável na futura estratégia de intervenção social do concelho de Rio Maior constitui uma oportunidade de alargar o âmbito de intervenção dos atores sociais locais, acolhendo eventualmente novas iniciativas e reforçando a qualidade da sua intervenção, segundo uma perspectiva de articulação entre a promoção da integração social e da cidadania e a salvaguarda dos valores ambientais.

No que diz respeito às áreas de intervenção social específicas – emprego, formação e qualificação, comunidade e instituições, família e parentalidade, saúde e toxicodependências, tempos livres, cultura e lazer e habitação – importa sinalizar os seguintes desafios:

- ✓ O nível formal de qualificações da população residente no concelho de Rio Maior ainda não é o desejado, o que pode constituir um constrangimento ao desenvolvimento do concelho. Não obstante, o esforço realizado na última década na qualificação da população reflete-se na evolução favorável de vários indicadores, incluindo a diminuição da taxa de abandono escolar, o aumento da taxa de escolaridade de nível secundário da população e o aumento do peso da população com diploma de ensino superior. A situação atual é substancialmente mais favorável face ao início do século XXI (em particular, entre as novas gerações), Rio Maior regista ainda algumas questões relativas à escolaridade obrigatória em jovens com idade superior a 20 anos e absentismo/abandono escolar que importa investir.
- ✓ No que diz respeito às questões relacionadas com o mercado de trabalho, sublinha-se, desde logo, o aumento do nível de desemprego nos últimos anos (o que está em linha com a tendência da região e do país). Os níveis concelhios de desemprego agravaram-se na sequência da crise económica internacional e no contexto exigente do processo de ajustamento em curso na economia portuguesa. O desemprego de longa duração, afetando em dezembro de 2014 perto de 40% da população desempregada, constitui a maior fonte de preocupação, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano. Em matéria de emprego e mercado de trabalho, Rio Maior regista problemas “partilhados” com o restante país, que exigem naturalmente a concertação e articulação de estratégias multinível, com vista à dinamização do tecido económico, bem como à promoção da empregabilidade da população ativa em geral.
- ✓ No domínio da capacitação da comunidade e das instituições, sublinha-se o facto de o tecido associativo do concelho relevar alguma perda de dinamismo, o que pode vir a limitar o seu contributo para o desenvolvimento social local. Torna-se por isso necessário investir na sua consolidação.
- ✓ Em matéria de família e parentalidade, foram identificados no concelho os seguintes problemas e necessidades transversais ao encontrado em todo o país: i) dificuldades crescentes por parte dos encarregados de educação em desempenhar o papel de educadores; ii) carências alimentares; iii) défice de competências parentais em alguns agregados familiares; iv) violência doméstica; v) dificuldades de suporte no apoio a idosos/deficientes/toxicodependentes por parte da rede familiar; vi) consumo de substâncias psicoactivas.
- ✓ A reflexão desenvolvida em matéria de saúde permite ressaltar, desde logo, os problemas associados ao duplo envelhecimento da população local (fenómeno corroborado pelos índices demográficos tradicionalmente utilizados), bem como as insuficiências conhecidas nos cuidados de saúde primárias em Rio Maior e na região de Santarém, nomeadamente a falta de médicos de família. Segundo os atores sociais locais, as principais preocupações locais na área da saúde e toxicodependências residem nos aspetos que se enumeram de seguida: i) dificuldades na capacidade de resposta em matéria de consultas de saúde familiar; ii) número crescente de situações de saúde mental sem resposta; iii) dificuldades na resposta ao nível da

prevenção primária das toxicodependências; iv) alguma falta de informação e conhecimento específico sobre a temática das toxicodependências.

- ✓ Em matéria de tempos livres, cultura e lazer o concelho dispõe de uma variedade de recursos disponíveis, com uma evolução positiva registada na última década da oferta cultural, desportiva e recreativa no concelho. Existem no entanto algumas dificuldades no que toca à oferta/dinamização de ocupação de tempos livres nas pausas letivas bem como na descentralização das atividades de ocupação de tempos livres para fora da sede de concelho.
- ✓ No que diz respeito à habitação, Rio Maior não se distancia do padrão nacional, registando-se uma necessidade de obras de reparação em cerca de 8% dos edifícios e alojamentos construídos no concelho de Rio Maior. Situando-se alguns desses edifícios na zona mais antiga da cidade de Rio Maior, e apesar de a sua recuperação ser da responsabilidade dos proprietários, a Câmara Municipal de Rio Maior definiu, em 2013, duas zonas de Reabilitação Urbana na cidade, um processo gerido por uma empresa multimunicipal, a SRU Lezíria do Tejo, cujo objetivo é realizar investimento público de requalificação nessas áreas e promover a recuperação dos imóveis degradados, através de um conjunto de incentivos a atribuir aos proprietários.

Concluindo, importa ainda sublinhar que as reflexões apresentadas neste capítulo não substituem naturalmente toda a reflexão desenvolvida ao longo do documento, exigindo a leitura integral do mesmo para uma compreensão mais aprofundada dos problemas e necessidades do concelho de Rio Maior em matéria de intervenção social. Sublinha-se, igualmente, o carácter efémero de muitos dos dados apresentados, requerendo para o efeito processos de actualização (e aprofundamento) sistemáticos, sendo neste quadro de ponderar a evolução deste documento para um acompanhamento e atualização permanente das diversas variáveis sociais de Rio Maior, através dos serviços e meios de que a autarquia dispõe para o efeito, em ligação constante com os diversos atores sociais, nomeadamente os membros do CLAS Rio Maior.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

- ✓ ACES Ribatejo (2011), Relatório de Atividades 2011 e Retrospetiva 2009-2011.
- ✓ BECK-GERNSHEIM, Elizabeth, (2002), Reinventing the Family. On Search of New Life Styles, Cambridge, Polity Press.
- ✓ CASTELLS, Manuel (1996) A Sociedade em Rede, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ✓ GOMES, Christianne, PINHEIRO, Marcos, LACERDA Leonardo (2010), Lazer, turismo e inclusão social: Intervenção com idosos, Minas Gerais: UFMG.
- ✓ LOPES, A. (2009), Conhecimentos e atitudes face ao uso/abuso de substâncias psicoactivas, entre jovens, em meio escolar.
- ✓ Município de Rio Maior (2013), Plano Estratégico de Desenvolvimento de Rio Maior. Visão e Estratégia para 2025 e Plano de Acção para 2030 (Volume 1).
- ✓ SCHIEFER, Ulrich et al. (2006) MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos, São João do Estoril: Principia.

RECURSOS ELETRÓNICOS

- ✓ Quadro de Referência Estratégico Nacional (<http://www.qren.pt>)
- ✓ Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>)
- ✓ Segurança Social (<http://www4.seg-social.pt>)
- ✓ Segurança Social – Rede Social (<http://www4.seg-social.pt/rede-social>)
- ✓ Portal da Saúde (www.portaldasaude.pt/)
- ✓ Município de Rio Maior (www.cm-riomaior.pt/)

8. ANEXOS

ANEXO A – CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE RIO MAIOR (CLAS)

O CLAS é composto por um elemento designado por cada uma das entidades a seguir identificadas:

- ✓ Agrupamento 403 do Corpo Nacional de Escutas
- ✓ ADIAFA – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Freguesia de Alcobertas
- ✓ Agrupamento 1187 do Corpo Nacional de Escutas – Alcobertas
- ✓ Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal
- ✓ Agrupamento Vertical Fernando Casimiro Pereira da Silva
- ✓ ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Arroquelas
- ✓ Associação Cicloturismo Amigos da Roda
- ✓ H2O – Associação de Jovens de Arroquelas
- ✓ Associação Aldeias de Crianças SOS de Portugal – Núcleo Regional de Rio Maior
- ✓ ARSLVT, I.P. – Divisão dos Compartimentos Aditivos e Dependências do Centro de Respostas Integradas do Ribatejo – CRI do Ribatejo
- ✓ Associação “De Mãos Dadas para a Vida”
- ✓ Associação Bombeiros Voluntários de Rio Maior
- ✓ Associação Centro de Convívio e Recreio do Outeiro da Cortiçada
- ✓ Associação de Solidariedade Social de Abuxanas
- ✓ Associação de Solidariedade Social, Cultural e Desportiva Ribeirense
- ✓ Câmara Municipal de Rio Maior
- ✓ Centro de Convívio e Solidariedade Social de Sourões
- ✓ Centro de Educação Especial “O Ninho”
- ✓ Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Rio Maior – Lar Fausta Sequeira Nobre
- ✓ Centro Recreativo e Cultural de Assentiz
- ✓ Centro Social de S. Domingos – Asseiceira
- ✓ Centro Social e Paroquial S. João Batista – S. João da Ribeira
- ✓ Conferência de Santo António da Sociedade de S. Vicente de Paulo
- ✓ Conselheira Local para a Igualdade
- ✓ Delegação de Rio Maior da Cruz Vermelha Portuguesa
- ✓ Direção Geral de Reinserção Social – Delegação Regional do Centro – Equipa do Oeste
- ✓ Escola Profissional de Rio Maior

- ✓ Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
- ✓ Escola Superior de Desporto de Rio Maior
- ✓ FARPA – Associação de Familiares e Amigos do Doente Psicótico
- ✓ Guarda Nacional Republicana
- ✓ Instituto de Segurança Social, I.P.- Centro Distrital de Santarém
- ✓ Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Santarém
- ✓ Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Formação Profissional de Santarém
- ✓ Junta de Freguesia da Vila de Alcobertas
- ✓ Junta de Freguesia de Arroquelas
- ✓ Junta de Freguesia de Asseiceira
- ✓ Junta de Freguesia de Fráguas
- ✓ Junta de Freguesia de Rio Maior
- ✓ Junta de Freguesia de S. Sebastião
- ✓ JuvAz – Associação de Jovens de Assentiz
- ✓ Liga dos Combatentes – Núcleo de Rio Maior
- ✓ Malaqueijo Solidário – Centro de Bem-Estar Social
- ✓ Paróquia de Alcobertas
- ✓ Rotary Club de Rio Maior
- ✓ Salpiquete – Associação de Solidariedade Arroquelense
- ✓ Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior
- ✓ União de Juntas de Freguesia de Azambujeira/Malaqueijo
- ✓ União de Juntas de Freguesia de Marmeleira/Assentiz
- ✓ União de Juntas de Freguesia de S. João da Ribeira/Ribeira de S. João
- ✓ União de Juntas de Freguesia do Outeiro da Cortiçada/ Arruda dos Pisões
- ✓ Unidade de Cuidados na Comunidade de Rio Maior – Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria

PARCERIAS

- ✓ Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Rio Maior
- ✓ Núcleo Local de Inserção de Rio Maior
- ✓ Equipa Local de Intervenção – ELI Rio Maior/Santarém

[Fonte: Câmara Municipal de Rio Maior. Março 2015]

Projeto:	
Entidade promotora:	
Data de início	
Data de fim	
Entidades parceiras	
Âmbito territorial do projeto	
Grupos-alvo do projeto	
Objetivos	
Atividades	

Resposta social:**Entidade prestadora:**

Acordo com a Segurança Social			
Âmbito territorial da resposta social	Concelho: Sim ____ Não ____ Freguesia: Sim ____ Não ____ Se respondeu "Sim" no âmbito territorial freguesia, indique a designação da(s) mesma(s):		
Grupo-alvo			
Número de utentes	Total	C/ acordo	S/ acordo
Principais atividades			
Lista de espera			

ANEXO C – QUADROS ESTATÍSTICOS DE APOIO

Taxas de crescimento efetivo, migratório e natural residente (2001-2012)

Período de referência	Rio Maior			Lezíria do Tejo			Portugal		
	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento natural
	%								
2012	-0,43	0,03	-0,46	-0,26	0,13	-0,39	-0,52	-0,36	-0,17
2011	-0,09	0,14	-0,23	-0,08	0,26	-0,34	-0,29	-0,23	-0,06
2010	-0,08	0,10	-0,18	0,06	0,38	-0,32	-0,01	0,04	-0,04
2009	-0,05	0,21	-0,26	0,16	0,50	-0,33	0,10	0,15	-0,05
2008	-0,09	0,16	-0,25	0,16	0,44	-0,28	0,09	0,09	...
2007	0,03	0,29	-0,25	0,29	0,57	-0,27	0,20	0,21	-0,01
2006	0,10	0,25	-0,15	0,33	0,54	-0,20	0,20	0,16	0,03
2005	0,06	0,24	-0,18	0,24	0,52	-0,28	0,16	0,15	0,02
2004	0,01	0,23	-0,22	0,35	0,51	-0,17	0,21	0,14	0,07
2003	-0,02	0,31	-0,33	0,26	0,60	-0,34	0,27	0,24	0,04
2002	0,30	0,44	-0,15	0,51	0,75	-0,24	0,48	0,40	0,08
2001	0,43	0,57	-0,15	0,64	0,89	-0,24	0,62	0,54	0,07

FONTE: INE, Instituto Nacional de Estatística

Desempregados inscritos no IEFP, segundo o motivo de inscrição (2007-2014)

Período de referência	Desempregados inscritos no IEFP, segundo o motivo de inscrição														
	Ex-Inativos		Despedido		Despediu-se		Despedim. mút. Acordo		Fim trab. não permanente		Trabalh. conta própria		Outros motivos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
dez/14	5	5,3	15	16,0	4	4,3	4	4,3	42	44,7	1	1,1	23	24,5	94
jun/14	11	13,1	8	9,5	6	7,1	4	4,8	34	40,5	0	0,0	21	25,0	84
dez/13	8	5,7	10	7,1	4	2,9	2	1,4	94	67,1	4	2,9	18	12,9	140
jun/13	8	8,9	7	7,8	1	1,1	4	4,4	49	54,4	2	2,2	19	21,1	90
dez/12	6	5,5	18	16,5	6	5,5	4	3,7	58	53,2	2	1,8	15	13,8	109
jun/12	7	6,2	21	18,6	7	6,2	8	7,1	59	52,2	1	0,9	10	8,8	113
dez/11	19	15,0	37	29,1	5	3,9	1	0,8	49	38,6	3	2,4	13	10,2	127
jun/11	9	8,7	25	24,3	6	5,8	1	1,0	53	51,5	0	0,0	9	8,7	103
dez/10	13	14,1	17	18,5	1	1,1	0	0,0	49	53,3	1	1,1	11	12,0	92
jun/10	41	32,8	20	16,0	5	4,0	4	3,2	51	40,8	0	0,0	4	3,2	125
dez/09	40	31,7	19	15,1	6	4,8	1	0,8	55	43,7	1	0,8	4	3,2	126
jun/09	8	8,2	16	16,5	5	5,2	1	1,0	46	47,4	2	2,1	19	19,6	97
dez/08	5	8,6	10	17,2	6	10,3	0	0,0	29	50,0	0	0,0	8	13,8	58
jun/08	7	9,6	14	19,2	6	8,2	2	2,7	36	49,3	1	1,4	7	9,6	73
dez/07	7	12,3	13	22,8	6	10,5	1	1,8	21	36,8	1	1,8	8	14,0	57
jun/07	4	5,4	23	31,1	6	8,1	1	1,4	24	32,4	2	2,7	14	18,9	74

FONTE: IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional

População residente com 10 e mais anos de idade (analfabetos), segundo o sexo (2011)

Território	Sexo				
	Total	Homem		Mulher	
		Nº	%	Nº	%
Portugal	499 936	159 705	31,9	340 231	68,1
Lezíria do Tejo	16 736	5 246	31,3	11 490	68,7
Rio Maior	1 110	367	33,1	743	66,9
Alcobertas	165	61	37,0	104	63,0
Arrouquelas	46	12	26,1	34	73,9
Arruda dos Pisões	23	9	39,1	14	60,9
Azambujeira	25	8	32,0	17	68,0
Fráguas	73	21	28,8	52	71,2
Marmeleira	16	9	56,3	7	43,8
Outeiro da Cortiçada	41	12	29,3	29	70,7
Rio Maior	506	163	32,2	343	67,8
São João da Ribeira	49	15	30,6	34	69,4
Asseiceira	57	22	38,6	35	61,4
São Sebastião	52	14	26,9	38	73,1
Ribeira de São João	16	4	25,0	12	75,0
Malaqueijo	30	13	43,3	17	56,7
Assentiz	11	4	36,4	7	63,6

Alunos matriculados no ensino pré-escolar público (2007/2008 – 2013/2014)

Estabelecimentos	Jardins de Infância 2007/2008 - 2013/2014						
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Jl Marinhas do Sal	298	262	238	227	224	207	228
Jl Abuxanas	11	7	7	8	7	0	0
Jl Arco da Memória	9	11	8	9	11	9	8
Jl Asseiceira	23	21	17	14	14	13	15
Jl Azinheira	15	7	8	7	11	8	10
Jl Correias	10	8	7	4	6	4	7
Jl Fonte da Bica	20	20	14	12	0	4	0
Jl Outeiro da Cortiçada	20	20	21	15	18	16	21
Jl CE Rio Maior n.º 1	123	103	95	95	88	90	95
Jl Vale de Óbidos	20	24	17	18	16	15	14
Jl Alcobertas	47	41	44	45	53	48	58
Jl Fernando Casimiro Pereira da Silva	222	206	236	228	224	203	186
Jl Arrouquelas	17	16	14	10	11	0	0
Jl Assentiz	21	9	13	18	19	0	0
Jl Azambujeira	11	9	12	10	9	0	0
Jl Boiças	15	13	5	6	4	0	0
Jl Fráguas	18	19	15	14	16	14	8
Jl Malaqueijo	19	17	21	17	18	0	0
Jl Marmeleira	13	14	12	17	13	0	0
Jl Ribeira de S. João	14	18	15	12	6	0	0
Jl CE Poeta Ruy Belo	0	0	0	0	0	83	75
Jl CE Rio Maior n.º 2	50	50	89	90	95	95	95
Jl S. João da Ribeira	22	22	25	22	21	0	0
Jl S. Sebastião	22	19	15	12	12	11	8

Alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico público (2007/2008 – 2013/2014)

Estabelecimentos	1º Ciclo do Ensino Básico 2007/2008 - 2013/2014						
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
1º CEB Marinhas do Sal	364	357	439	431	397	383	359
EB1 Asseiceira	40	37	36	32	23	22	19
EB1 Outeiro da Cortiçada	18	19	24	32	35	41	40
EB1 Vale de Óbidos	32	32	37	21	21	25	28
EB1 Arruda dos Pisões	8	5	5	9	0	0	0
EB1 Marinhas do Sal	182	189	164	142	120	102	80
CE Alcobertas	84	75	68	70	64	62	60
CE Rio Maior n.º 1			105	125	134	131	132
1º CEB Fernando Casimiro Pereira da Silva	490	494	464	472	431	430	413
CE Rio Maior n.º 2			108	137	163	174	153
CE Poeta Ruy Belo						120	123
EB1 Arroquelas	11	11	16	16	17	0	0
EB1 Fernando Casimiro	293	291	161	137	87	99	116
EB1 Assentiz	29	40	34	29	25	0	0
EB1 Azambujeira	23	18	13	9	9	0	0
EB1 Cabos - S. Sebastião	24	30	29	28	23	17	8
EB1 Fráguas N.º 1	18	21	26	27	26	20	13
EB1 Malaqueijo	21	23	24	26	29	0	0
EB1 Marmeleira	21	17	17	18	9	0	0
EB1 Ribeira de S. João N.º 1	23	21	18	16	17	0	0
EB1 S. João da Ribeira	27	22	18	29	26	0	0

Taxa Bruta de Natalidade e Taxa Bruta de Mortalidade no concelho de Rio Maior e na média daACES (2005 – 2010)

Período de referência	Indicadores de saúde			
	Taxa Bruta de Natalidade (‰)		Taxa de Bruta de Mortalidade (‰)	
	Rio Maior	Média ACES	Rio Maior	Média ACES
2010	9,2	8,5	10,9	12,3
2009	9,1	8,4	11,6	12,9
2008	9,4	8,7	11,8	12,1
2007	8,9	9,0	11,3	11,9
2006	9,8	9,0	11,2	11,8
2005	9,6	10,0	11,4	12,5

ANEXO D – RESPOSTAS SOCIAIS

RESPOSTAS SOCIAIS PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS (com acordos de cooperação)

Instituição	Resposta social	Dez.2013	
		A	C
Idosos			
Centro Paroquial Bem Estar Social de Rio Maior	ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos)	64	66
Associação Solidariedade Social de Abuxanas	ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos)	30	30
Centro Convívio Recreio Outeiro Cortiçada	Centro de Dia	21	40
Centro Paroquial de Bem Estar Social de Rio Maior	Centro de Dia	5	10
Centro Convívio Solidariedade Social de Sourões	Centro de Dia	13	40
Centro Social S. Domingos Freg. Asseiceira	Centro de Dia	24	40
Centro Social Paroquial S. João Batista	Centro de Dia	24	40
Centro Paroquial Bem Estar Social de Rio Maior	SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	13	20
Centro Convívio Recreio Outeiro Cortiçada	SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	11	40
Centro Convívio Solidariedade Social de Sourões	SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	26	40
Centro Social S. Domingos Freg. Asseiceira	SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	11	40
Centro Social Paroquial S. João Batista	SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	8	10
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Lar de Idosos Acamados	40	40
Centro de Convívio e Solidariedade Social de Sourões	Centro de Convívio	25	30
Infância e Juventude			
Malaqueijo Solidário	Creche	15	33
Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior	Creche	68	68
	Creche familiar	16	16
	Jardim-de-infância	95	125
	Intervenção precoce	30	30
Reabilitação			
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior "O Ninho"	CAO (Centro de Atividades Ocupacionais)	31	31
	Lar Residencial	22	24

RESPOSTAS SOCIAIS PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS

Instituição	Entidade gestora	Morada	Resposta social	Capacidade Fev.2014
Idosos				
AJUDACUIDA – Apoio Domiciliário Unipessoal Limitada	AJUDACUIDA – Apoio Domiciliário Unipessoal Limitada	Avenida João Ferreira da Maia, Nº 40, R/c Esquerdo, 2040-319 Rio Maior	SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) (LF nº 11/2009)	40
O Solar das Boiças	Maria do Rosário Moreira Venâncio	Rua da Boavista, nº 8, 2040-071 Boiças – Rio Maior	ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos) (Alvará nº 01/04)	6
Infância				
Creche Águas Férreas	António João Bernardino Barbosa	Estrada de Vale Óbidos, s/n, 2040-406 Rio Maior	Creche (LF nº 01/2012)	42
Colégio Alto do Pina	José Rui Silva Belo	Rua Professora Carolina Amália, 2040-270 Rio Maior	Creche (LF nº 09/07)	33
			CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres)	20